



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Turismo e Reabilitação Intervenção no Solar Vaz de Quina

Ricardo Xavier Teles

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor José da Silva Neves Dias

Covilhã, Outubro de 2014

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos três pilares da minha vida, aos quais devo tudo aquilo que sou como homem, aos meus pais e irmã. Por mais palavras que possa expressar, nenhuma será mais sincera que um obrigado.

Obrigado por terem acreditado em mim.

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador, Professor José Neves Dias, por toda a sua disponibilidade, pelo apoio, pela motivação, pela dedicação e por toda a sabedoria transmitida. Um agradecimento também a todos os docentes desta instituição, com os quais tive o privilégio de partilhar os diversos momentos do meu percurso académico.

Aos proprietários do Solar Vaz de Quina, Luzia de Quina e António Oliveira, pela simpatia e disponibilidade que tiveram em facultar o Solar e por todos os esclarecimentos prestados.

Aos meus amigos e colegas, que desde o primeiro momento foram uma segunda família, com os quais partilhei momentos e vivências que jamais irei esquecer. A todos eles um muito obrigado por todo o apoio, companhia, conforto e dedicação. Em especial a um grupo fantástico e incrível de amigos: Fábio Ferreira, Fábio Santos, Daniel Domingos, Elisiário Miguel, Marco Dias, Diogo Couto, Diana Gonzalez, Elin Tang, Daniela Rocha, Catarina Gavina, Jesus Santos, Luciano Figueiredo, Hélio Cardoso, Patrick Cardoso, Joana da Silva, Teresa Carvalho, Carolina Monteiro, Helena Simões, Daniela Marques e Andreia Enes.

Em particular quero agradecer ao meu amigo Diogo Couto, por estar sempre presente em todos os momentos deste percurso. Uma das melhores pessoas que conheci nesta academia. Uma grande amizade, cultivada com momentos incríveis, com a partilha de conhecimentos e pelo fascínio pela arquitectura. Um amigo que ficará para o resto da vida.

A toda a minha família, por todo o apoio prestado, são pessoas especiais na minha vida, com os quais cresci e aprendi os valores da vida.

Resumo

Os meios rurais são, na sociedade contemporânea, caracterizados por duas tendências opostas: uma redução drástica dos efectivos populacionais que neles residem de forma permanente e uma crescente procura das populações urbanas que os frequentam temporariamente com propósitos associados ao consumo e ao lazer. Assim, o turismo de habitação adquire, neste ponto, um valor ilustrativo. Este sector foi criado para por um lado, combater a desertificação tendencial das áreas rurais e, por outro, acolher os cidadãos que as frequentam. De uma maneira geral, entendemos o turismo de habitação como uma hotelaria familiar que tem por base o acolhimento em edifícios de reconhecido valor arquitectónico.

Num contexto actual, em que as pequenas localidades vêm os seus centros históricos cada vez mais desabitados e o comércio tradicional tende a fechar as suas portas, é necessária uma intervenção para manter estes núcleos activos. Uma das estratégias é conseguindo que as pessoas habitem e usufruam desses espaços, gerando negócio e circulação. Para tal ser possível, é necessário que os centros históricos respondam a várias necessidades da população e de quem os visita. Assim, esta dissertação tem como objetivo focar os aspetos do turismo de habitação e da reabilitação de um solar na vila de Argozelo, propondo um circuito de alojamento integrado no turismo rural da região e na exploração da cultura local.

Estes aspetos pretendem influenciar a fixação de residentes, permitindo não só a evolução da localidade, mas também a divulgação e promoção da cultura da região. Refira-se a propósito a funcionalidade e organização do espaço público envolvente e da recuperação arquitectónica.

Neste sentido, a presente dissertação pretende fazer uma abordagem acerca do património edificado e da importância de reabilitar o mesmo, no âmbito da arquitectura, completando esta pesquisa com um projecto que pretende intervir num edifício em ruína, ao qual a comunidade local reconhece valor e interesse histórico.

Palavras-chave

Turismo de Habitação; Desenvolvimento Rural; Património Edificado; Reabilitação; Solar Vaz de Quina.

Abstract

The rural areas are, in contemporary society, characterized by two opposing trends: a drastic reduction in population numbers residing in them permanently and a rising demand from urban populations who attend temporarily, associated with consumption and leisure purposes. Thus, tourism housing acquires this point, an illustrative value. This sector was created for one hand to combat desertification trend of rural areas and, secondly, receive people from urban areas that attend them. In general, we understand the rental accommodation as a family hotel which is based on the host buildings of acknowledged architectural value.

In the current context, where small towns see their historic centers being increasingly uninhabited and traditional commerce tends to close its doors, an intervention to keep these active cores is required. One strategy is getting people to inhabit and enjoy these spaces, generating business and circulation. To make this possible, it is necessary that the historical centers respond to various needs of the population and those who visit it. Thus, this thesis aims to focus on the aspects of tourism and housing rehabilitation in a solar, located in Argozelo village, proposing an integrated circuit for accommodation in cottages in the area and exploring the local culture.

These aspects aim to influence the setting of residents, allowing not only the evolution of the locality, but also the dissemination and promotion of the culture of the region. Refer to the functionality and purpose of the organization surrounding public space and architectural recovery.

In this sense, this thesis intends to make an approach on built heritage and the importance of rehabilitating the same, in architecture, completing this research with a project that aims to intervene in a building in ruins, which the local community recognizes value and interest history.

Keywords

Manor House; Rural Development; Built Heritage; Rehabilitation; Solar Vaz de Quina.

Índice

Capítulo 1 Introdução	1
1.1 Relevância Temática	1
1.2 Objectivos	3
1.3 Metodologia e Estrutura	3
Capítulo 2 Turismo	5
2.1 Turismo Geral	5
2.1.1 Enquadramento turístico	5
2.1.2 História do Turismo	6
2.1.2.1 Global	6
2.1.2.2 Nacional	6
2.1.3 Noção de Turismo	7
2.1.4 Caracterização do turista	9
2.1.5 Portugal Turístico	10
2.1.6 A influencia da Arquitectura e do Marketing no Turismo	12
2.1.7 O Desenvolvimento do Turismo face à Reabilitação	14
2.2 Turismo em Espaço Rural	16
2.2.1 Introdução ao Turismo em Espaço Rural	16
2.2.2 Contexto do Turismo em Espaço Rural	17
2.2.3 O Turismo como alavanca de Desenvolvimento Rural	18
2.2.4 Evolução do Turismo em Espaço Rural em Portugal	20
2.2.5 As modalidades do Turismo em Espaço Rural	21
2.2.5.1 Turismo de Habitação	22
2.2.5.2 Turismo Rural	22
2.2.5.2.1 Casas de campo	23
2.2.5.2.2 Agro-turismo	23
2.2.5.2.3 Hotéis Rurais	24
2.2.5.2.4 Parques de campismo rurais	24
2.3 Turismo de Habitação	25
2.3.1 Introdução ao Turismo de Habitação	25
2.3.2 Perfil da TURIHAB	25
2.3.3 Turismo de Habitação em Portugal	27
2.3.3.1 Enquadramento	27
2.3.3.2 Produção e promotores do Turismo de Habitação	27
2.3.3.3 Consumo e consumidores do Turismo de Habitação	30
2.3.3.4 Impactos do Turismo de Habitação	32

Capítulo 3 Reabilitação	33
3.1 Introdução à Reabilitação	33
3.2 Arquitetura e Património	35
3.3 Reabilitação de Edifícios: As Estatísticas	37
3.4 O Novo e o Antigo contemporâneo	40
3.5 Reabilitar Edifícios Antigos	41
3.5.1 Classificação dos Edifícios	42
3.5.2 Níveis de Reabilitação	43
Capítulo 4 Casa Nobre: Os Solares	46
4.1 Arquitectura Popular em Portugal	46
4.2 Estudo sobre a Casa Nobre: os Solares em Portugal	47
4.2.1 A época medieval e a casa fortificada	48
4.2.2 A época renascentista	49
4.2.3 O século XVII - época de transição	50
4.2.4 O século XVIII - Carácter da casa barroca	51
4.3 História e contextualização dos Solares em Portugal	53
Capítulo 5 O Solar Vaz de Quina - Contextualização Geográfica	55
5.1 Argozelo: Breve Introdução	55
5.2 Localização e Acessos	55
5.3 Enquadramento Histórico e Arqueológico	55
5.4 Demografia	56
5.5 Construções	57
5.6 Economia e Recursos	57
5.7 Gastronomia	57
5.8 Tradições	58
5.8.1 Outono	58
5.8.2 Inverno	58
5.8.3 Primavera	59
5.8.4 Verão	59
5.9 Património, Turismo, Lazer	59
5.10 Actividade Mineira	60
5.11 Os Judeus: Actividade de Curtumes	61
Capítulo 6 Memória Descritiva e Justificativa - Intervenção no Solar Vaz de Quina	62
6.1 Breve Introdução	62
6.2 Objectivos da proposta	63
6.3 Inserção Urbana da Edificação	67

6.4 Descrição do Existente	66
6.5 Proposta de reabilitação: O programa	71
6.6 Proposta de reabilitação: O conceito	74
6.7 Proposta de reabilitação: Espaços Interiores e Exteriores	76
6.7.1 Edifício Existente - Solar Vaz de Quina.....	76
6.7.2 Edifício Novo	79
6.7.3 Espaço de Culto e Salas Expositivas	80
6.7.4 Espaços Exteriores	81
6.8 Proposta de reabilitação: Elementos Técnicos	83
Reflexões Finais	85
Referências Bibliográficas	87
Bibliografia consultada e citada	87
Bibliografia Electrónica	89
Legislação	90

Lista de Figuras

Figura 1 - Chegadas de turistas internacionais em 2013. Fonte: Organização Mundial do Turismo	5
Figura 2 - Esquema estrutural do turismo. Fonte: Autor	9
Figura 3 - Casa de Lamas, solar dos finais do séc. XVII, com origens no séc. XV. Fonte: http://smallparadises.pt/info/SmallParadises-Turismo-no-espaco-Rural-Casas-de-Ferias-e-Gastronomia-no-Minho-Norte-de-Portugal-24.html	22
Figura 4 - Casa das Laranjeiras. Fonte: http://www.hotfrog.pt/Empresas/Casa-da-Laranjeira	23
Figura 5 - Herdade da Negrita. Fonte: http://www.roteirodoalqueva.com/alojamento/herdade-da-negrita	23
Figura 6 - Bética Hotel Rural. Fonte: http://www.herancasdoalentejo.net/index.php/herancas/layout/set/print/alojamentos/betica_hotel_rural	24
Figura 7 - Parque de Campismo da Quinta de Pentieiros. Fonte: http://hernanicardoso.pt/wp-content/uploads/2013/05/Parque-de-Campismo-Municipal-da-Quinta-dos-Pentieiros.jpg	24
Figura 8 - A Casa da Lavandeira. Fonte: http://msimpactoassessoria.blogspot.pt/2013/01/casa-da-lavandeira-convida-para-uma_21.html	26
Figura 9 - Mapa da distribuição nacional de Turismo de Habitação. Fonte: Solares de Portugal	28
Figura 10 - Objectivo de hóspedes e dormidas de turistas nacionais. Fonte: Roland Berger	30
Figura 11 - Proveitos em empreendimentos turísticos por tipologias - milhares € - Dez. 2012-2013. Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Flash Regional Dezembro 2013	32
Figura 12 - Rua dos Mercadores, Ribeira, Porto. Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/58/Ruas_do_Porto._Na_Ribeira._%288030833863%29.jpg	34
Figura 13 - Número de fogos concluídos em obras de construção nova e reabilitação 1991-2011. Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas	37
Figura 14 - Número de fogos concluídos em obras de reabilitação segundo o tipo de obra 1991-2011. Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas	38
Figura 15 - Número de fogos concluídos em obras de reabilitação segundo a entidade promotora 1995- 2011. Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas	38
Figura 16 - Distribuição da produtividade dos segmentos do sector da construção em Portugal 2011. Fonte: EUROCONSTRUCT, 74th Conference	39
Figura 17 - Produtividade do segmento de reabilitação de edifícios em países da União Europeia 2011. Fonte: EUROCONSTRUCT, 74th Conference	39
Figura 18 - Edifício no Poço dos Negros, Lisboa. Fonte: http://www.planirest.pt/wp-content/uploads/2009/09/Reabilitação-de-edifício-no-Poço-dos-Negros-em-Lisboa.jpg	45
Figura 19 - Reabilitação de um edifício, Alter do Chão. Fonte: http://www.planirest.pt/wp-content/uploads/2009/09/Reabilitação-de-edifício-em-Alter-do-Chão.jpg	45
Figura 20 - Evolução do número de habitantes de 1864 a 2011. Fonte: INE, CENSOS 2011	56
Figura 21 - Fachada principal do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor	62

Figuras 22, 23, 24 e 25 - Conjunto de fotos de uma reabilitação, Solar do Castelo - Lisboa. Fonte: http://pt.hoteis.com/ho230600/solar-do-castelo-lisboa-portugal/	64
Figuras 26 e 27 - Imagens aéreas da localização do Solar. Fonte: Bing Maps	65
Figura 28 - Planta de implantação do existente. Fonte: Autor	65
Figura 29 - Fachada principal do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor	66
Figura 30 - Planta de localização do solar em relação ao eixo principal da povoação. Fonte: Autor	67
Figuras 31 e 32 - Fachada principal do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor	68
Figuras 33, 34, 35 e 36 - Fotos interiores e exteriores do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor	70
Figura 37 - Esquemas representativos do conceito. Fonte: Autor	75
Figura 38 - Esquema ilustrativo da forma e do acabamento dos novos volumes. Fonte: Autor	76
Figura 39 - Imagem virtual da fachada do solar. Fonte: Autor	77
Figura 40 - Imagem virtual do hall de entrada. Fonte: Autor	78
Figura 41 - Imagem virtual da fachada do novo volume. Fonte: Autor	79
Figura 42 - Imagem virtual da sala de exposição. Fonte: Autor	81
Figura 43 - Imagem virtual do pátio. Fonte: Autor	82
Figura 44 - Imagem virtual da zona verde e piscina. Fonte: Autor	83

Lista de Acrónimos

A	Auto-Estrada
DGADR	Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
INE	Instituto Nacional de Estatística
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDM	Plano Director Municipal
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
SDN	Sociedade das Nações
SPP	Sociedade de Propaganda de Portugal
TERN	Turismo em Espaços Rurais Naturais
TURIHAB	Associação de Turismo de Habitação
TH	Turismo de Habitação
TER	Turismo em Espaço Rural

Capítulo 1 | Introdução

1.1 Relevância Temática

A partir dos anos cinquenta, as cidades que se encontravam junto ao litoral, sofreram um desenvolvimento urbano maior face às restantes cidades do país. Como tal, este fenómeno, provocou uma série de consequências que se foram alastrando ao longo do tempo. Uma delas refere-se ao crescimento populacional que se verificou nestas zonas e naturalmente as modificação das actividades económicas em todos os sectores.

Conjuntamente com esta propensão de urbanização, surgiu o fenómeno de êxodo rural, que na década de setenta, veio decalcar a ideia de que a população se iria fixar junto dos grandes meios urbanos. A industrialização destes meios e a esperança de uma vida melhor, levaram a que no início da década de setenta um terço da população vivesse na zona litoral urbana.

Mas afinal quais foram as consequências a nível da arquitectura devido aos factores descritos acima? Verificou-se um notório crescimento de novas edificações nos centros urbanos, edificações estas que foram construídas sem qualquer tipo de critério, aniquilando assim a possibilidade de obter uma boa arquitectura e urbanismo, perdendo-se também muito das características de cada região. Para responder às necessidades exigidas pelo crescimento da população adoptaram-se políticas de construção em massa, deixando para segundo plano a ideia de reabilitação e preservação dos edifícios típicos de cada região.

Como acima já foi referido, os investimentos feitos em Portugal sempre tenderam a ser direccionados para a zona litoral. E, em relação ao turismo, essa focalização permitiu às áreas do litoral, tanto industrial, como nas infraestruturas um grande desenvolvimento. Assim o turismo no interior, tem resistido de forma carenciada de boas condições e qualidade de estruturas, ficando à margem de um património natural ou memória cultural.

A partir de 1960, o sector turístico registou sobretudo na Europa um progresso notável. O turismo em Portugal tem uma cronologia muito antiga, que pode recuar a uma época correspondente às férias das classes mais abastadas. Posteriormente, parte destes fluxos dirigiam-se para a zona litoral, devido às infraestruturas cativantes e às acessibilidades facilitadas às grandes cidades.

Em Portugal, o Turismo em Espaço Rural (TER), como acção económica, surgiu apenas nos anos 70, sob a designação de Turismo de Habitação (TH). Este tipo de turismo estabeleceu fundamentos na hospitalidade de famílias residentes, conciliando a existência de patrimónios construídos consideráveis, cuja conservação e recuperação se tornavam atractivos, sendo uma

fonte de desenvolvimento económico, na constituição de novos mercados para as suas produções, alimentares ou de artesanato e nos benefícios extensíveis às regiões.

O Turismo em Espaço Rural, é uma das formas de turismo que visa aproveitar a disponibilidade de residências rurais tradicionais, ocasionalmente monumentais e de interesse patrimonial, subaproveitadas das funções antecedentes. Como é o caso dos Solares, assim é referido no livro da Arquitectura Popular Portuguesa, estes edifícios que são “(...) de uma notável dignidade arquitectónica, conseguida por uma volumetria disciplinada e sóbria, revelam em todo o seu tratamento as raízes que se inseriram na arquitectura de feição popular da região onde foram erguidos. O toque de eruditismo que lhes foi dado não conseguiu anular a influência do ambiente e dos homens que os rodeiam, os quais contribuíram para a sua edificação, com o saber e o esforço de muitas gerações.”¹

Este estudo tem como propósito despertar a necessidade de cada vez mais reabilitar e preservar o património histórico, representativos da arquitectura popular portuguesa, da cultura, história e tradição. Mas ao mesmo tempo torná-los rentáveis economicamente através de actividades que desenvolvam o crescimento dos meios locais em que se encontram.

Pretende-se a exploração do Turismo de Habitação em Argozelo, através de uma intervenção num solar situado no centro da localidade junto à estrada nacional 218 que liga Bragança a Miranda do Douro. O edifício neste momento, apresenta um combinado de algumas partes em ruínas e outras em risco de ruir. A fachada principal e as divisões voltadas para a via estão parcialmente conservadas, tal como a capela que lhe está adjacente, a restante parte encontra-se em ruína completa. Com uma paisagem composta, predominantemente, por pequenas parcelas agrícolas na parte posterior e integrado numa malha urbana consolidada na parte frontal.

Com a ideia de criar um ponto de turismo/alojamento e uma enorme motivação de reabilitar um edifício tão marcante, que ainda se mantém na posse da família proprietária, propõe-se uma intervenção visando o Turismo de Habitação, destinado a cativar turistas para a região, oferecendo a possibilidade de uma estadia num edifício marcado por uma história de quase 300 anos e toda uma oferta em ambiente rural, com uma gastronomia, tradição e cultura.

¹ PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; DIAS, Francisco da Silva; 2004; Arquitectura Popular em Portugal; Lisboa; edição da Ordem dos Arquitectos; 4ª edição; v. 2; p. 194.

1.2 Objectivos

Como foi referido, este edifício tem uma relevância na malha urbana local, um símbolo de arquitectura erudita e familiar. A arquitectura tem revelado um papel no desenvolvimento progressivo da reabilitação do património histórico e cultural, que muitas das vezes está associado a espaços ou ambientes turísticos.

De uma forma geral, esta dissertação pretende atingir os objectos propostos:

- Desenvolvimento do turismo no interior rural do país;
- Divulgação da história, cultura, tradições, gastronomia da região;
- A diversificação da procura/oferta turística;
- O combate ao êxodo rural;
- A conservação dos recursos naturais;
- A conexão dos turistas com a vida rural e a sua natureza;
- A integração de elementos urbanos numa zona estritamente rural, promovendo assim o diálogo entre a cidade e o campo, fazendo uma suave transição entre as várias escalas urbanas;
- Criação de postos de trabalho e interação dinâmica entre as empresas regionais;
- Criar uma proposta funcional, que consiga responder eficientemente à reabilitação de um edifício antigo, conjugando a construção pré-existente com os novos elementos, correspondendo aos requisitos que um alojamento de turismo exige;
- Adaptar a preservação das características originais da zona com as solicitações necessárias para a utilização do cliente.

1.3 Metodologia e Estrutura

A metodologia a aplicar para a elaboração desta dissertação/projeto está de acordo com os objetivos anteriormente enunciados. Assim, foram definidas três etapas principais para a sua elaboração:

A primeira fase contempla a recolha e a pesquisa bibliográfica essencial para o desenvolvimento dos vários temas que iremos abordar, de forma a conseguir um estudo mais aprofundado;

A segunda parte é iniciada com uma análise e reflexão, sobre as carências turísticas que a região detém, de que forma o programa se pode adaptar a essas necessidades e responder da melhor forma. Serão abordados alguns temas que nos vão auxiliar para uma melhor compressão da temática. Entre eles, o turismo, a reabilitação e os solares. Posteriormente, e

caso seja necessário, pode-se efectuar a uma entrevista aos actuais proprietários do solar, com o objectivo de entender de forma mais concisa o antecedente histórico do imóvel, garantindo assim a forma mais correcta de preservar o passado;

A terceira e última parte consiste na elaboração de um projeto de arquitetura destinado ao turismo rural, mais concretamente a reabilitação do Solar Vaz de Quina. Que vai consistir num misto de alojamento e referencia turística da zona. Funcionando numa rede de turismo rural e em parceria com as empresas e entidades locais, de forma a oferecer ao utilizador um serviço de autenticidade e satisfação.

Capítulo 2 | Turismo

2.1 Turismo Geral

2.1.1 Enquadramento turístico

Um dos aspectos essenciais que caracterizam a actividade turística é a relação com os contextos político, económico e social. É um sector em que factores como a estabilidade política e social, o desenvolvimento económico, o emprego, a segurança e a saúde geram impactos. Por outro lado, as características e as dinâmicas socioculturais e demográficas, o desenvolvimento, a modernização tecnológica e as crescentes preocupações ambientais exercem também grande influência tanto sobre a procura como sobre a oferta turística.

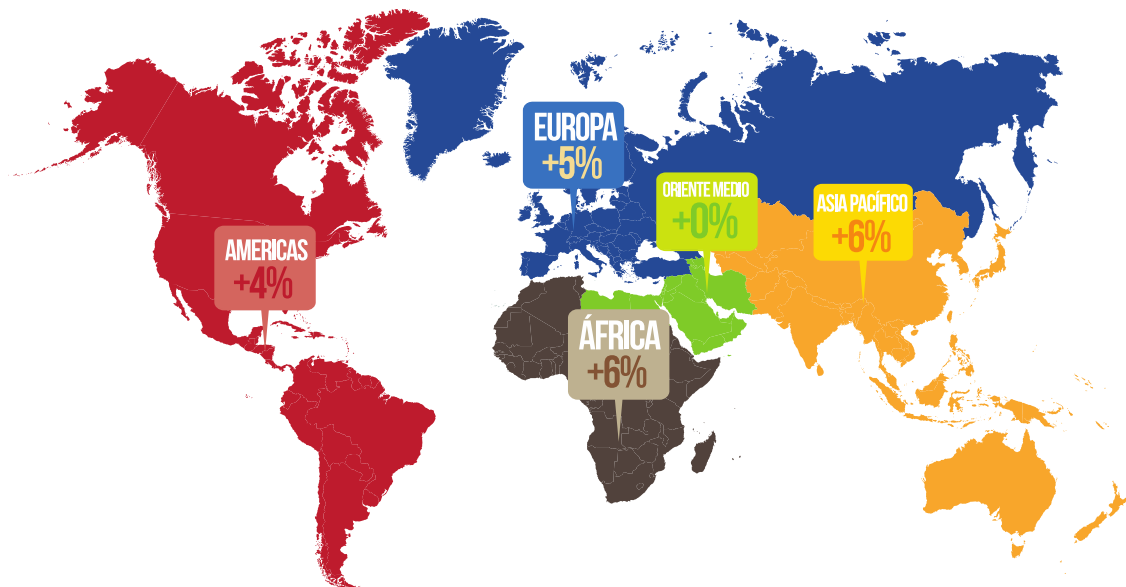


Fig.1 Chegadas de turistas internacionais em 2013. Fonte: OMT-Organização Mundial do Turismo.

Um conjunto alargado de condições e circunstâncias exigem que o turismo tome opções de médio e longo prazo devidamente estruturadas e articuladas num planeamento estratégico. Só uma organização estruturada da oferta turística, inserida num processo de planeamento, desde o nível nacional até ao local, que garanta a compatibilização dos recursos e equipamentos com a sua envolvente, poderá assegurar a qualidade e a sustentabilidade dos destinos turísticos.²

² BATISTA, Mário; 1986; O turismo em economia. Uma abordagem técnica, económica, social e cultural; Instituto Nacional e de Formação Turística.

2.1.2 História do Turismo

2.1.2.1 Global

A história do turismo é iniciada no século XIV com afirmação dos guias de viagens, o conceito inicial de turismo era definido pela existência de deslocamento populacional, por motivos religiosos, comerciais, políticos, de ensino ou de saúde. Nos meados do século XVIII até ao século XIX existiram mudanças a nível tecnológico, económico, social, cultural e no desenvolvimento das infraestruturas e das várias tentativas de conceptualização do turismo. Tais factores permitiram a criação de várias rotas europeias, dos guias de viagens, do conceito de turismo organizado e a criação da agências de viagens.

O período compreendido entre os inícios do século XX até à actualidade, é caracterizado por uma prosperidade turística. A introdução de férias pagas, a ampliação do turismo de elite para o turismo de massas e a criação de organismos nacionais e internacionais destinados a promover o turismo determinavam o seu momento de expansão nacional.³

2.1.2.2 Nacional

Em relação ao território nacional⁴, começamos por destacar o fenómeno do turismo, como prática organizada, surgindo em 1906 com a criação da Sociedade de Propaganda de Portugal (SPP) e da Repartição do Turismo, uma sociedade cujos objectivos eram a promoção a nível interno, como as estâncias termais ou a Madeira e Lisboa. Em 1911 foi criada a primeira organização oficial de turismo. O ano de 1920 viria a marcar um dos primeiros momentos de valorização da arquitectura urbana, por parte da acção do turismo, quando a Sociedade de Propaganda de Portugal determinava como objectivos a organização e divulgação da selecção de todos os monumentos, riquezas artísticas, curiosidades e lugares interessantes do nosso país.

Na segunda etapa, de 1950 a 1963, verificou-se um retroceder no turismo nacional, por um lado caracterizado pela incapacidade de Portugal em acompanhar o ritmo de desenvolvimento turístico europeu. Assim em 1956 é criado o Fundo de Turismo cuja finalidade era a de assegurar o incentivo ao turismo.

A terceira etapa compreendida entre 1964 e 1973, caracterizada pela recuperação económica do país, onde se ultrapassou pela primeira vez o milhão de entradas de turistas, cativados por factores como a localização geográfica, as condições climatéricas, os preços praticados e os empreendimentos turísticos (Algarve, Madeira, e Tróia). Fortemente dependente dos mercados externos, o turismo nacional presenciava uma grande concentração de visitantes na região de Lisboa, porém, apesar de se desejar uma oferta equilibrada.

³ CUNHA, Licínio A. A.; Op Cit.

⁴ PINA, P.; 1988; Portugal: o Turismo no Século XX, Lisboa: Lucidus.

O último período, entre 1974 até aos dias de hoje, é de notar que o desenvolvimento do turismo se mostrava cada vez mais como um elemento importante na economia nacional. Apesar dos anos setenta terem sido marcados pela grande afluência e fixação de hotéis. Os desalojados provenientes das ex-colónias regressaram entre os anos oitenta e noventa, registando-se as mais elevadas taxas de crescimento. Porém, a exagerada retoma turística desenvolveu o negócio fácil, as fraquezas existentes nas excessivas concentrações em termos do mercado, a inadequação de infraestruturas e a conseqüente falta de aproveitamento do território. Tais aspectos determinaram o lançamento do Plano Estratégico Nacional do Turismo.⁵

2.1.3 Noção de Turismo

Podemos definir turismo como a actividade económica e de lazer que decorre na movimentação, circulação e permanência dos visitantes ou turistas. No entanto, uma definição tão exacta seria demasiado vaga e de contornos ilimitados, pois o conceito de turismo está em constante mutação.

Tal como o conceito de turista, também o conceito de turismo foi alvo de algumas alterações significativas ao longo dos tempos tendo surgido, pela primeira vez, em 1910 com o austríaco Herman von Schullern Schrattenhoffen. Mas, foram contudo os professores Walter Hunziker e Kurt Krapf que delinearão a definição mais elaborada e consideraram, em 1942, o turismo como “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal”.

Usualmente é possível encontrar dois tipos de definição de turismo conforme os objectivos visados. Com efeito, por um lado, podemos encarar o turismo sob um ponto de vista conceptual e neste caso, o objectivo é encontrar uma definição que permita identificar as características essenciais do turismo e distingui-lo das restantes actividades e por outro lado, sob um ponto de vista técnico, por forma a permitir obter informações para fins estatísticos e legislativos.

O turismo pode então ser estudado e apresentado segundo distintos pontos de vista, pois é um sector de actividade económica que se encontra em constante evolução. Uma das abordagens mais frequentes é relacionar a sua definição com base na procura e na oferta.

⁵ Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Acesso em: www.turismodeportugal.pt.

Baseado na procura, o turismo é:

Uma actividade relacionada com a deslocação de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência e trabalho, desde que essas mesmas deslocações não se venham a traduzir em permanência definitiva na área que estão a visitar, com as actividades realizadas durante a estadia e com as facilidades criadas para acolher e entreter os turistas.

Baseado na oferta, o turismo é:

Formado por um conjunto de actividades de negócios que directa ou indirectamente fornecem bens ou serviços que suportam as actividades de lazer e negocio realizadas pelas pessoas fora dos locais de residência habitual.

Naqueles tempos, o turismo era definido como “o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária”. Esta definição destaca os seguintes aspectos: o turismo é um conjunto de relações e fenómenos; exige a deslocação para fora da residência habitual; não pode ser utilizada para o exercício de uma actividade lucrativa principal.

Porém em 1991, a Organização Mundial de Turismo apresentou um novo conceito que dizia: “O turismo compreende as actividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros”. A expressão “enquadramento habitual”, em troca da “residência habitual”, foi introduzida para excluir do conceito de visitante as pessoas que todos os dias se deslocam entre casa e o local de trabalho ou de estudo bem como as deslocações efectuadas no seio da comunidade local com carácter rotineiro.

Estas alterações na interpretação do conceito, demonstram a dificuldade que a actividade turística implica e as relações que com esta se interligam. Vários estudos elaborados ao longo dos últimos anos sobre o turismo concluem alguns conceitos, mas segundo a OMT, o turismo é o: “Conjunto de actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”. Analisando este conceito, podemos concluir que esta actividade implica: a realização de actividades por parte de visitantes que saem fora do seu ambiente habitual, com exclusão da rotina normal de trabalho e das práticas sociais; a viagem e normalmente, algum meio de transporte para o destino; o destino é o espaço de concentração das facilidades que suportam aquelas actividades. Os viajantes podem ser classificados em função dos motivos da visita que efectuam.

2.1.4 Caracterização do turista

A primeira definição oficial de “turista” surge em 1937, no âmbito da Sociedade das Nações (SDN) para ajudar ao estabelecimento de comparações em matéria de estatísticas internacionais. Com este fim, o termo “turista” passou a aplicar-se a todas as pessoas que viajando por uma duração de 24 horas ou mais num país diferente daquele onde têm a sua residência habitual.

A definição de turismo culmina num longo período de evolução do conceito de turista e determina uma realidade económica e social com contornos e amplitude muito diferentes daquela a que conduziu o conceito inicial. Pela alteração do conceito, o turismo passou a abranger profissões, empresas e actividades que anteriormente lhe escapavam e procura corresponder às mudanças na natureza e significado do turismo no mundo e ao seu potencial para o crescimento futuro. O caminho percorrido originou importantes diferenças conceptuais baseadas nos motivos e na duração das viagens, na origem dos visitantes, nos territórios visitados e na utilização dos meios de alojamento.

Por fim em 1993, a Comissão de Estatística da ONU adoptou a definição que passou a vigorar desde então: Visitante: é qualquer pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer uma actividade remunerada no local visitado; Turistas: visitantes cuja estada é pelo menos de uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado; Visitantes do dia: visitantes que não passam uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado.

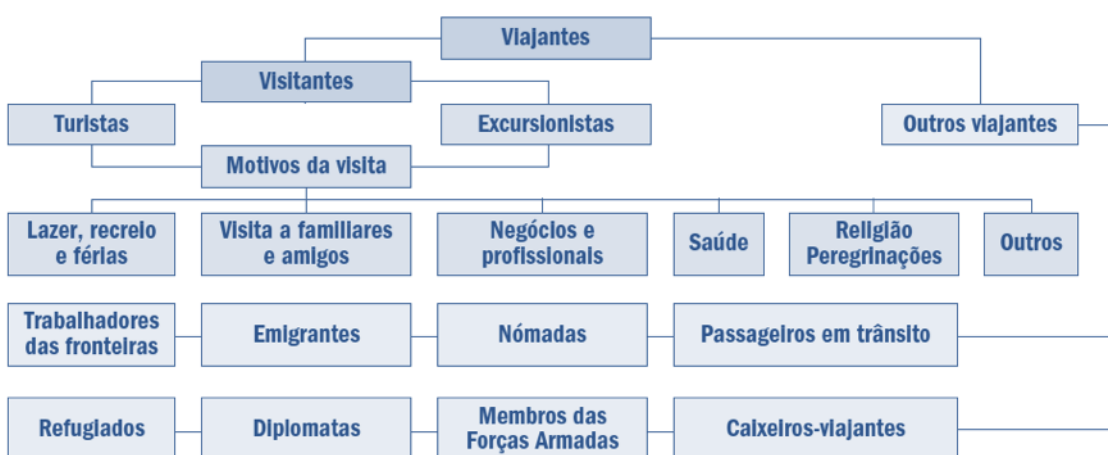


Fig.2 Esquema estrutural do turismo. Fonte: Autor.

2.1.5 Portugal Turístico

A temática do turismo caracteriza-se hoje, por praticas generalizadas da mobilidade. E, se multiplicarmos os destinos turísticos, dos históricos até aos exóticos, assiste-se igualmente a uma diversificação dos tipos de turismo. Actualmente atingiu-se uma expansão generalizada, tornando a circulação muito mais universal.

Não tem sido fácil em Portugal o debate crítico sobre arquitectura e turismo. Depois de um início prometedor nos anos 60 e 70, a arquitectura qualificada e a indústria turística têm revelado uma convivência tensa, não conseguindo desenvolver formas de aproximação produtivas. Com reflexões sobre a prática qualificada dos arquitectos e o mundo desqualificado do turismo. O afastamento da arquitectura de autor em relação à promoção turística justifica a redescoberta da memória moderna. Neste sentido, devemos assumir uma certa nostalgia. “É afinal o turismo, viagem, poderia ser uma actividade desprendida; só se deveria querer visitar e ver o que fosse vivo e real”,⁶ afirma então Garça Dias.

Procurando relacionar a situação portuguesa com o contexto globalizado do turismo. Assume-se agora uma perspectiva claramente apontada à contemporaneidade e ao papel activo dos arquitectos na qualificação do território e da paisagem: “O turismo descobre e potencia um lugar, mas é também responsável, na maior parte das vezes, pela aniquilação da sua própria razão existencial. E é exactamente aqui que a arquitectura, na sua relação com o território, com os programas, com a cultura, pode inverter positivamente um processo irreversível de multiplicação de erros”.⁷

“A indústria do turismo confronta-se hoje com novos desafios advindos da facilidade das comunicações e do conseqüente crescimento da circulação de pessoas e bens, a que se associa a crescente sofisticação do público. À medida que nos tornamos mais globais, o turismo constitui um dos principais pontos nodais de cruzamento de uma sociedade em movimento”.⁸

A oferta turística apresenta um conjunto amplo de hotéis, construídos ou em projecto, embora mantendo uma arquitectura sem contexto, sem que a oferta seja coincidente com a procura do turista, numa tentativa de recriar o turismo oferecendo alternativas com capacidade de captação. Num certo sentido, a circulação procura estimular essa reacção em cadeia que prometia reaproximar os arquitectos à industria do turismo global. Mas depois rebentou a crise, com as conseqüências que todos nos conhecemos.

⁶ DIAS, M. Graça; 2000; Só se Deveria Querer Visitar e Ver o que Fosse Vivo e Real; Jornal dos Arquitectos #196 - As Praias de Portugal 1, Ordem dos Arquitectos, p.3.

⁷ ADRIÃO, J.; CARVALHO, R.; 2007; Férias; Jornal dos Arquitectos #196 - Férias; Ordem dos Arquitectos; p.2.

⁸ PEREIRA, Luís Tavares; 2008; Introdução; Chain Reaction, Porto, Serralves; p.15.

A relação difícil entre os arquitectos e a indústria do turismo não é mais do que um reflexo condicionado da tensão estrutural entre a arquitectura e o mercado. Sendo o turismo, um dos principais motores das economias, tanto desenvolvidas como em desenvolvimento. E isto tem levado a uma certa incapacidade para enfrentar os desafios que hoje se colocam: “O espaço turístico demonstra que, apesar do menosprezo que habitualmente tem provocado na crítica, é um cenário particularmente estimulante para o observador atento, dada a sua capacidade para enunciar ou sugerir, muitas vezes de forma prematura, temas de crescente importância para o debate disciplinar”.⁹

A verdade é que, apesar das diferentes abordagens, procura-se compreender a realidade globalizada do turismo. Em Portugal, num sentido mais realista, esse investimento nas estratégias de intervenção turística tem-se manifestado no programa de recuperação do interior, como é o caso das Aldeias de Xisto ou os Solares de Portugal. Uma tentativa de qualificação arquitectónica e paisagística que tenta dar a volta ao pragmático sistema económico e financeiro do nosso país. Assim em Portugal, os projectos contemporâneos mais significativos para o turismo encontram na especificidade da resposta programática e contextual o seu principal atributo.

Recuperar os valores culturais de um lugar, de um edifício, de uma paisagem, através da arquitectura estabelecendo uma ligação de extensão entre a história e as exigências de hoje. Permite ainda, desenvolver uma forma de lucrar e qualificar o património que nos foi deixado e atingir o máximo dos objectivos para que uma actividade turista tenha sucesso.

Em forma de conclusão, muitas das vezes reflectimos, que este ou aquele determinado lugar, paisagem ou edifício, escapou ao turismo ou então tornou-se num exemplo de sucesso. A evolução mundial e principalmente os voos *low-cost*, permitiram que se vá um fim-de-semana a Madrid e logo para o outro dia ir passear no centro histórico de Roma. O turismo limitou-se essencialmente ao lazer de ir ver o que se tornou banal. As paisagens são uniformizadas e os locais históricos tornados comerciais. A estes fenómenos globais de turismo interessam propostas alternativas e incomuns.

⁹ GAUSA, Manuel; 1997; El espácio Turístico: Paisaje al Limite; Arquitectura del Movimiento Moderno 1925-65, Barcelona, Docomomo/Fund. Mies van der Rohe; p.292; tradução livre.

2.1.6 A influencia da Arquitectura e do Marketing no Turismo

Neste campo, a arquitectura tanto pode ser entendida como parte de um processo de interpretação de um programa turístico, baseado na sua identidade ou autenticidade, que procura reabilitar e valorizar o meio onde actua; ou como se pode distanciar e traduzir um conjunto de escolhas feitas por tendências e estudos de mercado. Neste contexto, a primeira abordagem explora o potencial da arquitectura e a sua dimensão para promover a sua imagem enquanto produto de referência. A segunda abordagem visa uma reprodução de cenários como um factor de atracção, podendo valorizar o património através de uma nova imagem.

“A procura do vernáculo teve quase sempre como referência o ambiente rural, campestre, ficando a vernacularidade marítima reduzida às aldeias de pescadores que não têm constituído nem modelos de arquitectura nem modelos de vida. As povoações do campo, as aldeias rurais, essas sim, sempre funcionaram como paradigma de integração na paisagem natural.”...”Os utentes fugiam da sua vida urbana anual com a sensação de que, ao fazê-lo, não estariam a contribuir para a urbanização de mais território virgem.”¹⁰

Por outro lado, áreas históricas e tradicionais, com uma componente turística mais atractiva, acabam por se converter em recriações de si mesmas. Recriações cuidadosamente elaboradas, baseadas em estudos do mercado, de forma a torná-las turisticamente mais competitivas. O próprio valor do património acaba sendo posta em causa, se considerarmos que a paisagem onde se insere está em constante transformação, comprometendo o valor da identidade, que muitas vezes lhe é atribuída.

“Os paisagistas e certos arquitectos sabem compor as paisagens para acompanhar um castelo, arranjar um parque lúdico ou uma reserva natural. Mas parece que as perguntas que se fazem actualmente correspondem às novas situações sociais e apelam a novas formas de pensar as paisagens. De facto, as ideias acerca das paisagens, como as ideias sobre a história e a tradição, evoluem com o tempo. As sociedades que nos precedem forjam as suas ideias sobre a maneira de apreciar ou de criar paisagens.”¹¹

Desta forma, a arquitectura e o marketing, associados à vertente turística, acabam por se basear numa redefinição da autenticidade. Num contexto onde é preponderante o papel da imagem, acabando por alterar a realidade. Contudo, a maior prova de descontextualização, é a mudança dos valores de identidade aplicados a estas intervenções, sujeitas às vontades de um mercado turístico em constante movimento.

¹⁰ CALDAS, João Vieira; 2000; O Conceito de Aldeamento; Jornal dos Arquitectos,; nº197; p.33.

¹¹ CONAN, Michel; BERQUE Augustin; 1994; Cinq Propositions por une Théorie du Paysage; Ed. Champ Vallon; p.33.

“O que é falso cria gosto, e reforça-se através da eliminação consciente de qualquer referência ao autêntico. E o que é genuíno é reconstruído tão rapidamente quanto possível à semelhança do falso...”¹²

As ofertas, prendem-se hoje com alternativas aos modelos turísticos clássicos (associados ao sol e praias) que, já nas décadas de 70 e 80, apresentavam indícios de saturação. Desta altura, retemos modelos turísticos caracterizados por ocupações intensivas ao longo da costa, com alta densidade de edificação e de oferta. A reestruturação do mercado turístico passou por factores como o interesse histórico, cultural e patrimonial; modelos de exploração e conservação das características naturais da paisagem e outros que se projectam numa reabilitação da arquitectura enquanto estratégia de promoção.

Contudo, ao basearem-se numa imagem que substitui a realidade através de reproduções. “Destinos de viagem que deveriam cultivar as diferenças e oferecer as diferenças aos maravilhados estranhos vindos de longe mas que, pelo contrário, cada vez mais, procuram nivelar a excepção facilitando o reconhecimento.”¹³

Perante este panorama contraditório, a opção passa por uma reinterpretação destes processos, sobretudo aqueles que se relacionam com o turismo, contribuindo para uma valorização estética. Correndo o risco de os arquitectos se submeterem perante um sistema que obedece aos valores de uma das maiores indústrias do mundo, sem que eles próprios suspeitem disso.

“(…) um verdadeiro projecto de desenvolvimento turístico passa por manter vivo e presente o visitável, a única forma de evitar os prazeres fáceis ou as aventuras suaves. Os contactos que propomos não excluem a importância simbólica e mítica do monumento silencioso cuja vitalidade será sempre um exercício de imaginação retrospectiva. Nesse sentido, esperamos não ver convertidos em pousadas turísticas o Mosteiro da Batalha ou a Torre de Belém, substituída a imaginação do visitante por circuitos funcionais climatizados que representam o fim da história, a qual, afinal, todos desejamos que continue, com passado, presente e futuro”.¹⁴

¹² DEBORD, Guy; 1998; Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica; in FRAMPTON, Kenneth; Ed. Contemporânea; p.53.

¹³ DIAS, Manuela Graça; 2000; Só se Deveria Querer Visitar e Ver o que Fosse Vivo e Real; Jornal dos Arquitectos; nº 196; pág.3.

¹⁴ COSTA, Alexandre Alves; 2000; Então é Portugal, hein?.. Cheira bem!; Jornal dos Arquitectos; nº 197; p.38.

2.1.7 O Desenvolvimento do Turismo face à Reabilitação

O património é um dos pontos de interesse mais relevante no programa turístico em Portugal, tanto aqueles que se localizam no interior do país, como aquelas que se situam no litoral. Tal importância deve-se ao facto destes espaços absorverem a essência através de um conjunto de mecanismos.

As políticas que tentaram de alguma forma uma conservação do património, encontravam-se de certo modo organizadas desde os inícios dos anos oitenta. E, é cada vez mais significativa a relação que o processo da reabilitação estabelece com a promoção turística. O património, quer seja em cidades ou em meios rurais, após terem sido alvo de um abandono, devido à presença competitiva das periferias urbanas ou do êxodo rural em décadas anteriores. Tem-se estabelecido várias experiências através da implementação de programas e conceitos funcionais distintos dos originais dos locais, ou seja, desde a especulação que é feita pela rede imobiliária, cuja a intenção é de apenas reocupar os edifícios abandonados, até à reabilitação que pretende salvaguardar, ainda que aparentemente o património e a sua identidade histórica e cultural.

Assim, torna-se necessário redefinir o conceito de património, a partir do reconhecimento das características do espaço, permitindo mostrar como a deslocalização pode tender para a extinção de um conjunto de valores patrimoniais, que estão vigentes durante a duração do processo de reabilitação, considerando necessária uma estratégia alternativa ao desenvolvimento global.

Sendo assim, a recriação de espaço ou edifício de relevo numa malha consolidada, como são as zonas históricas, introduzindo um conceito moderno na estrutura histórica, exige uma sensibilidade arquitectónica maior. Tem de existir uma compreensão da arquitectura ou do lugar e o seu contexto, tentando assim a preservação de recursos ou da arquitectura local, através de uma análise das suas fragilidades, da capacidade de flexibilidade, da sua condição em ser visitável e de ser integrado num processo de reabilitação, utilizando mecanismos de protecção, ou seja, as legislações em vigor nos diferentes aspectos e os processos e tecnologias utilizadas.

Em relação à temática da legislação em vigor, observamos que o plano mais frequente numa reabilitação urbana, encontra-se no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU). Este documento institucional integra os aspectos que de alguma maneira seguem o objectivo do necessário encontro de soluções para os cinco desafios que actualmente são colocados à reabilitação urbana, sendo eles: “Articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infraestruturas das áreas urbanas a reabilitar; Garantir a

complementaridade e coordenação entre diversos actores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas áreas de reabilitação urbana, cuja delimitação incumbe os municípios e nas quais se intensificam os apoios fiscais e financeiros; Diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados; Criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação; Desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas”.¹⁵

Por ventura devemos referir que, da análise realizada ao Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, podemos mencionar uma especial atenção conferida à integração e coordenação das intervenções, que pretendem salientar a necessidade de se alcançarem soluções coerentes entre os aspectos funcionais, económicos, sociais, culturais e ambientais nas áreas a reabilitar. Estes factores, são um conjunto de premissas que influenciam o processo de recuperação e interagem directamente com o edifício, tornando-o viável para a utilização, com um melhor desempenho a nível de funcionamento e tornando-os activos e prontos para uma nova reutilização.

Mas actualmente, existem factores determinantes para um avanço descontrolado da degradação do estado actual dos espaços reabilitados, como sendo, a “inexistência de adequados planos de urbanização, de pormenor ou de instrumentos de programação que enquadrem as preocupações de protecção do património cultural e do património edificado num quadro normativo mais amplo; a falta de coerência ou ausência de uma visão estratégica do planeamento urbano”; a ausência de acções que incentivem à vivência nos centros históricos na sua totalidade e de programas que sejam o suficientemente atractivos para que a reabilitação seja economicamente mais acessível que a das novas construções; “a incoerência da política de habitação, que não promoveu o mercado de arrendamento, mais ajustado à ocupação de zonas históricas”; e de certo modo, há uma inexistência de organização na localização das actividades, comerciais e de serviços, por certo haverá uma certa deslocalização “de actividades tradicionalmente ligadas aos centros urbanos para zonas peri-urbanas, gerando novas centralidades desarticuladas entre si.”¹⁶

O conjunto de reflexões que acima foram indicadas determinam o sistema desorganizado das práticas e estratégias de reabilitação que, de algum modo, caracterizam as intervenções no património. Falta ainda perceber o que determina o conjunto de fundamentos que dão origem a uma reabilitação, como a do nosso caso de estudo, que são impulsionadores de um desenvolvimento turístico. O resultado obtido é a criação de paisagens descontextualizadas,

¹⁵ OLIVEIRA, Fernandes; LOPES, Dulce; ALVES, Cláudia; 2011; Regime Jurídico da Reabilitação Urbana; Coimbra: Amedina; p.9.

¹⁶ CUNHA, Licínio; 1997; Economia e Política do Turismo; Lisboa; McGraw Hill.

que tentam embeber a origem local dos turistas, mas que pontualmente são aplicadas ao território, desprovidas de qualquer plano global, através da sucessão construtiva de ambientes desarticulados, na sua maioria, do resto da malha já edificada e consolidada.

No actual RJRU verifica-se que o legislador ao optar por designar um conceito de reabilitação mais global, não se restringindo às vertentes imobiliária ou patrimonial, permitiu que se considerasse a reabilitação como uma disciplina integrada, coordenada e dirigida das intervenções.¹⁷ Ou seja, a acção de inserir uma reabilitação num espaço, determina-se como sendo um elemento fulcral para a distinção da capacidade de um centro urbano ou rural se tornar num atractivo turístico, onde particularidades como a memória, identidade espacial, percepção e relação com o espaço envolvente constituem os elementos de maior relevo estratégico.

Assim, a arquitectura é um dinamizador do património. Para além da sua dimensão construtiva, que é flexível o suficiente para se adaptar ao contexto em que se insere, ou então como elemento marcante, também a sua capacidade de se tornar um sistema complexo de hospitalidade da população em seu redor, determina-se como um aspecto fundamental, na execução de estratégias que pretendem proporcionar qualidade de vida e capacidade de revalorizar os espaços e edifícios históricos, transformando o turismo como ponto de circulação de pessoas e bens.

2.2 Turismo em Espaço Rural

2.2.1 Introdução ao Turismo em Espaço Rural

O Turismo no Espaço Rural apresenta características próprias, que pouco têm em comum com as modalidades convencionais de turismo no seu geral. Assim sendo, esta atividade tem como objetivo essencial, oferecer aos utentes a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, beneficiando da sua hospedagem e de um acolhimento personalizado. Visto pela perspectiva do desenvolvimento rural, o turismo no espaço rural é uma das atividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico rural, explorando os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada local.

É fulcral promover o turismo de forma harmoniosa e sustentada, respeitando as características de cada região. Foi com base nestes pressupostos que o governo adotou um conceito de turismo no espaço rural, entendido: “(...) como um produto completo e

¹⁷ SILVA, Suzana; 2010; Reabilitação Urbana: Conceitos e Princípios; IO Novo Regime da Reabilitação Urbana; Coimbra, Almedina; p.10.

diversificado que integra as componentes de alojamento, restauração, animação e lazer, baseado no acolhimento hospitaleiro e personalizado e nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura, do folclore, e da história (...)"¹⁸

2.2.2 Contexto do Turismo em Espaço Rural

Os meios rurais estão sempre associados à imagem agrícola, e até há bem pouco tempo baseavam o seu desenvolvimento dessa forma tradicional. Assim, a caracterização o espaço rural pode dividir-se em três fases fundamentais: a primeira, é assinalada pela importância da agricultura, dos meios artesanais e pela carências da população rural. Este período, até à revolução industrial, foi caracterizado pela diversidade funcional e autossuficiência, por sistemas fechados, sobretudo na agricultura e no artesanato; a segunda fase, entre os séculos XIX-XX nos países mais desenvolvidos, é distinguido o papel fulcral da agricultura, mas pela menor importância dos meios artesanais que foram empobrecidos a nível funcional e do êxodo intensivo das zonas rurais; a última fase, dos anos 50 até à atualidade, sucedeu perante o abrandamento da agricultura face ao progresso tecnológico. Assim, aproxima o rural do urbano, alterando a sua distância, a variedade das atividades económicas nas zonas rurais, sem se apoiar apenas na agricultura, mas também na indústria, no comércio e em alguns serviços.¹⁹

As primeiras manifestações de Turismo em Espaço Rural sucederam no início do século XIX, quando as famílias aristocratas elegiam o campo como local de estadia, pois, já nessa altura, as férias eram vistas como fuga alternativa à cidade.²⁰ Em toda a Europa, a atratividade pela ruralidade divulgou-se na literatura clássica. Através da literatura implícita ao tema das viagens, os escritores Almeida Garrett e Alexandre Herculano, de certo modo, foram os pioneiros deste fenómeno, ao valorizarem e avaliarem os antigos hábitos.²¹ O proveito gradual pelo espaço rural, divulgado de diversas formas nos vários países europeus, foi adquirindo dimensão, nascendo assim as primeiras estruturas de apoio e de organização da atividade turística.²² O progresso da realização turística no espaço rural, em meados do século XX, surge com movimentos e serviços divulgados e reconhecidos pelo público como possibilidades

18 DGADR-Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural; acesso em: <http://www.dgadr.mamaot.pt>

¹⁹ BADOUIN, Robert; 1979; *Économie Et Aménagement De L'espace Rural*; Paris: Presses, Universitaires de France; p.234.

²⁰ MOREIRA, Fernando João; 1994; *O Turismo em Espaço Rural - Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português*; Centro de Estudos Geográficos, Portugal: Estudos Gerais B8, Lisboa; p.69.

²¹ Id., *Ibid.*

²² Id., *Ibid.*

de estadia no campo, provocando no espaço uma componente atrativa para os residentes urbanos.²³

Nesse sentido, é importante esclarecer o conceito de Turismo em Espaço Rural. Este consiste num conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais. Este tipo de turismo pode ter várias formas: o tipo de alojamento, o envolvimento agrícola, a existência de um determinado propósito apresentado por um tipo de turismo propício às zonas rurais.²⁴

2.2.3 O Turismo como alavanca de Desenvolvimento Rural

O turismo tem vindo a afirmar-se como uma das mais significativas actividades económicas mundiais, gerando impactos directos e indirectos ao nível da produção, do emprego e do investimento, ao mesmo tempo que influencia a qualidade de vida das populações. Tal facto tem conduzido à crescente consciencialização, por parte de poderes públicos e privados, da importância do turismo enquanto motor de desenvolvimento. “O turismo não é um sector isolado que vive e se desenvolve por si próprio mas antes uma actividade que integra uma grande multiplicidade de outras com as quais se fortalece e às quais acrescenta novas funções e abre novos horizontes”.²⁵

As áreas rurais portuguesas, apesar de serem detentoras de uma grande riqueza de recursos naturais, humanos e culturais, são hoje afectadas por importantes insuficiências em termos de desenvolvimento, condicionadas por razões físicas, económicas e principalmente sociais. É neste contexto que o mais recente Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural²⁶, conjugando estratégias, destaca a rentabilização e potencializando dos recursos..

O ambiente rural tem assistido nos últimos anos à redescoberta pela população urbana, que, de uma forma crescente, procura locais de fuga do quotidiano urbano cada vez mais exigente, procurando a vivência de experiências e o contacto com realidades culturais e ambientais que só estas áreas proporcionam. A actividade turística rural responde ao crescente interesse pelo património natural e cultural. O retorno às origens, aos modos de vida e à relação com a natureza, têm vindo a ser valorizados e objecto de uma procura crescente por parte de populações urbanas refere Manuela Ribeiro.²⁷

²³ Id., Ibid.

²⁴ KASTENHOLZ, Elisabeth; DUANE, Davis; GORDON, Paul; 1999; Segmenting tourism in rural areas: The case of north and central Portugal; Journal of Travel Research, Vol. 37, nº 4; p.353.

²⁵ CUNHA, Licínio; 2003; Introdução ao Turismo, 2ª Edição, Editorial Verbo.

²⁶ Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural. Acesso em: <http://www.gpp.pt/drural/>

²⁷ RIBEIRO, Manuela; 2003; Pelo turismo é que vamos/podemos ir (?). Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento

Nas últimas décadas a sociedade portuguesa sofreu transformações importantes, que condicionaram as áreas rurais e as representações sociais sobre elas, “(...) a maior parte das áreas rurais passaram (...) de espaços (im)produtivos de alimentos, a espaços-reserva de qualidade ambiental, a guardiães da natureza e das memórias do passado”.²⁸ O Turismo em Espaço Rural surge, assim, como a forma mais significativa de alterar a ruralidade, satisfazendo a procura através de actividades de recreio, de lazer e de enriquecimento cultural nas áreas rurais. É neste contexto, que as novas modalidades de turismo relacionadas com os espaços rurais e naturais assumem um potencial de crescimento considerável, apresentando-se como resposta às vivências e preocupações de sectores da sociedade culturalmente mais exigentes e como alternativa ou complemento do turismo de massas.²⁹

Tratando-se de um sector gerador de infra-estruturas, de equipamentos, de actividades, de bens e serviços, pode proporcionar uma verdadeira cadeia de valor e de riqueza com repercussões directas nas economias regionais, estimulando o crescimento de outros sectores que lhe servem de suporte e contribuindo para a fixação das populações. Este tipo de turismo, ainda que seja minoritário no conjunto do mercado turístico, pode servir não apenas uma contribuição valiosa para a sustentabilidade das economias, mas também em termos de conservação do meio ambiente, de impulso à reabilitação do património.³⁰

O turismo pode ser encarado como motor do crescimento económico e alavanca do desenvolvimento rural, devendo dar particular relevo a políticas que promovam o empreendedorismo, a inovação, a eficiência de gestão, a criação de emprego e a procura de novas oportunidades, assentes nos conceitos de qualidade, diferenciação, diversidade e sustentabilidade. Perante um quadro actual recessivo do mundo rural, a aposta no turismo apresenta-se como uma nova oportunidade para as regiões do interior, proporcionando a tão necessária diversificação e dinamização dos seus tecidos económicos e sociais, capaz de contribuir para evitar o abandono e a desertificação de alguns espaços.

rural; TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur; Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer; Coimbra; p. 41-56.

²⁸ FIGUEIREDO, Elisabete; 2003; Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural; TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur; Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer; Coimbra; p.65-82.

²⁹ SIMÕES, Orlando; 2003; Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida; TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur; Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer; Coimbra; p.15-23.

³⁰ RIBEIRO, J.Cadima; VAREIRO, Laurentina C.; 2007; Turismo e desenvolvimento regional: o espaço rural como destino turístico; Actas do 1º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro, Câmara Municipal Arcos de Valdevez; p. 470-486.

2.2.4 Evolução do Turismo em Espaço Rural em Portugal

Em Portugal, o Turismo em Espaço Rural surgiu na década de 60 do século passado. A localização geográfica do país, as suas condições climatéricas e os preços praticados começam a atrair para Portugal correntes turísticas vindas do estrangeiro, a uma escala mais elevada. Nesta altura, surgem os grandes empreendimentos turísticos onde até então não existia qualquer objeto de planeamento e, com o aparecimento dos desequilíbrios estruturais, o turismo em espaço rural passa a ser integrado nos planos que foram os grandes instrumentos de estratégia de desenvolvimento do país, abrangendo todos os domínios da sociedade.³¹

Surgem nesta altura os primeiros desgastes a nível ambiental, dando-se então preferência às questões relacionadas com as correções dos desequilíbrios regionais e de ordenamento do território, sendo o turismo visto como sector estratégico para o desenvolvimento socioeconómico, a qualidade de vida, o progresso social da população, do ordenamento do território, da correção progressiva dos desequilíbrios regionais, do emprego e da distribuição territorial dos rendimentos.³² A nível institucional, o turismo passou a ser responsabilidade de um membro do governo. Os órgãos locais foram integrados em Regiões de Turismo e foi criado o Instituto Nacional de Formação Turística, pretendendo prover o turismo de uma estrutura própria a nível político e institucional.³³

Já nos finais da década de 70, surge o conceito de Turismo de Habitação como a primeira modalidade de turismo em espaço rural, assumindo e valorizando a sua localização especificamente rural, a sua história patrimonial e a sua pequena dimensão, representadas pela qualidade do meio e da habitação, pela forma de acolhimento personalizado, pouco profissional, doméstico e familiar, pelo possível convívio entre os visitantes e os residentes na descoberta de outros espaços e vivências.³⁴ As modalidades a expandir deveriam ter natureza familiar e, simultaneamente, valorizar e proteger o património cultural, como a arquitetura tipicamente regional. Para além do Turismo de Habitação, foram consideradas duas novas modalidades: o Turismo Rural e o Agroturismo.³⁵

A partir dos anos 90, a percentagem de turistas portugueses aumentava de ano para ano, incidindo num esgotamento do modelo de desenvolvimento turístico baseado no turismo litoral e no aproveitamento indiscriminado dos recursos naturais. Era então urgente cativar a

³¹ CUNHA, Licínio; 1997; Economia e Política do Turismo, Editora McGRAW-HILL, Alfragide.

³² CAVACO, Carminda M. M.; 1999; Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal, In: CAVACO C - Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia, Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa, p.293 - 304.

³³ Id., Ibid.

³⁴ Id., Ibid.

³⁵ Id., Ibid.

população para os novos produtos turísticos, encaminhados de acordo com a nova procura turística e assentes em princípios mais sustentáveis.³⁶

Surge em 1997 uma nova legislação que pretendia revitalizar e desenvolver o conjunto económico rural, contribuindo para o aumento dos rendimentos dos residentes locais e dos postos de trabalho e a fixação das ditas populações.³⁷ Posteriormente, foram criadas novas modalidades de Turismo em Espaço Rural: as Casas de Campo, o Turismo de Aldeia, os Hotéis Rurais e os Parques de Campismo Rural, pretendendo-se desta forma clarificar o tipo de alojamento e o seu carácter familiar e de atividade complementar dos seus donos.³⁸

O Turismo em Espaço Rural, propagou-se gradualmente pelo país e cerca de dez anos após o seu enquadramento legal, o número de unidades de TER tinha triplicado. Já no início deste século, é elaborada nova legislação, estabelecendo o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos turísticos, mantendo-se genericamente a filosofia anterior. Em 2007, esta legislação volta a ser reforçada, tendo em consideração a sua ligação à natureza e o contributo decisivo para o desenvolvimento e modernização da região em que estão localizadas.³⁹ Neste contexto, pode compreender-se facilmente a preocupação não só relativa à diversificação da oferta turística nacional, como também a de lançar produtos mais sustentáveis e que contribuíssem para o desenvolvimento local, por parte das entidades oficiais nacionais.⁴⁰

2.2.5 As modalidades do Turismo em Espaço Rural

O fenómeno do turismo tem revolucionado a forma como aproveitamos as férias e as nossas pausas da vida rotineira. Como os restantes sectores, o turismo teve a necessidade de se especializar. Desta forma, não só conseguia ser mais diversificado como conseguia atrair mais turistas que pretendiam ofertas diferentes. Se fizermos uma analogia geral, quase que podemos afirmar que existe um turismo urbano e um turismo rural. E nesta vertente de Turismo em Espaço Rural podemos identificar algumas modalidades que o compõem. Assim, os empreendimentos de turismo no espaço rural podem ser classificados nos seguintes grupos:

³⁶ Id., Ibid.

³⁷ Id., Ibid.

³⁸ Id., Ibid.

³⁹ Id., Ibid.

⁴⁰ Id., Ibid.

2.2.5.1 Turismo de Habitação

São empreendimentos de Turismo de Habitação os estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos.⁴¹



Fig.3 Casa de Lamas, solar dos finais do séc. XVII, com origens no séc. XV. Fonte: <http://smallparadises.pt/info/SmallParadises-Turismo-no-espaco-Rural-Casas-de-Ferias-e-Gastronomia-no-Minho-Norte-de-Portugal-24.html>

2.2.5.2 Turismo Rural

São empreendimentos de Turismo Rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente.⁴² Os empreendimentos de Turismo Rural podem ser classificados nos seguintes grupos:

⁴¹ Art. 17, D.L. 54/2014 de 23 de Janeiro.

⁴² Art. 18, D.L. 54/2014 de 23 de Janeiro.

2.2.5.2.1 Casas de campo

São imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local. Quando as casas de campo se situem em aldeias e sejam exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, são consideradas como turismo de aldeia.



Fig.4 Casa das Laranjeiras. Fonte: <http://www.hotfrog.pt/Empresas/Casa-da-Laranjeira>

2.2.5.2.2 Agro-turismo

São os imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.



Fig.5 Herdade da Negrita. Fonte: <http://www.roteirodoalqueva.com/alojamento/herdade-da-negrita>

2.2.5.2.3 Hotéis Rurais

São os empreendimentos turísticos que cumpram os requisitos de classificação aplicáveis aos estabelecimentos hoteleiros, bem como o disposto nos empreendimentos em espaço rural, podendo instalar-se ainda em edifícios novos, construídos de raiz, incluindo não contíguos.



Fig.6 Bética Hotel Rural. Fonte: http://www.herancasdoalentejo.net/index.php/herancas/layout/set/print/alojamentos/betica_hotel_rural

2.2.5.2.4 Parques de campismo rurais

Aplicam-se aos terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m².⁴³



Fig.7 Parque de Campismo da Quinta de Pentieiros. Fonte: <http://hernanicardoso.pt/wp-content/uploads/2013/05/Parque-de-Campismo-Municipal-da-Quinta-dos-Pentieiros.jpg>

⁴³ Art. 10, D.L. 54/2002 de 11 de Março.

2.3 Turismo de Habitação

2.3.1 Introdução ao Turismo de Habitação

No início dos anos 80, Portugal debatia-se com a existência de inúmeras casas com história, em avançado estado de degradação, localizadas em áreas de interesse turístico estratégico. Nessa altura, o alojamento era escasso, na generalidade de discutível qualidade e, por vezes, completamente desajustado e inadequado.

Reconhecendo os inestimáveis recursos que possuíamos para desenvolver um produto caracterizado pela qualidade do alojamento, principalmente baseado nas atractivas áreas rurais do nosso país e na hospitalidade inata dos proprietários destas casas, foi introduzido um conceito que permitia potenciar a renovação das casas, das quintas e jardins, criando, de acordo com as famílias proprietárias, o “Turismo de Habitação”, um tipo de alojamento que proporciona aos visitantes o contacto com a hospitalidade, a simpatia, a cultura e a gastronomia do Portugal autêntico.

Esta experiência, logo depois uma agradável realidade, tornou-se numa verdadeira modalidade de turismo, representando hoje, para além duma imagem de excelência do turismo português, um exemplo de preservação do património privado e familiar e de dinamização do turismo sustentável em Portugal. Ao longo das três décadas de existência mais consistente, foram vários os programas de financiamento para renovação dos imóveis, o que levou a que se criassem alojamentos de qualidade, que resultaram na afirmação do Turismo de Habitação e do Turismo no Espaço Rural que se têm promovido.⁴⁴

2.3.2 Perfil da TURIHAB

Durante as 1ª jornadas de Turismo de Habitação, realizadas em Março de 1983 em Ponte de Lima, o Turismo de Habitação foi reconhecido como sendo uma actividade turística que daria um contributo importante para o crescimento do turismo na região e de apoio aos donos das casas concluindo-se a necessidade de formar uma cooperativa que defendesse os interesses comuns. Com principal objectivo de fomentar a preservação das casas de Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural, bem como a sua tradição e cultura, o Presidente da TURIHAB, Eng.º Francisco de Calheiros, definiu-a como um meio importante para promover o espírito de associativismo “identidade colectiva”, reafirmando: “Somos uma grande família, com interesses comuns. Com a TURIHAB beneficiaremos com a eliminação de competição

⁴⁴ Dados fornecidos pela TURIHAB; acesso em:<http://www.turihab.pt/PT/index.html>

entre nós, fomentaremos a máximo coesão e cooperação, concentrando-se, cada um de nós, em projectar uma imagem de qualidade.”

Esta associação, teve como preocupação a recuperação e preservação do património associado ao turismo familiar, com a criação da marca Solares de Portugal. Como o número de casas associadas à TURIHAB aumentou, era necessário diferenciar as casas em termos de preços, das características arquitectónicas e da classificação legislativa tendo sido agrupadas na marca Solares de Portugal em 3 grupos: Casas Antigas, Quintas e Herdades e Casas Rústicas e mais recentemente as casas classificadas em TER integraram a nova marca Casas no Campo. A TURIHAB para o enquadramento na marca dos Solares de Portugal também contempla as seguintes características: o estilo arquitectónico do edifício e a localização; decoração interior, mobiliário e preservação; valor histórico da casa; infra-estruturas; relação com os proprietários; atmosfera, hospitalidade, tranquilidade; qualidade de serviço.



Fig.8 A Casa da Lavandeira. Fonte: http://msimpactoassessoria.blogspot.pt/2013/01/casa-da-lavandeira-convida-para-uma_21.html

2.3.3 Turismo de Habitação em Portugal

2.3.3.1 Enquadramento

Servindo-nos de base estas afirmações, o turismo é condicionado em termos espaciais e temporais, assumindo também o impacto que detém sobre o espaço e a actividade económica. O Turismo de Habitação constitui uma forma particular de turismo, um turismo cultural que tem fixação em meios rurais. Este produto é acima de tudo o alojamento, mais precisamente o alojamento numa casa de campo.⁴⁵

Em termos de legislação, o Turismo de Habitação está designado como os “estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares”.⁴⁶ Este sector inclui os serviços de hospedagem em zonas rurais e a exploração dos recursos. Este género de turismo contém serviços de hospedagem em solares e casas apalaçadas, em quintas com actividades agrícolas, em casas rústicas e em hotéis rurais. Estes serviços de hotelaria dividem-se em duas categorias: o Turismo de Habitação e o Turismo em Espaço Rural, que inclui Casa de Campo, Turismo de Aldeia, Agro-turismo e Hotéis Rurais.⁴⁷

2.3.3.2 Produção e promotores do Turismo de Habitação

O Turismo de Habitação foi lançado como uma experiência em Portugal em 1978 em quatro zonas: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa. Desde então, têm vindo a demonstrar cada vez mais preponderância. Entre 1984, ano em que se iniciaram as primeiras estatísticas deste sector e 2008, o número de estabelecimentos (Turismo de Habitação e Turismo Rural) inscritos no organismo responsável pelo turismo em Portugal cresceu de 103 para 1 047 unidades, e a capacidade de alojamentos aumentou de 763 para 11 692 camas. Estas casas têm uma distribuição desigual pelo país, concentrando-se essencialmente na zona norte.⁴⁸

⁴⁵ PEREIRO, Pérez Xerado; 2008; Turismo Cultural. Uma Visão Antropológica; La Laguna: Pasos; acesso em <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita2.pdf>

⁴⁶ Turismo Centro de Portugal; Acesso em: <http://www.turismodocentro.pt/pt/>

⁴⁷ Id., *ibid.*

⁴⁸ Dados obtidos no site Turismo de Portugal; acesso em: <http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/análisesestat%C3%ADsticas/aofertaeaprocuranoter/Pages/AOfertaeAProcuranoTER.aspx>

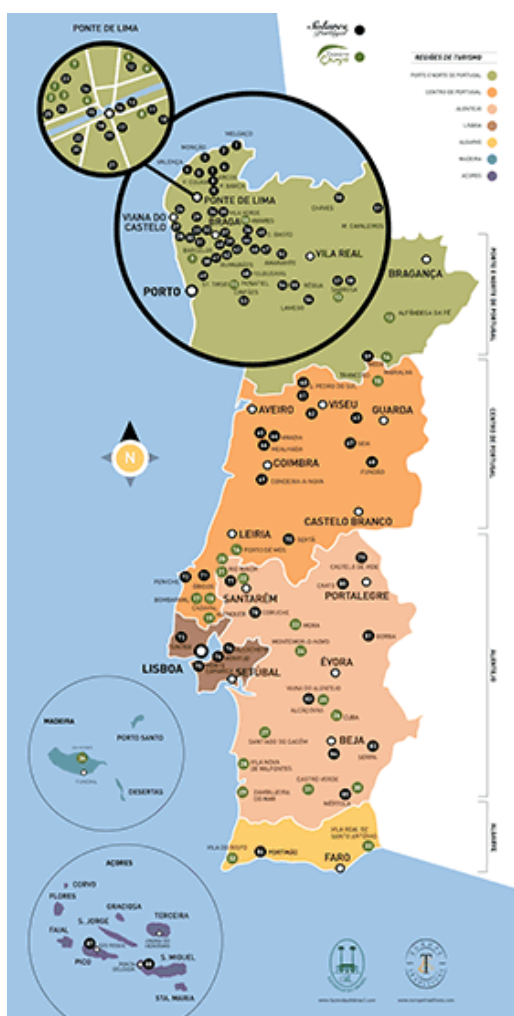


Fig.9 Mapa da distribuição nacional de Turismo de Habitação. Fonte: Solares de Portugal

Consultando as informações disponíveis no Turismo de Portugal, indica que cerca de três quartos das casas estão inseridas numa quinta ou herdade, de diferentes dimensões, na maioria das vezes com actividades agrícolas. Por outro lado, cerca de um terço dos quartos e camas disponíveis estão localizadas em edifícios adjacentes à casa principal, que antes tinham funções associadas à agricultura, como casas de caseiros, cavalariças, celeiros, alpendres, cortes de gado e lojas de arrumos.

O Turismo de Habitação tem no mercado dois tipos de alojamentos, um mais senhorial e outro mais tradicional. O senhorial está mais próximo do modelo de habitação característico das pessoas mais importantes da época e tem lugar em solares e casas apalaçadas, normalmente mobiladas e decoradas com objectos tradicionais como: cristais, pratas, tapeçarias e quadros. O alojamento mais tradicional está mais próximo do padrão de habitação característico das pessoas do campo com algumas posses e tem lugar em casas rústicas, normalmente deixadas com a pedra à vista e mobiladas e decoradas com objectos de estilo rústico: objectos

tradicionais de uso doméstico ou alfaias agrícolas.⁴⁹ As lareiras e os elementos religiosos marcam presença de uma forma recorrente nos dois tipos de alojamentos. A par dos elementos históricos e tradicionais, estas casas são reabilitadas de forma a que sejam garantidas todas as condições de um alojamento. Para além de oferecerem uma hospedagem tão característica, muitos destes destinos ainda oferecem equipamentos e actividades de animação em 75% das casas, como as piscinas e os campos para a prática de actividade física. A oferta de Turismo de Habitação foi transformada de forma a responder aos desejos do mercado, proporcionando a estadia numa casa emblemática, com um acabamento e qualidade contemporânea mas, assumindo sempre uma arquitectura tradicional.

A entrada dos proprietários na actividade, foi na maior parte dos casos impulsionada pela recuperação e rentabilização de imóveis obtidos por herança. Mas também há quem tenha adquirido e reabilitado imóveis com o intuito de criar um negócio rentável.⁵⁰ No Turismo de Habitação está associado à reabilitação de edifícios antigos, podemos identificar dois tipos de intervenção por parte dos proprietários. Por um lado a reabilitação é feita pelos investidores que pretendem recuperar o património arquitectónico, por outro, existe o intuito dessa recuperação com objectivo de criar um negócio de turismo.⁵¹

Temos de identificar quatro grupos de intervenientes no mercado:⁵² Os proprietários que ingressam na actividade para recuperar e manter na família o património herdado; os agricultores e criadores de animais que procuram rentabilizar antigas instalações agrícolas; os indiferenciados, indivíduos que recuperam e adaptam antigas habitações, situadas em aldeias ou nouro tipo de povoações, a fim de as explorar turisticamente; os prevaricadores, indivíduos que ingressam na actividade para usufruir de incentivos financeiros à recuperação e melhoramento de casas, que funcionam como residência secundaria e não como unidades de alojamentos turístico. Este turismo tende a ser localmente controlado, de carácter familiar, de pequena escala e em harmonia com o ambiente físico, social e cultural das comunidades de acolhimento, no qual o cliente é acomodado na casa do anfitrião.⁵³

⁴⁹ SOBRAL, José; 1999; Da casa à nação: passado, memória, identidade; Etnográfica; VIII(2); p.243-271.

⁵⁰ NEVES, A. Oliveira das; 2008; Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal; Lisboa: Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; p.36-37.

⁵¹ RIBEIRO, Manuela; 2003; Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural em Portugal; José Portela, e João Caldas; Portugal Chão; Oeiras: Celta; p.199-216.

⁵² SILVA, Luís; 2007; Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal; Revista de Turismo y Património Cultural; Vol. 5;Nº2; p.35.

⁵³ Id., ibid.

2.3.3.3 Consumo e consumidores do Turismo de Habitação

Se consultarmos os quadros estatísticos fornecidos pelo Turismo de Portugal, podemos concluir que o número de dormidas passou de 31 900 em 1984, para 497 000 em 2008, o que corresponde a um aumento não só do número de dormidas como da divulgação e estabilização deste tipo de turismo. Neste tempo, podemos também verificar que o número de turistas estrangeiros foi quase superior em relação aos turistas nacionais, mas esse paradigma tem mudado a cada ano que passa, pois devido à crise económica muitas pessoas preferem fazer turismo “cá dentro”. No resto dos países da União Europeia verifica-se efectivamente que o turismo doméstico é sempre das primeiras escolhas de quem pretende viajar. Para melhor percebermos a evolução e a estimativa da evolução do turismo interno, apresentamos um gráfico elucidativo do Plano Estratégico Nacional de Turismo para 2015.

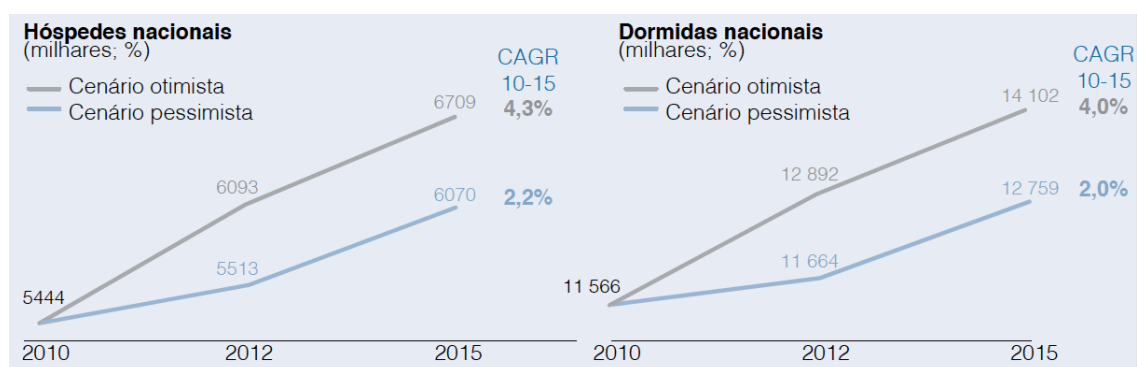


Fig.10 Objectivo de hóspedes e dormidas de turistas nacionais. Fonte: Roland Berger

A procura do Turismo de Habitação em Portugal é composta por turistas dos grandes centros urbanos e ou do estrangeiro, principalmente do centro e norte da Europa. Normalmente estes turistas são de classe média alta, na qual a sua estadia é geralmente reduzida, entre duas a quatro noites. Mas os turistas estrangeiros tendem a permanecer mais tempo e fazê-lo de forma mais regular. Foram os dados adquiridos após a leitura de alguns estudos.⁵⁴

Por vezes, podemos ser questionados de que forma um investimento no meio rural pode conseguir cativar clientes durante a sua estadia. Pois bem, esse tempo pode ser passado de diversas maneiras, consoante as condições climatéricas, as actividades de animação existentes na unidade ou nas proximidades, as atracções e a disposição dos turistas.⁵⁵ Os consumos destes turistas não se limitam, aquilo que é possível efectuar nas zonas rurais, pois existem indivíduos que durante a sua estadia em unidades de turismo de habitação visitam atracções situadas em meios urbanos mais ou menos próximos do local de hospedagem.

⁵⁴ NEVES, A. Oliveira das; 2008; Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal; Lisboa: Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; p.24-26.

⁵⁵ URRY, John; 2002; The Tourist Gaze. Leisure and Travel in Contemporary Societies; Londres: Sage.

Em relação aos espaços, “os turistas valorizam o facto de o sector de o sector funcionar em casas representativas da ruralidade, sejam estas rústicas ou de feição senhorial, normalmente inseridas numa propriedade rural que tem equipamentos e actividades de animação complementares, com destaque para as piscinas.”⁵⁶ Se olharmos em relação ao desenvolvimento social dos turistas estes, “valoram positivamente a interacção que desenvolvem com os hospedeiros, incluindo os proprietários e os funcionários das unidades. Esta interacção é mais acentuada nos casos em que existe coabitação entre turistas e os proprietários do que nos casos em que os turistas ficam alojados numa casa independente. Muitas vezes, tal relacionamento vai de encontro ao desejo dos hóspedes de conhecerem gente local e com um conhecimento profundo sobre a região.”⁵⁷

Assim podemos concluir que, para além da atracção que está associada ao meio rural, a procura do turismo de habitação é exercida pela vontade de explorar edifícios que fazem parte do nosso património. “A frequência do campo e do sector encontra-se ainda associada ao desejo de conhecer o território nacional mais em pormenor, aquilo que normalmente se designa Portugal profundo. Este conhecimento abrange paisagens, costumes, tradições e patrimónios.”⁵⁸

A divulgação deste género de turismo é na maioria das vezes feita a partir da internet, ou através de conhecidos. Assim, percebemos como o turista que escolhe o seu destino, fá-lo de forma autónoma e ciente do serviço que vai receber.⁵⁹

No entanto, não podemos descurar que este serviço de alojamento apenas se restringe a serviço de turistas. Pois, existem um número de indivíduos que procura hospedagem por outros motivos, “(...) são indivíduos que frequentam o campo a fim de visitar familiares e amigos, visitar familiares e amigos, visitar atracções turísticas e participar em eventos desportivos (...), bem como em certames de outra natureza.”⁶⁰ Então o que acontece, é que devido a essas razões esses indivíduos apenas têm como opção de alojamento essas casas que ficam próximas dos locais de interesse.

⁵⁶ SILVA, Luís; 2007; Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal; Revista de Turismo y Património Cultural; Vol. 5; N°2; p.37.

⁵⁷ Id., ibid.

⁵⁸ SILVA, Luís; 2007; Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal; Revista de Turismo y Património Cultural; Vol. 5; N°2; p.38.

⁵⁹ NEVES, A. Oliveira das; 2008; Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal; Lisboa: Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; p.26-27,43.

⁶⁰ SILVA, Luís; 2007; Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal; Revista de Turismo y Património Cultural; Vol. 5; N°2; p.39.

2.3.3.4 Impactos do Turismo de Habitação

Para combater o êxodo rural e o abandono agrícola dos campos, foi iniciado em meados do século XX, medidas que pudessem ajudar a impulsionar o mercado rural e cativar a população. Assim é iniciada a modalidade de turismo de habitação, que não sendo um género de turismo ainda muito preponderante na economia nacional, tem impacto a nível local como motor de desenvolvimento rural.⁶¹ Essencialmente esses planos destinavam-se a fixar a população rural, desenvolver o mercado económico, explorar a sociedade e promover todo o seu património.⁶²

Como refere Luís Silva, o Turismo de Habitação é “(...) o sector que contribui para o desenvolvimento das áreas em que é implantado de diversas formas. Em termos económicos, refere-se que o turismo cria postos de trabalhos directos e indirectos e dinamiza o comércio e a restauração. No plano cultural, declara-se que o turismo promove o intercâmbio entre pessoas de diferentes origens geográficas e culturais, fomenta a recuperação de casas e outros patrimónios edificados e assegura a manutenção e criação de algumas tradições. Os hóspedes e outras figuras ligadas ao Turismo de Habitação têm uma visão similar, especialmente no que respeita aos benefícios económicos que o sector comporta para as populações locais.”⁶³

No entanto, também será necessário reforçar a ideia que o Turismo de Habitação é um sector que interage no meio rural, ou seja, o número de postos de trabalhos criados directamente não é assim um número avultado, pois a maioria destes alojamentos tem apenas um ou dois empregados permanentes. Isto verifica-se também nos empregados que são contratados temporariamente nas épocas de mais movimentação ou em eventos exclusivos.

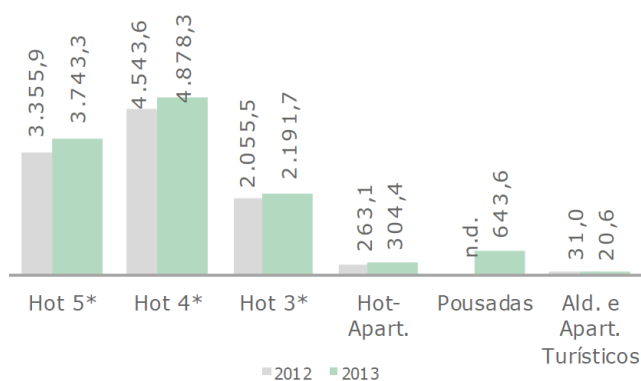


Fig.11 Proveitos em empreendimentos turísticos por tipologias - milhares € - Dez. 2012-2013. Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Flash Regional Dezembro 2013.

⁶¹ SILVA, Luís; 2008; Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal; Arquivos da Memória; Nº4; p.6-25.

⁶² JORDÃO, Nuno; 2002; O desenvolvimento rural em Portugal; Edelmira Perez Correa e José Maria Sumpsi; Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa; Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación; p.321-326.

⁶³ SILVA, Luís; 2007; Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal; Revista de Turismo y Património Cultural; Vol. 5; Nº2; p.39.

Capítulo 3 | Reabilitação

3.1 Introdução à Reabilitação

Desde que a arquitectura se tornou num tema transcendente do nosso vocabulário, tem-se vindo a debruçar sobre duas temáticas - REABILITAÇÃO e HABITAR. Por se considerarem sempre temas actuais no sistema de intervenção do trabalho do arquitecto, mesmo para além do interesse que ambos despertam, o primeiro destaca-se por ter de responder de forma prática e cuidadosa às condicionantes que uma obra existente impõe.

Simultaneamente às acções comuns de adaptação de espaços aos desígnios do viver contemporâneo, existem outras, mais complexas, quando a questão se trata de intervir num edifício de valor patrimonial, de carácter habitacional, com etapas bem definidas nos seus processos: conservação, demolição e construção; no sentido de se recriarem ou acrescentarem novas funções, usos ou espaços.

Uma reabilitação, será sempre um assunto que pode criar discórdia e contestação, com as críticas e as formas de intervir no património, incentivando a entender e a aceitar a ligação entre o passado e o presente. A execução do novo pode aparentar um desvio ao pretender estabelecer uma ligação com aquilo que supostamente se pensa ter sido concebido originalmente, ou mesmo, não respeitando a integridade do antigo, mas isto deve ser interpretado como parte de um processo natural que é a história dos homens, da sua vida e dos seus edifícios, num determinado tempo e lugar. Temos então, de ter em conta que apenas os edifícios construídos e ocupados de forma sistematizada (como os materiais, as igrejas, os palácios), conseguiram sobreviver até aos nossos dias.

Consultando o “Dictionnaire de l’Urbanisme et de l’Aménagement”, de Pierre Merlin e Françoise Choay no tema da reabilitação, os autores deste dicionário apelam às “disciplinas do espaço” nas quais está incluída a arquitectura, escrevem que “apesar do conceito de reabilitação supor um respeito pelo carácter arquitectónico do edifício, opõem-se ao restauro que implica um retorno ao estado original, pelo menos das fachadas e coberturas”. Aliás tornam mais preciso o conceito ao considerar que “a reabilitação, que é considerada frequentemente como um sinónimo de melhoria do habitat, é na realidade uma operação mais profunda”, dando o exemplo de uma “reestruturação interna de uma habitação, mesmo da divisão de um edifício em apartamentos”.⁶⁴

Devemos questionar se o conceito de intervenção tal como aqueles autores o definem, pode contornar as diversidades. De facto, desde monumentos com a mais alta classificação

⁶⁴ MERLIM, Pierre; CHOAY, Françoise; 1996; Dictionnaire de l’Urbanisme et de l’Aménagement; Paris: Presses Universitaires de France; p.677.

patrimonial até a um edifício de habitação corrente com alguns anos, passando por edifícios de habitação do princípio do século XX e muitos outros exemplos que poderíamos destacar. A variedade de valores e tipos é extensa em tão pequeno número de casos e os arquitectos e as suas equipas de técnicos e consultores enfrentam programas tão correntes como a habitação de classe média ou extraordinários. É lhes respondido com projectos estruturados segundo os conhecimentos disciplinares, experiência e vontades próprias, certamente em diálogo com os requerentes e as autoridades envolvidas. No entanto, todos resultam para a melhoria das condições do habitar, ultrapassando meros objectivos específicos.

“As casas velhas, estreitas, arbitrariamente altas e baixas, de dia pitorescas com as fachadas de azulejos coloridos e os balcões de ferro, distinguindo-se agora apenas pelo contraste das suas dimensões, talvez evocassem alguma coisa do passado, quem sabe?”⁶⁵



Fig. 12 Rua dos Mercadores, Ribeira, Porto. Fonte:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/58/Ruas_do_Porto._Na_Ribeira._%288030833863%29.jpg

⁶⁵ Ilse Losa, in *Sob céus estranhos*.

3.2 Arquitetura e Património

Como devemos agir perante o património arquitectónico que nos foi deixado? É hoje cada vez mais visível e aceite em Portugal, que a sociedade se consciencializou para o tema da reabilitação do património e a sua importância como marco do passado e elemento de uma cultura e de uma sociedade com história. Mas esta sensibilização tem vindo a crescer, relançada por alguns motivos que possamos identificar, de destacar uma crescente valorização e respeito dos cidadãos pelo património, acima de tudo se nos referirmos a nível local. Existe hoje uma maior preocupação e uma capacidade de resposta por parte das entidades. Uma maior formação e especialização dos profissionais que interagem directa ou indirectamente com o património. E uma crescente resposta por parte da Administração às questões relacionadas com o património, quer seja na salvaguarda, quer seja por parte das obras de conservação e restauro.

Até agora temos abordado o facto de a sociedade estar a evoluir no aspecto da conservação do património, deixando de lado o conceito de “velho” e “novo”, e apostando numa reabilitação progressiva daquilo que nos foi deixado. Mas apesar dessa sensibilização será que todos sabem qual o conceito de património? Se nos basearmos na opinião de Vasco Costa⁶⁶, “o conceito de património, inicialmente ligado aos aspectos histórico e monumental, tem vindo a ser alargado a expressões arquitectónicas diferenciadas, que integram a arquitectura vernacular.”⁶⁷ Nesta lógica deixámos cair o conceito de património classificado, ou legalmente protegido, e passámos a usar e a trabalhar o conceito mais alargado de património arquitectónico. Este conceito está a ser apropriado pelas populações ao identificarem as construções com que diariamente se relacionam como seu património.”⁶⁸

Vasco Costa alarga o seu comentário referindo-se agora mais ao aspecto em que o património e a reabilitação podem ajudar os espaços urbanos ou rurais a manter a sua essência e sua própria identidade, tornando-se o património arquitectónico um reflexo da cultura e da imagem da nossa história e evolução em sociedade. Refere ainda que a qualidade do património e a sua valorização tem de ser criada após a reabilitação, fazendo-o permanecer no tempo.

“A protecção dos bens culturais que constituem o nosso património arquitectónico impõe-nos um estudo aprofundado da sua história, dos materiais e técnicas usadas na sua construção e da relação entre os valores que esse património representa e a sociedade que o vivencia e procura transmitir às gerações futuras. Neste conceito alargado que temos vindo a abordar, a

⁶⁶ Director-Geral da Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no ano de 1999.

⁶⁷ Denomina-se arquitectura vernacular a todo o tipo de arquitectura em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída. Desse modo, ela apresenta carácter local ou regional.

⁶⁸ Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico; 2001; VI Encontro de Municípios com Centro Histórico; p.33.

protecção do património arquitectónico passa, em primeiro lugar, pela sua compreensão e divulgação e, em segundo lugar, pela investigação de protecção/conservação preventiva.”⁶⁹

Espera-se para o ano de 2015 um crescimento da reabilitação em detrimento de novas construções, visto que inclusive foram criados regimes de exceção com vários benefícios fiscais para quem quiser reabilitar. O atual paradigma passa pela reabilitação, os edifícios são hoje um dos grandes ativos do património. A urgente necessidade de recuperar e reabilitar os edifícios degradados, a par da requalificação global das cidades tem tido um expressivo destaque nos interesses da sociedade, estando em sintonia com a ideologia do Governo. A degradação progressiva das estruturas, quer dos interiores, quer do aspecto exterior dos edifícios tem vindo a agravar-se, conduzindo os centros urbanos a um natural envelhecimento proveniente da falta de manutenção, conservação e desadequação dos próprios edifícios às necessidades reais da sociedade contemporânea. Dadas estas circunstâncias, o abandono e a degradação aparente dos edifícios históricos.

É fundamental que as intervenções de reabilitação urbana cumpram os requisitos básicos da eficácia, durabilidade, compatibilidade e economia. Para que se cumpram os tais requisitos, a qualificação das empresas que atuam nesta área de actividade é, cada vez mais, crucial para garantir o eficiente desempenho e a durabilidade das intervenções. A recuperação do património arquitectónico de valor e qualidade reconhecida, que constitui o Património Histórico legalmente protegido, é naturalmente diferente do restante património arquitectónico. Na verdade, no primeiro caso a acção desenvolve-se num panorama de protecção de modo a garantir a sua transmissão às gerações futuras. No segundo caso a actuação será necessariamente do âmbito da conservação onde a eficácia socioeconómica assume um papel preponderante, relativamente à função do planeamento e à definição de níveis de protecção e tipo de obra permitida.

“É este um valioso e inestimável património: o das pessoas e dos seus traços identitários, o dos bens imateriais em que, em grande medida, se consubstancia a sua cultura.”⁷⁰ As cidades, vilas, aldeias são o resultado de transformações na estrutura urbana e da evolução dos agentes transformadores. Mas também, o acumular de memórias de um passado. “A manutenção dos espaços, edifícios, valores e tradições que são o resultado histórico de um processo de ajustamento entre as condições físicas de um território e as aspirações das pessoas que sucessivamente nele residiram é hoje, mais do que nunca, um factor estratégico de afirmação colectiva e de coesão e integração social.”⁷¹

⁶⁹ Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico; 2001; VI Encontro de Municípios com Centro Histórico; p.34.

⁷⁰ Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico; 2001; VI Encontro de Municípios com Centro Histórico; p.38.

⁷¹ Idem; p.79.

3.3 Reabilitação de Edifícios: As Estatísticas⁷²

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, define reabilitação de edifícios como “(...) a forma de intervenção destinada a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou a vários edifícios, às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às fracções eventualmente integradas nesse edifício, ou a conceder-lhes novas aptidões funcionais, determinadas em função das opções de reabilitação urbana prosseguidas, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, podendo compreender uma ou mais operações urbanísticas”.⁷³

O aumento do número de fogos reabilitados continua ser inferior ao número de fogos concluídos em construções novas. Entre 1991 e 2011, o número de fogos reabilitados apresentou duas fases distintas de evolução. No período de 1991 a 2001, verificou-se um crescimento progressivo do número de fogos concluídos em construções novas e a manutenção do número de fogos reabilitados ligeiramente acima dos 2 000 fogos por ano. No período de 2002 a 2011 verificou-se uma diminuição gradual do número de fogos concluídos em construções novas e um crescimento do número de fogos reabilitados. Apesar deste aumento, o número de fogos concluídos em construções novas continuou a ser significativamente superior ao número de fogos reabilitados.

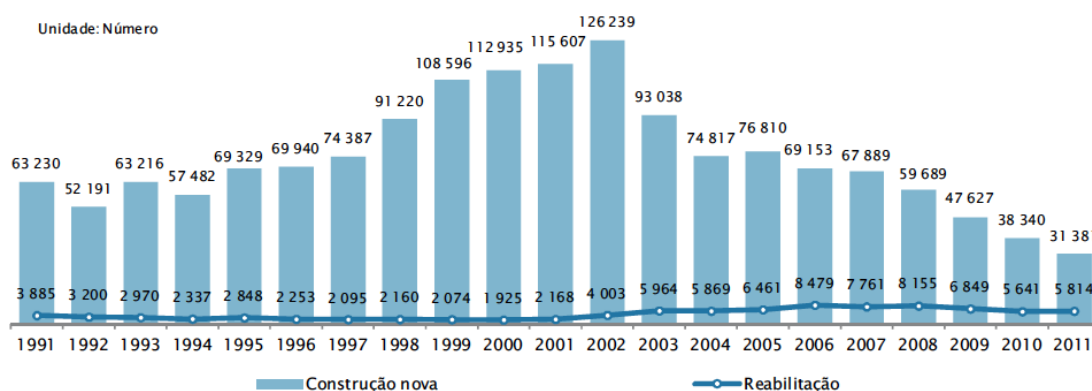


Fig.13 Número de fogos concluídos em obras de construção nova e reabilitação 1991-2011. Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

⁷² Instituto Nacional de Estatística, I.P.; 2003; O Parque habitacional e a sua reabilitação - análise e evolução 2001-2011; p.120-125.

⁷³ Alínea (i), do art.º 2.º.

A reabilitação foi maioritariamente resultado de obras de “ampliação”, logo seguidas de obras de “alteração”. O número de obras de «reconstrução» foi reduzido relativamente aos tipos de obras anteriores, embora tenha ganho alguma importância na última década.

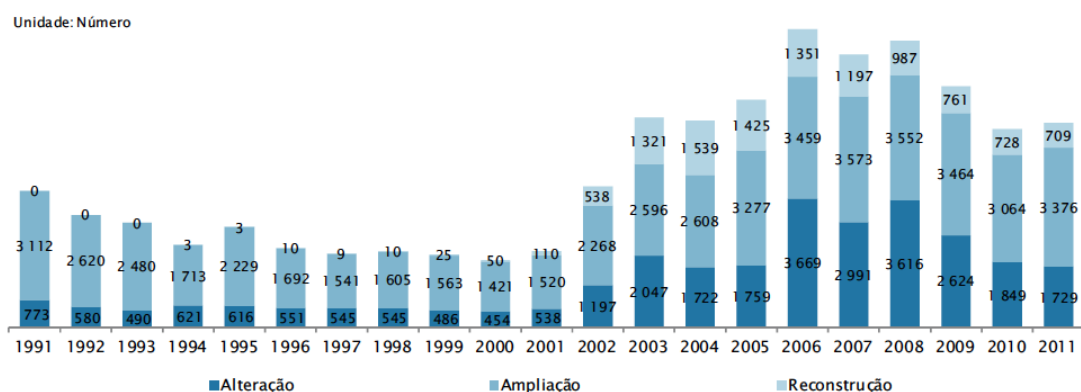


Fig.14 Número de fogos concluídos em obras de reabilitação segundo o tipo de obra 1991-2011. Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Verificou-se que a reabilitação tem sido fortemente impulsionada por entidades particulares, principalmente pessoas singulares, sendo em grande parte referente a edifícios residenciais. O número de fogos cuja reabilitação foi promovida por outras entidades foi reduzido.

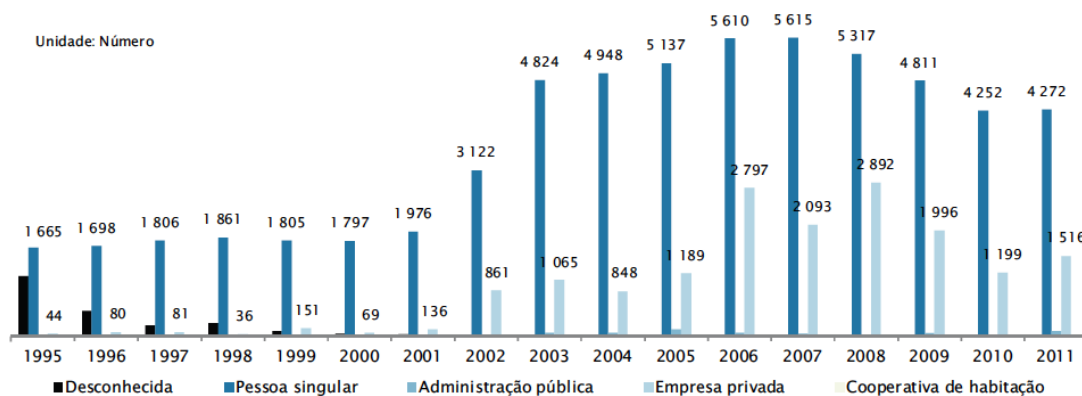


Fig.15 Número de fogos concluídos em obras de reabilitação segundo a entidade promotora 1995-2011. Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Como se verificou anteriormente, o sector da construção em Portugal tem estado vocacionado maioritariamente para a realização de obras de construção nova. Apesar do decréscimo de investimento em obras públicas, nomeadamente nas obras de engenharia e da diminuição no número de edifícios novos construídos, o segmento da reabilitação continua a ser o de menor significado a nível nacional.

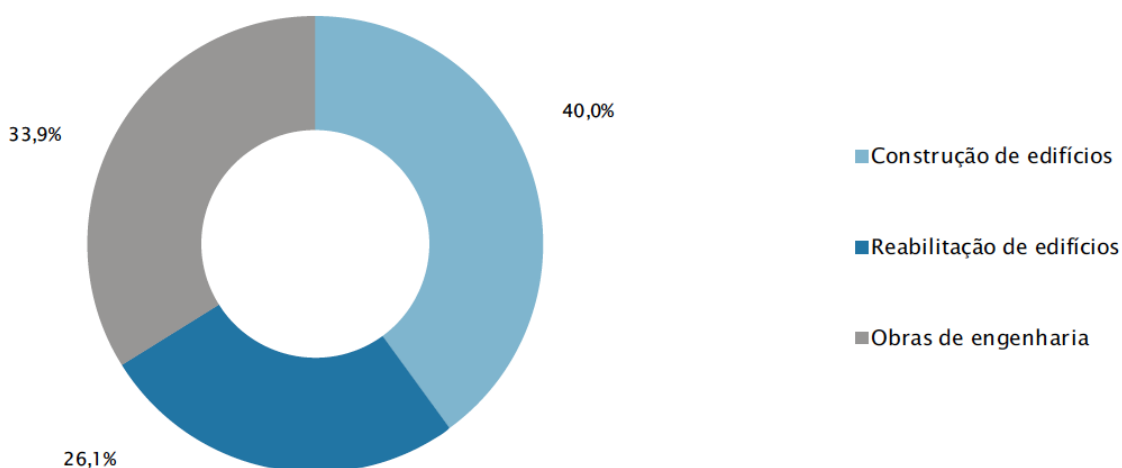


Fig.16 Distribuição da produtividade dos segmentos do sector da construção em Portugal 2011. Fonte: EUROCONSTRUCT, 74th Conference.

Portugal continua a apresentar valores de produtividade do segmento da reabilitação de edifícios inferiores à média europeia, que em 2011 se situava em 34,9%.

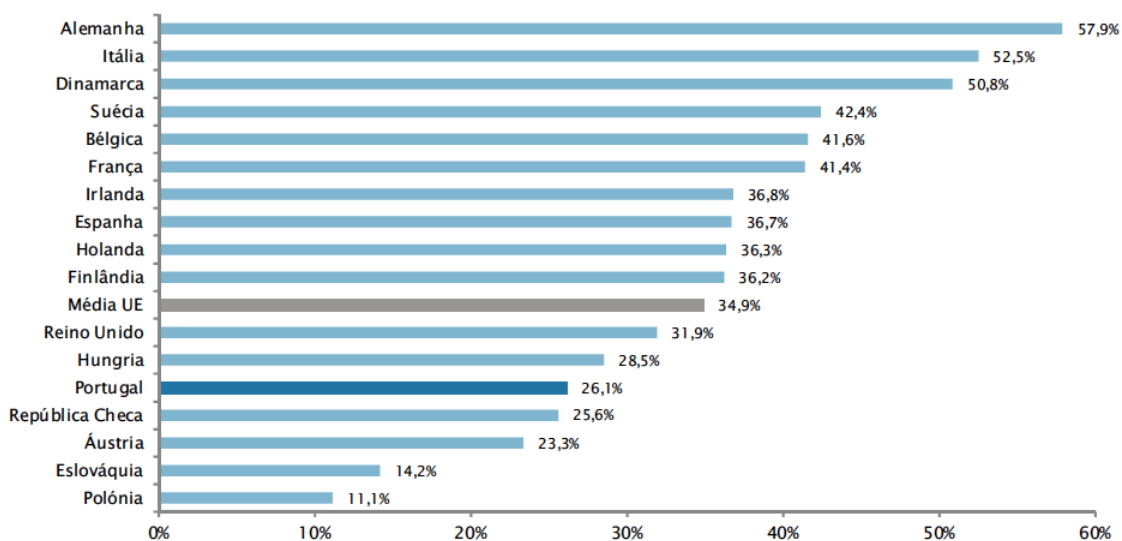


Fig.17 Produtividade do segmento de reabilitação de edifícios em países da União Europeia 2011. Fonte: EUROCONSTRUCT, 74th Conference.

3.4 O Novo e o Antigo contemporâneo

Seguindo as palavras de José Luís Borges que “(...) entre a tradição e o novo ou entre a ordem e a aventura não existe verdadeiramente oposição pois aquilo a que hoje chamamos tradição foi tecido em séculos de aventura”. Nem sempre o novo e o velho foram conceitos tão delineados como hoje em dia os entendemos. Nem ainda nos nossos dias o são em algumas sociedades. Mas se nos centrarmos nestes dois conceitos, na sua generalidade são utilizados quando nos referimos a questões sobre o património. A discussão que muitas vezes é colocada é saber a dimensão da antiguidade do novo para que lhe seja atribuído o valor patrimonial correspondente. E, claramente, temos também aqui presentes critérios de identificação, que se têm vindo a alterar drasticamente e aumentar frequentemente a capacidade de correspondência. Para aquilo que consideramos como património deixam cada vez mais indefinida essa consideração.

Referimo-nos aos conceitos do novo e antigo, com a referência ao tempo. Ou do que advém do tempo, pois eles são muito diversos. Há um tempo da história, mas é outro, e bem diferente, o tempo da geografia, ambos distintos do tempo ou daquilo que podemos considerar como um tempo social, etc. Actualmente, já não é um tema sem contexto, mas, mais do que nunca, está relacionado com o conceito da própria arquitectura.

O debate entre o novo e o antigo, teve inevitavelmente implicações no desenvolvimento e consolidação do próprio conceito de património. Algumas destas considerações prologam-se até hoje e são identificadas na disparidade entre os modos actuais e as possibilidades de os compatibilizar com as referências do passado.

Esta relação entre o novo e velho, era de facto um desafio sobre o uso das formas tradicionais, que uns defendiam como sendo as melhores, ou de formas, que são mais modernas como outros desejavam. Esta “guerra” manteve-se na mesma situação, mesmo quando o antigo se transformou numa arquitectura de valor e a atenção orientou-se para a reabilitação. Esqueceu-se que os lugares e os espaços que ocupam têm uma identidade, e entrou-se num debate separado em partes que nunca mais se ajustaram entre si. Assim, a evolução na história, transformou-se numa nova linguagem, que se tornou essencialmente simbólica, que relacionada com casas individuais, como Casas Apalaçadas ou Solares.

De facto, apesar de “o futuro ser o único sitio onde podemos ir” como nos recorda Renzo Piano, “o passado é uma tentação constante”.⁷⁴ Então, tal como agora, “quando confrontadas com uma situação completamente nova agarramo-nos aos objectos do nosso passado recente”. A tendência que temos para recordar o passado, reflete-se numa nova atracção para com o património cultural cada vez mais considerado como representante da cultura.

⁷⁴ PIANO, Renzo; citado por Paolo Gollo.

Nessa interpretação, já não cabia o reconhecimento da casa rural, reconhecida da cultura dos meios rurais. Ou da própria paisagem, relacionada com o tempo, a agricultura e os costumes e tradições.⁷⁵

A construção conseguiu algumas vezes omitir esse carácter baseado na imagem. O mesmo não acontece com a natureza, pois apenas se pensarmos no uso e nas transformações ambientais que com ela se ligam, podemos querer construir uma “nova paisagem antiga”.⁷⁶ Ao contrário da reabilitação, a paisagem tem sempre essa autenticidade, de não ser alterada com as evoluções que não sejam as próprias.

Estas imagens, paisagens, edifícios re-criados, já pouco têm a ver com a realidade, pois os motivos confundem-se na sua representação. Estamos cada vez mais confrontados com um acumulados de filtros, que depois de retirados um a um, pouco nos resta do original. Vivemos cada vez mais numa sociedade dominada pela imagem e, por isso mesmo, a negação da autenticidade tem sido defendida como um dos conceitos a manter numa reabilitação. Hoje vivemos numa realidade que tanto é nova como antiga, representando o presente e o passado. Uma realidade onde, a tradição, a história, a cultura voltam a ser de novo o espelho da reabilitação contemporânea.

3.5 Reabilitar Edifícios Antigos

A questão permanece em todos nós, o porquê de reabilitar? São muitas as razões a favor da reabilitação dos edifícios situados nos centros mais antigos das cidades, vilas ou aldeias, aos quais podemos atribuir vários nomes, umas vezes considerados centros históricos, outras, centros urbanos consolidados, outras, ainda, apenas zonas antigas.

Com raras excepções, o estado geral dos edifícios nestas zonas é mau: degradação de fachadas e coberturas, inadequação de infra-estruturas, deficientes condições de conforto e salubridade. Em alguns casos, os centros urbanos antigos, há experiências bem sucedidas de reabilitação, embora raramente atinjam todo o edificado ou estejam ancoradas em projectos de sustentabilidade social e económica. Estes exemplos de uma intervenção de sucesso, são, em geral, irrelevantes para justificar as políticas e opções estratégicas para valorizar os seus centros antigos, para os quais se pretende implementar uma nova vida.

Se tomarmos como certa a intensão de um investidor vir a intervir num espaço urbano de reabilitação, os medos, as suspeitas são expostas para a iniciação de tal construção. E surgem uma série de perguntas que nos põe algo hesitantes: Vale a pena reabilitar? Qual a

⁷⁵ SLOTERDIJK, Peter; Esferas III; p.391.

⁷⁶ GOLLO, Paolo; 2004; Riflessioni contemporanee per nuovi paesaggi antichi.

profundidade da intervenção a fazer? Como conjugar materiais e técnicas de construção de épocas diferentes? Como garantir condições de conforto e salubridade? Como cumprir as exigências das novas regulamentações? Como renovar as infra-estruturas?

As seis perguntas que acabamos de apresentar são, em si mesmas, um excelente princípio porque revelam que proprietários, licenciadores, arquitectos e utentes se questionam sobre os edifícios, tentando fugir à intenção das ideias pré-concebidas que fazem duvidar entre a demolição ou a preservação de uma autenticidade que se fundamenta na história, sem ter em conta a envolvente, o tipo de edifício e o seu contexto histórico, cultural e urbano.

A reabilitação, é centrada numa solução final responsável: a coerência, o equilíbrio, a harmonia e a compatibilidade dos novos materiais e soluções construtivas com o edifício existente. Contribui-se, assim, para a resposta a uma das seis perguntas, sem deixar de ir sublinhando a relevância das restantes.

Não podemos ter simplesmente como referência um único edifício ou um conjunto de edifícios que por diversos motivos ou situações, se tornam num bom exemplo de reabilitação. Pois esta surge independentemente para cada caso. Não devemos olhar para um espaço e reabilita-lo como se fosse mais uma peça, deve existir uma sensibilidade para a construção.. A reabilitação em edifícios ou em espaços urbanos, devem impulsionar políticas que permitam às entidades intervir, trazendo vida e recuperando uma parte da sua cultura. Este tema estará sempre em discussão, pois existem tantos pontos de interesse para reabilitar.

3.5.1 Classificação dos Edifícios

Quando se trata de uma reabilitação devemos ter em conta alguns aspectos de relevo, relativos à classificação dos edifícios deste processo. Cada edifício tem características singulares que o tornam único. Assim, não podemos generalizar o processo de reabilitação. A classificação dos edifícios tem bastante influência no tipo de intervenção que posteriormente será realizada. Essa classificação pode surgir em várias divisões sendo seguidamente abordadas três critérios.⁷⁷

O critério histórico e cultural prevê que os edifícios que representem um símbolo para o país ou para as suas populações, aqueles que apresente um valor histórico significativo, todos os edifícios que representem um legado da fixação humana bem como das suas actividades num determinado espaço e ainda todos os que pertençam a um determinado movimento, corrente ou tendência arquitectónica.

⁷⁷ RATO, V. M.; Conservação do património histórico edificado/sistematização de princípios gerais; Vol. 3. LNEC. Lisboa.

No critério técnico/científico, os objectos de estudo destacam-se pela sua concepção arquitectónica, ao nível dos materiais e técnicas construtivas empregues, bem como da sua inserção urbanística podendo encontrar-se em aglomerados rurais ou urbanos.

Já o critério estético/social associa os edifícios que se destaquem pela sua integração no meio envolvente, bem como pela sua componente e qualidade estética, ilustrando a evolução da sociedade sem prejuízo do meio onde se inserem.

3.5.2 Níveis de reabilitação⁷⁸

A reabilitação assenta no princípio de compatibilizar os elementos existentes com os materiais e as técnicas actuais. A problemática da reabilitação dos edifícios complica-se, ainda mais, quando se trata de edifícios com valor enquanto património arquitectónico. Neste caso, o edifício é, além de uma construção, um bem cultural e a sua reabilitação deve ter em vista possibilitar um uso compatível, através de reparações, alterações e adições, que respeitem as características que lhe conferem o seu valor histórico, cultural e arquitectónico. De acordo com o “Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais”, consideramos quatro níveis de reabilitação:

Nível 1 - Reabilitação Ligeira: Compreenderá, por exemplo a execução de pequenas reparações e melhoramentos das instalações e equipamentos já existentes, principalmente na casa de banho e cozinha, tais como: a melhoria das condições interiores de iluminação, ventilação e exaustão, por exemplo introduzindo vãos nos compartimentos interiores, auxiliando por sistemas passivos ou mecânicos a exaustão de fumos e a ventilação das instalações sanitárias e cozinhas; a limpeza e reparação geral das coberturas, a reparação de elementos dos sistemas de condução de águas pluviais e dos esgotos, a substituição de telhas; a reparação de pontuais anomalias nos rebocos, assim como a pintura do interior e do exterior dos edifícios; a reparação das caixilharias existentes, a reparação e substituição dos elementos metálicos afectados pela corrosão, a limpeza generalizada dos esconos e caixas de ar no piso térreo, quando existam; eventualmente a beneficiação geral das instalações eléctricas e de iluminação existente.

Nestas acções, actua-se sobre edifícios em que o estado de conservação pode ser considerado como satisfatório ou razoável, não sendo por isso necessário, fora algumas situações muito pontuais, reparar elementos estruturais ou proceder a uma substituição/transformação de soluções construtivas e espaciais existentes.

⁷⁸ AGUIAR, J.; CABRITA, A. M.; APPLETON, J.; Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais; Vol.1; LNEC; Lisboa.

Nível 2 - Reabilitação Média: Além das intervenções já referidas, este segundo grau de poderá incluir ainda: a reparação ou a substituição parcial de elementos de carpintaria (das caixilharias, dos elementos das escadas ou de soalhos e tectos); a reparação e eventual reforço de alguns elementos estruturais, geralmente das lajes dos pisos e das estruturas da cobertura; a reparação generalizada dos revestimentos nos paramentos interiores e exteriores e na cobertura; a introdução de uma nova instalação eléctrica; a beneficiação das partes comuns do edifício; a realização de ligeiras alterações nas formas existentes de organização do espaço, por exemplo, retirando alguns tabiques e ampliando os espaços de compartimentos ou criando espaços úteis a partir do aproveitamento de espaços actualmente desaproveitados; a melhoria das condições funcionais e ambientais dos espaços em geral e também dos equipamentos existentes, por exemplo, re-estruturando as cozinhas e as instalações sanitárias existentes ou, no limite, a criação de raiz destes dois últimos tipos de espaço.

Nível 3 - Reabilitação Profunda: Para além dos trabalhos enumerados anteriormente este tipo de operação, inclui, de uma forma geral: a necessidade de desenvolver profundas alterações na distribuição e organização interior dos espaços nos edifícios, podendo proceder-se ao aumento ou diminuição do número total de habitações através de alterações tipológicas; nos alojamentos poderá ser necessário a introdução ou adaptação de espaços para criar instalações e equipamentos em falta, como seja a introdução de instalações sanitárias, a reorganização funcional das cozinhas, etc.

Estes tipos de alterações e outras de igual dimensão implicam demolições e reconstruções significativas, que poderão obrigar a uma substituição parcial, ou mesmo total, de lajes de pisos e paredes divisórias, à resolução de problemas estruturais, à beneficiação e reestruturação das partes comuns e do sistema de circulações verticais e horizontais, à substituição generalizada dos elementos de carpintaria e ainda à execução de novos revestimentos. A profundidade dos trabalhos descritos justifica a aplicação comedida de novos materiais e soluções construtivas, assim como a satisfação de exigências de qualidade mais profundas.

Nível 4 - Reabilitação Excepcional: Intervenção com um grau de desenvolvimento muito profundo que ultrapassará muito provavelmente, em tipo de obras de reparação e benefício, os exemplos atrás indicados. Este grau da intervenção poderá obrigar: ao recurso pontual a técnicas de restauro para intervenções na envolvente do edifício, ou mesmo de partes do seu interior, quando o valor patrimonial do imóvel o justifique; à total reconstrução do edifício, fundamentada pelo valor do seu contributo para a imagem urbana do lugar, podendo incluir a modernização parcial de algumas partes da construção, instalações e equipamentos; à reabilitação dos edifícios para standards elevados e muito superiores aos pré-existentes.

Este último tipo de intervenção terá de ser profundamente ponderada em função do uso potencial do edifício, do seu valor intrínseco enquanto património e objeto arquitetónico possuidor, ou não, de valores de acompanhamento e participação no conjunto edificado adjacente ou próximo. Quando esses factores não sejam suficientemente importantes ou claros, será de ponderar seriamente a possibilidade da substituição da construção antiga por uma nova edificação, contemporânea e atenta face aos valores culturais do lugar e do seu contexto.



Fig.18 Edifício no Poço dos Negros, Lisboa. Fonte: <http://www.planirest.pt/wp-content/uploads/2009/09/Reabilitação-de-edifício-no-Poço-dos-Negros-em-Lisboa.jpg>



Fig.19 Reabilitação de um edifício, Alter do Chão. Fonte: <http://www.planirest.pt/wp-content/uploads/2009/09/Reabilitação-de-edifício-em-Alter-do-Chão.jpg>

Capítulo 4 | Casa Nobre: Os Solares

4.1 Arquitectura Popular em Portugal

As aldeias, as vilas ou as cidades são mais que um conjunto de casas, de ruas e largos com igrejas, fábricas ou escolas. Para além de um corpo, possuem uma vida, reflexo das necessidades e somatório das vidas dos seus habitantes. Um aglomerado funciona como a expressão dum habitat humano criado. Como os tipos de povoamento, as casas, as instalações agrícolas ou industriais mostram em si a constituição social do povo e muitos aspectos da sua maneira de viver. Um local em que a maioria dos habitantes é assalariada será diferente de um outro onde todos possuam terras.⁷⁹

Apesar da evolução de toda uma arte que se foi integrando por todo o mundo, existe uma vertente arquitectónica que caracteriza cada região de forma singular, a Arquitectura Popular, que se manteve através dos tempos, como panos de fundo sobre os quais se vinha a desenvolver o património.⁸⁰

Como já foi referido anteriormente, o património contém na sua definição um alargado numero de categorias, entre as quais os Solares.

Os solares e os palácios, de notável dignidade arquitectónica, conseguida por uma volumetria disciplinada e sóbria, revelam em todo o seu tratamento as raízes que se inseriram na arquitectura de feição popular da região onde foram erguidos. O toque de eruditismo que lhes foi dado não conseguiu anular a influência do ambiente e dos homens que os rodeiam, os quais contribuíram para a sua edificação, com o saber e o esforço de muitas gerações. Ainda que não provindo directamente da alma do povo, a consideração dos solares nas arquitecturas regionais defende-se pelo papel que nelas desempenham, já como presença em si mesma, já como persistência de um cunho de primitivismo. Sintomática é a escolha de motivos, como as cenas palacianas pintadas num tecto, as colunas salomónicas de uma “loggia”, contrabatando a austeridade rude e não sabida de casas que, antes de mais, eram casarões e não palácios.⁸¹

Todavia não podemos omitir que, associada aos solares a arte religiosa que se manifesta, ora em construções, decorações e formas totalmente desintegradas dos ambientes, ora em outras que, aparentemente, correspondem, não só a uma perfeita integração, mas chegam a atingir

⁷⁹ PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; DIAS, Francisco da Silva; 2004; *Arquitectura Popular em Portugal*; Lisboa; edição da Ordem dos Arquitectos; 4ª edição; v. 2; p. 25.

⁸⁰ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António; 1988; *Arquitectura Popular em Portugal*; Lisboa; edição da Ordem dos Arquitectos; 3ª edição; v. 1; p. 1.

⁸¹ Idem; p. 194.

o plano das interpretações locais.⁸² Mas das vezes, estas ornamentações aparecem em pequenas capelas isoladas ou aglutinadas à edificação.

Nos povoados, os solares e as igrejas, sendo os edifícios mais relevantes, tinham na sua essência uma torre ou um campanário. Seja totalmente integrados ou de forma aglutinante num outro edifício. Um campanário é muito diferente de uma torre sineira. Quando eles surgem, por sobre os telhados do casario, é como o emergir duma presença aglutinante. Além do mais, os solares que contêm em si capelas e campanários são fruto de uma autenticidade local.⁸³

A porta e a rua. Os acessos primitivos, apertados, patentes nos aldeamentos pela escala da saturação atingida. O fenómeno urbano, transparece da sua feição incipiente a dominante rústica, sempre observável, e que os valores de que se revestem certos elementos da composição arquitectónica.⁸⁴

Do jogo antagónico dos caracteres distintos, popular e erudito, dão lugar as ruelas às praças ou melhor dizendo, aos largos, verdadeiros alargamentos gerados organicamente do encontro das ruas numa função comum, a valorização de elementos edificados como: igrejas, câmaras municipais, solares, entre outros.⁸⁵

4.2 Estudo sobre a Casa Nobre: os Solares em Portugal

Em Portugal tem sido notória a tendência para olhar a casa (casa nobre e solares) apenas como elemento da história das famílias e das suas gerações. Ou seja, o estudo do edifício fica sempre para segundo plano por parte dos investigadores. A casa é um documento autêntico da vida do homem, para estudarmos os costumes, a evolução do gosto e da vida social. Assim, a casa nobre e a arquitectura popular podem atingir temas para além do ambiente familiar. Na casa está resumido todo o estilo de vida, por isso ela é elemento fulcral para a compreensão de uma sociedade, em qualquer época.⁸⁶

Mas Carlos de Azevedo, no livro *Solares Portugueses*, numa breve introdução ao tema, afirma uma verdade constante em todos nós. Que é frequente quando observamos uma casa antiga, ficamos com aquela impressão confusa daquilo que vimos, sem a possibilidade de afirmarem se a casa em questão é desta ou daquela época. Portanto, Carlos de Azevedo perante este raciocínio chega à conclusão de dois factos: “O primeiro facto para que queremos chamar a

⁸² Idem; p. 199.

⁸³ Idem; p. 204.

⁸⁴ Idem; p. 215.

⁸⁵ Idem; p. 216.

⁸⁶ AZEVEDO, Carlos de; 1988; *Solares Portugueses*, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; p.13.

atenção é que em grande parte dos casos é quase inevitável a mistura ou sobreposição de estilos. Nem sempre se pode pretender que uma casa de interesse histórico ou artístico seja inteiramente representativa duma época ou dum estilo. O que é muito frequente, pelo contrário, é que a casa que atravessou gerações e subsistiu pelos séculos fora tenha sofrido obras, restauros, ampliações e transformações, quer no exterior, quer no interior. (...) Em segundo lugar, esta mesma mistura de estilos que se observa numa casa não a torna menos digna de interesse, pois através das sucessivas transformações é-nos dado a acompanhar, como já dissemos, a evolução do gosto e as alterações que se deram na vida social das diferentes épocas.”⁸⁷

4.2.1 A época medieval e a casa fortificada

Em Portugal, tal como noutros países europeus, escasseiam as casas mais remotas. As casas rurais desapareciam porque eram construídas com materiais frágeis, como a madeira e o adobe. Mesmo as casas urbanas que começaram a ser construídas com materiais mais resistentes, acabaram por se perder devido às constantes substituições.⁸⁸

A história da casa senhorial, actualmente designada de solar, começa pela torre e é no Norte que vamos encontrar os primeiros exemplos desta construção, que teve uma presença fundamental no desenvolvimento da casa portuguesa.⁸⁹ É frequente confundir as torres com castelos, trata-se sempre de arquitectura militar, pois na época medieval, o regime exigia um núcleo forte onde o rei e os senhores se pudessem reunir e abrigar, mas também acumulava funções de moradia e de fortaleza. Posteriormente, no século XI surgiu a torre de menagem⁹⁰, com a vantagem de ser uma parte edificada mais permanente e segura, destinada também a habitação.⁹¹

A torre era um lugar de reuniões, um local seguro e habitação do senhor caso as dimensões o permitissem. Restam poucas dúvidas que na maioria dos casos era a torre a habitação familiar, que também tinha as funções de fortaleza. As torres solarengas eram autênticas casas fortificadas, torres senhorias que, se de principio tiveram utilidade militar, logo foram aproveitadas pela nobreza. A torre solarenga converteu-se no mais nobre e evidente marco do

⁸⁷ Idem; p.14-15.

⁸⁸ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. I; p.19.

⁸⁹ Idem

⁹⁰ A torre de menagem, em arquitectura militar, é a estrutura central de um castelo medieval, definida como o seu principal ponto de poder e último reduto de defesa, podendo em alguns casos servir de recinto habitacional do castelo. Torre de Menagem; In Infopédia; Porto: Porto Editora, 2003-2014; acesso em: [www: <http://www.infopedia.pt/\\$torre-de-menagem>](http://www.infopedia.pt/$torre-de-menagem).

⁹¹ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. I; p.20.

senhorio sobre uma terra. Mas, embora seja um símbolo, continuou a ser aproveitada como habitação.⁹²

Todas estas torres são constituídas por grossos muros, têm geralmente dois ou três andares e acessível por uma escada estreita de pedra ou madeira. São geralmente de planta quadrada e algumas de planta rectangular. O espaço interior era delimitado pela sobreposição dos pisos, sem divisões internas.⁹³

Com a criação das torres, surgiram as primeiras tentativas da formação de uma casa senhorial. Formaram-se então vários tipos, onde a torre é o elemento dominante. Podemos agrupar estas casas do seguinte modo: 1º A casa senhorial constituída por uma ala residencial adossada a uma torre; 2º A casa que adopta duas torres e um corpo de ligação; 3º A casa em que a torre ocupa posição central. Destes três tipos, o primeiro foi o que mais se vulgarizou e surgindo como a primeira casa nobre portuguesa do tipo solar.⁹⁴

Embora no século XVI tenham surgido novas variantes de casa senhorias, as torres continuaram a construir-se e é mesmo durante a primeira metade desse século que atingiram maior monumentalidade. A evolução da construção permitiu, no século XVI, que as janelas fossem aumentadas e houve uma multiplicação de chaminés, o que permitia arejar mais a casa. Estes aspectos revelavam um forte sinal do progresso no conforto doméstico.⁹⁵

A tradição medieval estende-se pelo século XVI, que no Norte a arquitectura se revela mais restringida e medieval. No Sul, pelo contrário, embora tenha seguido algumas dessas formas, assumiu a abertura para as ideias do Renascimento. A casa-torre tornou-se, num elemento fundamental em todo este primeiro processo da formação dos solares.⁹⁶

4.2.2 A época renascentista

O Renascimento foi um movimento artístico, que surgiu em Itália, por volta do século XV. Porém, apenas na segunda década do século XVI, é que foi introduzido em Portugal. Pois, inevitavelmente a arquitectura acaba por adquirir uma nova forma de expressão e os construtores portugueses começam a ficar receptivos a novas formas.

Então, o século XVI é uma época marcada pela continuidade das tradições medievais e pelos progressos da arquitectura. Em Portugal, esses desenvolvimentos, segundo Carlos de Azevedo,

⁹² Idem; p. 21-22.

⁹³ Idem; p. 23-24.

⁹⁴ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. I; p.26.

⁹⁵ Idem; p.35.

⁹⁶ Idem; p. 37.

são bastantes distintos entre Norte e Sul. O Norte, é essencialmente mais conservador, prolongando as tendências medievais; já o Sul, assume uma postura mais inovadora e experimenta novas teorias, apresentando elementos que se vão estabelecer na casa nobre portuguesa. Todavia, é de ressaltar que em todo o país a combinação de estilos é frequente, pois dá-se a repetição das torres medievais em residências que já exibem janelas renascentistas e uma nova ideologia de casa nobre.⁹⁷

A congregação da tradição medieval com o novo estilo renascentista, vai dar origem a um dos tipos mais característicos da casa nobre portuguesa e o qual vai despontar em pleno século XVIII. Contudo, o mais relevante de identificar neste período é que se alterou radicalmente a concepção da casa, graças às novas ideologias que entraram no nosso país durante o século XVI. “A casa fechada cede o lugar a uma nova concepção em que a mesma se abre para o exterior, buscando maior contacto com a natureza, rasgando e multiplicando aberturas, procurando rodear-se de um interesse paisagístico. Esta nova atitude é característica do Renascimento. A natureza passa, pois, a desempenhar um papel cada vez mais importante na concepção da casa, pelo que não é de surpreender que se tenha desenvolvido a partir de então a arte dos jardins.”⁹⁸

“Das inovações introduzidas na arquitectura, a adição da varanda é, porventura, a mais importante e não mais abandonará a casa portuguesa.”⁹⁹ A intenção da varanda, estará sempre conectada com a vontade de abrir a casa para a contemplação. Assim, a natureza torna-se mais próxima e a implantação da casa nobre junto a locais frescos e com o elemento água, torna-se fundamental. Isso levou de certa forma ao aparecimento das fontes, tanques e lagos, como elementos de requinte. Mas apenas no século XVIII tomam maior destaque.

4.2.3 O século XVII - época de transição

Podemos considerar então que a casa nobre portuguesa conseguiu atingir o seu ponto máximo apenas no século XVIII, adquirindo características que se aproximavam mais da nossa natureza. Por contrapartida, é no século XVII, que irão surgir alguns dos mais importantes exemplos de solares. Considerado um período de transição, este século, pretende criar uma casa original, mais ampla, com a tentativa de se aproximar às necessidades da época.

“Já vimos como, no final da época medieval, os construtores portugueses tinham elaborado um tipo de casa nobre que se inspirava fundamentalmente na arquitectura militar. Nascera

⁹⁷ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. II; p.53.

⁹⁸ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. II; p.53.

⁹⁹ Idem.

dessa forma a casa-torre, o primeiro tipo evoluído da residência nobre portuguesa que vai manter-se através dos séculos. Agora, a principal contribuição do século XVII é a casa de planta em U.”¹⁰⁰

A partir da análise de Carlos de Azevedo, os solares e casas nobres do século XVII, “(...) caracterizam-se por uma grande sobriedade e que mantêm uma linha relativamente baixa, linha qua a capela - quando existe - não excede. O desenvolvimento das fachadas obtém-se pela repetição de janelas a espaços mais ou menos regulares, processo não isento de monotonia. Fachadas de grande simplicidade, estas revelam-se, mesmo assim, cheias de carácter, insistindo nessa composição linear que também se verifica ser característica da arquitectura religiosa seiscentista.”¹⁰¹

Os solares desta época, caracterizam-se então por uma arquitectura simples, harmoniosa e funcional. Posteriormente, já em pleno século XVIII, a decoração vai dinamizar a ornamentação das fachadas. Embora, as casas irão permanecer por uma organização linear e apenas as casas de cariz urbano, irão acrescer o número de pisos habitacionais.

4.2.4 O século XVIII - Carácter da casa barroca

A arquitectura do Barroco teve o seu ponto alto em pleno século XVIII. No qual do século anterior, foi caracterizado pela transição em que a arquitectura se revela mais de acordo com a tradição. Porém, esta revolução é iniciada no final do século XVII. Em que muitos casos, pela sua planta, pelo dinamismo do volume, pelo jogo rítmico da arquitectura e por outras características, podemos considerá-la como uma obra barroca. Assim, dando seguimento ao processo que advinha do passado, estabeleceu-se a arquitectura barroca, que foi influenciada pelos artistas estrangeiros e uma nova tentativa de revitalizar as tradições e mentalidade da sociedade.¹⁰² É, então através dum processo de evolução, que neste século se desenvolveram as casas mais usuais do nosso país.

Segundo Carlos de Azevedo, a caracterização da casa nobre desta época pode ser definida por alguns pontos conclusivos:¹⁰³

1. Na casa nobre setecentista todo o esforço arquitectónico e decorativo foca-se na fachada. Os interiores caracterizam-se pela sua grandiosidade, existindo grande

¹⁰⁰ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. III; p.55.

¹⁰¹ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. III; p.63.

¹⁰² BAZIN, Lúcio; L'Architecture Religieuse du Portugal et du Brésil à l'Époque Baroque; XVI Congrès International d'Histoire de l'Art, Rapports et Communications; Lisboa.

¹⁰³ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. III; p.70-75.

diferença entre o exterior e o interior. A casa tende sempre a representar fielmente o estilo de vida da habitação. No centro e no sul as fachadas não refletem a excelência decorativa que se verificava no norte. As fachadas são o elemento mais trabalhado, particularmente no sul, onde se representa mais harmonioso o interior e o exterior.

2. A casa nobre desenvolve-se horizontalmente, com a intenção de procurar uma estabilidade construtiva. São muito frequentes, desta época, as fachadas longas e as casas adoptam normalmente dois pisos. Portanto, toda a organização interior se faz em comprimento.
3. No interior, um deles é claramente o piso nobre e podemos identifica-lo pela concepção das janelas, que no nível superior são usualmente mais completas que no piso de entrada, ou então de maior altura, quando se apresentam as duas características em simultâneo. No entanto, o piso de entrada é aproveitado para arrecadações. Por vezes, neste piso, também se podem localizar as adegas, os celeiros, as lojas dos animais e até a cozinha.
4. As fachadas são constituídas por pilastras lisas e pouco salientes que as dividem em três ou mais secções. Normalmente, as pilastras são acentuadas, sobre os telhados, por variadas ornamentações que servem para destacar as linhas verticais. Mas, a colocação de barras horizontais que cortam a fachada, contraria a verticalidade referida.
5. A tendência da época é para dar ênfase à linha superior dos edifícios, pois com a decoração dos telhados e construção de frontões e outros elementos decorativos conseguimos esse efeito.
6. Um outro elemento que podemos identificar é a entrada nobre, que é composta por colunas e pilastras, com uma janela central grandiosa e completada pelo brasão da família. Estas fachadas desenvolvem-se em extensão, caracterizando-se pela ornamentação e pela dinâmica da arte barroca.
7. A escadaria é mais um elemento de destaque, tendo agora um maior protagonismo. Se durante o século anterior as escadarias eram rígidas, outras são exuberantes, mostrando uma influência barroca. Porém, uma percentagem das casas, não coloca as escadas no exterior, preferindo a sua implantação no interior, devido ao traçado urbano e dos arruamentos.
8. Os interiores das casas são geralmente simples, em algumas vezes, demonstram uma decoração de grande interesse monumental. As casas mais ricas tinham um pé direito considerável, paredes revestidas de painéis de azulejos e os tectos em madeira pintada. Nas casas mais simples o pé direito já é relativamente mais baixo, as divisões tornaram-se mais reduzidas e a decoração menos exuberante. O espaço mais requintado passa a ser a capela, destacando-se a sua importância na vida familiar.
9. Na casa e no jardim, há uma vontade de relacionar as coisas, mas em Portugal o tratamento dos jardins não alcançou a monumentalidade das vilas italianas. Neste arranjo dos jardins as perspectivas de um elemento magnífico, foram adicionadas as

fontes, pavilhões e retiros, marcando o papel importante da arquitectura no jardim. Outro elemento importante no jardim da época, que também foi explorado em Portugal, foi a água. Se no século XVII surgem os tanques e os lagos, já no século XVIII, o tratamento da água é feito a partir das cascatas, de variadas formas de fontes, dos lagos que combinaram com os arranjos feitos na vegetação.

4.3 História e contextualização dos Solares em Portugal

“Terreno onde se eleva ou se elevou a casa de uma família nobre ou de importância. A própria habitação dessa família.”¹⁰⁴

A evolução da arquitectura popular portuguesa remete-nos conseqüentemente para a História da Arquitectura e esta tem gerado cada vez mais análises e abordagens por parte dos investigadores. Que de alguma forma tentam estabelecer ligações entre a arquitectura tradicional e contemporânea. Estas investigações permitem não só criar uma ideia geral sobre a nossa arquitectura, mas estabelecer parâmetros de evolução construtiva.

Ainda assim, decorridos mais de 40 anos sobre a primeira edição dos Solares Portugueses de Carlos de Azevedo (1969), falta uma visão global sobre as formas e os tipos da habitação das elites do Antigo Regime em Portugal. Focalizado no modelo rural e nortenho da casa nobre, apesar de recolher exemplos de palácios reais e de chegar, pontualmente, ao Alentejo e ao Algarve, a Carlos de Azevedo não interessava a casa urbana nem o programa palaciano adoptado pela nobreza. A sua análise tipológica ia além disso, pouco atende à organização do espaço interior, concentrando-se na composição da fachada principal.¹⁰⁵

Até há muito pouco tempo, o conceito que era atribuído aos solares era incorrectamente utilizado, de tal forma que quem não sabia o seu significado geralmente confundia os solares com as casas antigas (de grandes dimensões e associada a famílias pertencentes à nobreza). Daí que comece a ser cada vez mais vulgar o uso do termo solar para casas que nunca o foram nem na respectiva documentação histórica são identificadas como tal, como é o caso, por exemplo, dos agora ditos Solar do Visconde de Almendra em Foz Côa e muitos outros espalhados pelo nosso país.

Mais concretamente, podemos designar um solar como a habitação onde foi criada uma linha de família nobre ou de grandes posses. Daí que sejam muito poucos os verdadeiros solares

¹⁰⁴ Solar; in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa; acesso em: <http://www.priberam.pt/DLPO/solar>.

¹⁰⁵ IV Congresso; História da Arte Portuguesa.

que ainda se mantêm activos ou permanecem na posse dessas famílias, se bem que este termo também pode, por isso mesmo, ser aplicado a palacetes por exemplo do século XIX que pertenceram a famílias então abastadas, por se considerar que essa família, iniciou nesse edifício a constituição da sua linhagem.

Mas apesar de todas as investigações ou informações recolhidas sobre os solares, o avanço não foi muito relevante, continuando a saber-se muito pouco sobre o espaço interno desses edifícios (excepto no que respeita aos revestimentos decorativos), sobre a sua distribuição funcional e sobre o modo como era o seu quotidiano. Quase nada sabemos ainda como se procedeu à construção destes edifícios, da concepção ou do processo construtivo que lhes deu origem. O caso dos palácios da nobreza titular é, sob este ponto de vista, paradigmático, já que, descontados os estudos que se debruçam especificamente sobre azulejos, sobre pintura mural ou sobre estuques, a referência a estes edifícios não ultrapassa, em regra, o pequeno artigo de dicionário, a ficha de inventário, ou a breve passagem em obras generalistas onde sumariamente se descreve o tipo de implantação e as fachadas.

Existe em Portugal pouca investigação no que toca à casa nobre da Idade Moderna e uma escassa pesquisa nesta área, em particular naqueles aspectos que, como a organização do espaço interno ou as técnicas e materiais construtivos, tendem a desaparecer entre a negligência que leva à ruína de grande parte destes edifícios e a ligeireza com que reabilitações displicentes transformam muitos dos que restam.¹⁰⁶

Os Solares de Portugal são sinónimo de qualidade, tradição, história e herança. Um património cultural que tem passado por várias gerações. A preservação deste género de edifícios levou à formação do Turismo de Habitação. Os Solares proporcionam um conhecimento das raízes locais e dos costumes, fazem parte do nosso património edificado, estes integram-se nos estilos arquitectónicos típicos locais.¹⁰⁷

¹⁰⁶ IV Congresso; História da Arte Portuguesa.

¹⁰⁷ <http://www.solaresdeportugal.pt/PT/> Solares de Portugal.

Capítulo 5 | O Solar Vaz de Quina - Contextualização Geográfica

5.1 Argozelo: Breve Introdução

“A origem da povoação de Argozelo, como a de tantas outras, perde-se na história dos tempos, pois ainda não encontramos documento algum com que possamos provar até à evidência como teve principio, ou quem foram os primeiros habitantes. Sabemos porém que é antiquíssima, e que já existia no princípio da nossa nacionalidade e há factos que nos levam a crer que foi fundada pelos romanos no tempo em que estiveram senhores da Lusitania, ou pelo menos que foram eles que lhe deram o nome.”¹⁰⁸

Argozelo que ainda hoje se usa e assim é pronunciado pelas pessoas que, segundo o uso local tradicional, seguem distinguindo o s do z, assim como se usava em antigo português. O percurso do nome desta freguesia tem inerente um cariz de mudança que talvez esteja associado à dinâmica que sempre caracterizou as suas gentes.

5.2 Localização e Acessos

Argozelo uma das maiores freguesias do conselho de Vimioso e distrito de Bragança, teve a sua elevação a Vila em 2002 devido às suas condições. Situa-se a aproximadamente 18 km de Vimioso, sede do concelho, 26 km de Bragança e 13 km da A4 que liga Porto a Bragança e Bragança a Espanha (município de Alcanizes e província de Zamora). A estrada nacional 218, que liga Bragança a Miranda do Douro, passa pelo centro da localidade.

5.3 Enquadramento Histórico e Arqueológico¹⁰⁹

O povoamento da área da actual freguesia remonta ao período pré-Nacional. De resto, Argozelo é uma das freguesias do concelho com um maior número de vestígios arqueológicos. Há lendas que apontam neste sentido, porque existem vestígios que se poderão revelar pré-históricos depois de estudos arqueológicos mais profundos.

Inicialmente denominada Ulgoselo, esta freguesia surge na documentação medieval desde 1187. Nesse documento, os monges de Castro de Avelãs dão ao rei a sua herdade de Benquerença, no local que é actualmente Bragança. Em troca, a coroa dava aos referidos monges a igreja de S. Mamede e as suas vilas de Santulhão, Pinelo e Argozelo, à época

¹⁰⁸ LOPES, Prior Miranda; 1931; Argosêlo - Noticia histórica e corográfica; Edição do Autor.

¹⁰⁹ Retratos e Recantos; Argozelo (Freguesia); acesso em: <http://retratoserecantos.pt/freguesia.php?id=1691>

Ulgusello. Ao contrário do que parece, o topónimo Argozelo não é uma variante de Arcozelo, nome relativamente vulgar no norte do país. Ao invés, provém do latim vulgar "Ulgosello", "terreno pequeno onde abunda a ulica", sendo "ulica", no latim clássico "ulex", uma variedade de rosmaninho. É, pois, um topónimo de origem vegetal. Em 1290, D. Dinis deu carta de foro à freguesia, que a partir daí ganhou uma independência administrativa relativa. A partir de 1317, Argozelo foi integrada no concelho de Miranda do Douro. Passou para o de Outeiro em 1530, mas com a extinção deste, em 1839, integrou de forma definitiva o de Vimioso. A 19 de Abril de 2001, Argozelo foi elevada à categoria de vila. Esta elevação deveu-se certamente ao desenvolvimento económico que registou ao longo dos finais do século XX e inícios do século XXI. Hoje em dia, estamos em presença de uma freguesia que aproveita a sua excelente localização geográfica, entre o rio Sabor e o rio Maçãs.

5.4 Demografia¹¹⁰

Argozelo é uma das 14 freguesias do município de Vimioso, ocupando uma área de 29.53 km², o que corresponde a 6.13% do território do concelho. De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, a freguesia de Argozelo é habitada por 701 pessoas (15.01% dos habitantes no concelho), das quais, 25.82% têm mais de 65 anos e 11.27% são crianças ou adolescentes. Ainda em termos demográficos, constata-se que das 268 famílias residentes na freguesia de Argozelo, 23.88% são compostas por uma única pessoa, e que o peso dos agregados domésticos com quatro ou mais indivíduos é de 6.34%.

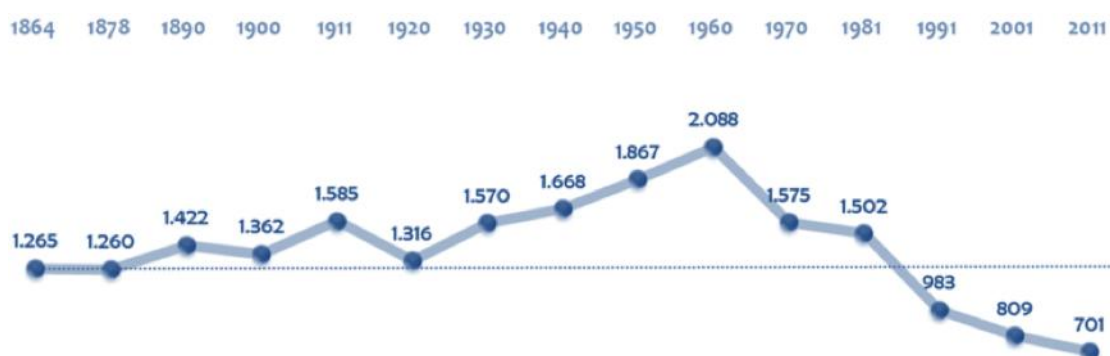


Fig.20 Evolução do número de habitantes de 1864 a 2011. Fonte: INE, CENSOS 2011

¹¹⁰ INE; 2012; Censos 2011, Dados Definitivos; Quadros de apuramento por freguesia.

5.5 Construções

A casa tipo é focada nas necessidades da vida agro-pastoril. É uma casa com dois pisos, tipicamente encontrada no norte do país, em que o piso térreo serve para guardar o gado, de adega e celeiro. O primeiro piso serve de habitação, geralmente com um ou dois quartos, cozinha e apenas em alguns casos dispõem de uma sala. O facto de a casa ter esta tipologia base tem a ver com o facto de as pessoas reunirem todos os seus bens no mesmo local evitando assim deslocações para tratarem da alimentação dos seus animais e ao mesmo tempo, uma vez que as casas não possuíam uma divisão entre pisos apenas em madeira, os animais que se encontravam no piso térreo serviam como “aquecimento” no inverno. Desta forma exerciam também plena vigilância sobre os seus principais bens, como animais, utensílios agrícolas, cereais e toda a base da sua alimentação. Este tipo de disposição nas habitações peca bastante em termos higiénicos, uma vez que a separação física entre animais e pessoas não é a mais apropriada.

Quanto aos materiais de construção destas habitações, são os típicos da região, ou seja, o xisto, a lousa e a madeira. A casa é usualmente rectangular e o telhado a duas águas, sendo os materiais utilizados nas paredes a pedra, na divisão entre pisos a madeira, bem como nas portas e janelas e também na estrutura do telhado a cobertura é de telha. A principal divisão da casa é a cozinha aí que se reúne a família para fazer as refeições e é também aí que passa os serões.

5.6 Economia e Recursos¹¹¹

A freguesia de Argozelo é marcadamente rural. A agricultura, olivicultura, vinicultura, amêndoa e a cortiça compõem as principais actividades da população que, actualmente também se tem dedicado à construção civil, serralharia e indústria de transformação de madeira. Houve a extracção mineira até 1986, mas as minas de volfrâmio e estanho estão actualmente inactivas. O artesanato de Argozelo está bem vivo na freguesia. Funileiro, curtumes, alfaiataria, arreeiro, latoaria, rendas e bordados vão alimentando a tradição.

5.7 Gastronomia¹¹²

De entre todos os pratos gastronómicos que se podem encontrar em Argozelo, é na cozinha típica portuguesa que se reflete a maior tradição. Com uma alimentação à base de carnes

¹¹¹ <http://thesaurus.babylon.com/Argozelo?&tl=>

¹¹² <http://www.argozele.net/argozele.asp?p=tradi%E7%F5es>

(porco e vaca) é o fumeiro um dos atractivos gastronómicos, entre eles: alheira, salpicão, chouriça, chouriça de sangue. Contudo existe um cardápio de pratos acessíveis a todos os turistas, desde obutelo com cascas, o cozido à portuguesa, o cabrito assado, o javali e os queijos caseiros. Entre os doces tradicionais podemos encontrar: folar da Páscoa, rosquilhas, marmelada. O vinho, o azeite e os licores também se incluem ao longo do ano.

5.8 Tradições¹¹³

5.8.1 Outono

Vindimas

As Vindimas são dias de festa na freguesia. Logo pela manhã as pessoas juntam-se e deslocam-se para a vinha, onde as mulheres cortam as uvas, com a ajuda de facas ou tesouras e enchem os “canorros”, que são levados pelos homens para as arcas, que estão nos carros de bois, mulas ou tratores. Quando a tarefa de vindimar está terminada, junta-se toda a gente para a merenda oferecida pelo dono da vinha, onde se come bom bacalhau frito e queijo. Depois da merenda os homens vão despejar as uvas no lagar e as mulheres lavam os “canorros”. Quando o lagar está cheio os rapazes novos pisam o mosto das uvas que depois de fermentado se transforma no vinho que é depois inserido em pipos antigos onde fica a repousar/curar e se transforma meses mais tarde no bom vinho da região.

Fiadeiros

Nos Santos fazem-se grandes fogueiras com enormes quantidades de lenha em alguns bairros da vila. À volta da fogueira reza-se pelos defuntos da vizinhança e confraterniza-se com iguarias oferecidas pelos moradores do bairro: figos, aguardente, vinho, pão, por vezes sardinhas assadas para toda a gente. Comem e rezam.

5.8.2 Inverno

Mata-Porco

Num dia frio de inverno, os vizinhos juntam-se para matar o porco, tarefa feita por homens ajudados pelas mulheres. Os homens matam o porco e as mulheres tratam do sangue, da lavagem das tripas e da preparação do almoço. O sangue é aproveitado e mexido continuamente para não “coalhar” para fazer os famosos “chavianos” ou “chouriças doces”. Depois de morto é chamuscado com palha e rapado com navalhas. Depois é aberto, as tripas

¹¹³ <http://193.136.194.194/a17184/Argozelo/Tradicoes.html>

são retiradas, tal como o unto e os “boches”. O porco depois é pendurado para o sangue escorrer das carnes e fica assim um dia. Depois desta tarefa concluída há um grande almoço onde o bacalhau é o prato rei. As mulheres, depois do almoço começam a preparar cuidadosamente o fumeiro. O fumeiro de Argozelo é extremamente conhecido e apreciado por longas paragens.

5.8.3 Primavera

Encomendação das almas

O período que antecede a Páscoa, após o Carnaval, chama se quaresma. É tempo de penitência e oração. Faz se a "encomendação das almas" a horas mortas. É um ritual que obedece a determinadas regras. Entoam-se quadras dedicadas aos defuntos.

5.8.4 Verão

Cegada

Pela hora do calor ou logo de manhã, bem cedo, começa esta tarefa. Antigamente a ceifa era feita à mão com foices, hoje já máquinas que fazem esta tarefa. Este é um trabalho cansativo, mas alegre, pois os homens desafiam as mulheres a cantar e o tempo passa sem que se dê atenção ao sol e à fadiga. No fim da ceifa é feita a “carreja”, ou seja a apanha do trigo e do centeio para a eira, onde é malhado, separando-se o grão da palha. Depois é transportado para os celeiros em carros de vacas os mulas ou tractores.

5.9 Património, Turismo, Lazer¹¹⁴

Igreja paroquial de Argozelo; Capelas públicas (S. Sebastião e S. Fabião, Sr. do Bomfim ou Sto. Cristo, Sto. Amaro, S. José e Sta. Bárbara dos Mineiros); Capelas Particulares (Nossa Senhora da Conceição e S. João); Santuários (S. Bartolomeu e S. Roque); Fortalezas antigas (Castro da terronha, Castro do Cabeço de S. Bartolomeu e o Castro do Serro Grande); Possíveis habitações Pré-históricas (Buraco de Fumo e Sala Assombrada); Pontes (ponte pedonal dos mineiros e ponte “romana” sobre o Rio Maçãs); Moinhos do Rio Maçãs; Solar dos Quinas (particular); Espaço Mineiro; Sítios de interesse paisagístico (planalto de S. Bartolomeu, miradouro do S. Roque e diversas cascatas); Espaços de lazer na vila.

¹¹⁴ <http://193.136.194.194/a17184/Argozelo/Visitar.html>

5.10 Actividade Mineira¹¹⁵

Desde que há registos acerca deste território, eles associam-se de perto à exploração do volfrâmio. Estas minas vieram servir de ponto de emprego à maioria da população activa. A exploração mineira espalhava-se por toda a freguesia, pois passava um riacho que acompanhava um filão de volfrâmio, cujas águas eram aproveitadas para tratar a limpeza do minério. Esse filão, juntamente com o riacho, separavam a localidade em dois bairros. Naturalmente, depois de esgotados os recursos, os terrenos iam sendo aproveitados para a construção de novos bairros, que por esta altura estariam situados nos arredores da povoação.

Em Argozelo, a exploração fez-se até ao século XIX a céu aberto, com lavagem directa no pequeno riacho e fazendo-se posteriormente a partir de galerias de pequena profundidade que ainda se podem observar nalgumas propriedades. As minas de Argozelo constituem uma revolução no processo de extracção, o esgotamento dos recursos à superfície, obrigou à extração em profundidade e em exclusividade no subsolo. Do fosso principal com elevador puxado por fortes cabos de aço que ainda hoje se podem observar, saíam túneis horizontais que percorriam as entranhas dos montes envolventes em busca dos filões.

Quando a empresa faliu, o processo foi bastante moroso e talvez por isso tem sido tão difícil chegar a uma decisão consertada com a autarquia a fim de intervir neste espaço. Desde o final da década de 80, altura em que as minas encerraram a laboração, estas sofreram uma degradação provocada pelas intempéries e maioritariamente por vandalismo. Tais circunstâncias vieram-se revelar altamente perigosas para o ambiente das instalações abandonadas, mas também para a própria população, que ignorou a perigosidade da contaminação de lençóis de água e solos agrícolas. Como se isto não bastasse, existiam inúmeras crateras de dimensões e profundidades consideráveis que pela proximidade da mina, de caminhos e terrenos agrícolas, representam perigosidade considerável para os transeuntes.

Actualmente, todo este espaço sofreu uma reabilitação urbana, desde a impermeabilização e drenagem de terras perigosas, bem como o tratamento paisagístico do local, com a plantação de espécies arbóreas e arbustivas, para assim evitar danos na camada de impermeabilização, assegurando também a resistência à erosão e a valorização ecológica e paisagística da área.¹¹⁶

¹¹⁵ <http://www.argozele.net/argozele.asp?p=minas>

¹¹⁶ COELHO, Rui; TRINDADE, Carlos; 2004; Projecto de recuperação ambiental da antiga área mineira de Argozelo, Estudo do impacto ambiental; Lisboa; vol. I; p. 8.

5.1.11 Os Judeus: Actividade de Curtumes¹¹⁷

Peliqueiro é aquele que prepara ou vende pelicas (peles, especialmente de cabrito, curtidas e preparadas). Chamam peliqueiros aos habitantes de Argozelo. Há cerca de 60 anos, eram mais de 350 os homens e rapazes de Argozelo que faziam da compra e venda de pelicas o seu ganha-pão. Mas, apesar de ter atraído centenas de pessoas, hoje, a actividade está praticamente extinta.

Os peliqueiros mantiveram-se na actividade até ao 25 de Abril de 1974. Dada a revolução, muitos foram os jovens que emigraram. Na freguesia, tal como aconteceu em muitas outras, ficaram os mais velhos. Depois, esses foram morrendo e a actividade foi-se perdendo. Teme-se agora que a actividade entre em decadência. O sucessivo encerramento de fábricas do país está a preocupar os peliqueiros.

Os Judeus foram “a semente” dos peliqueiros. Ao que tudo indica, a tradição do negócio das pelicas em Argozelo tem raízes judaicas. Assim o fazem crer os relatos dos antigos e os vários documentos históricos escritos sobre as origens daquela terra. Em Argozelo é comum dizer-se que foram os Judeus -“finos” para o negócio e com tradições de comerciantes - quem por aquelas bandas deixou a “semente” dos peliqueiros. Na verdade, na região, a compra de peles (bovinas, ovinas e caprinas) está estritamente ligada a Argozelo, daí que os seus habitantes tenham sido apelidados de peliqueiros.

¹¹⁷ GARCIA, Fátima; 2005; in Diário de Tras-os-Montes; Memórias do último peliqueiro de Argozelo; acesso em <http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complexa.php?id=7006>

Capítulo 6 | Memória Descritiva e Justificativa - Intervenção no Solar Vaz de Quina

6.1 Breve Introdução

A presente memória descritiva e justificativa é referente ao projecto de reabilitação no Solar Vaz de Quina, em Argozelo - Bragança, com o objectivo de propor um conjunto de modificações no edifício existente, desde a reconstrução e recuperação de uma parte do solar, à demolição de espaços degradados e a construção de um novo volume que procure solucionar o programa estabelecido para um alojamento de Turismo de Habitação.



Fig.21 Fachada principal do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor

Numa primeira abordagem a recuperação estrutural e revitalização de um edifício que sempre teve um cariz habitacional e adaptá-lo às exigências de uma nova funcionalidade, respondendo da forma mais correcta às necessidades contemporâneas. O Solar Vaz de Quina há muito que está sem utilização, nomeadamente a partir da última década, o que levou a um processo de degradação ao longo dos anos sem que nenhum incentivo de conservação tenha sido feito. Pelo que foi apurado, este solar sofreu várias ampliações ao longo do tempo, como a construção da capela que lhe está adjacente e algumas construções na parte posterior para dar apoio às actividades agrícolas.

Este edifício apresenta-se então com uma dualidade de funções e traços arquitectónicos, por um lado transmite um ambiente familiar com uma arquitectura elaborada nas suas ornamentações; por outro lado tem uma ligação a actividades agrícolas e pecuárias com uma arquitectura tradicional e sem muito critério. Esta distinção, e o facto do edifício estar implantado numa malha urbana consolidada, inserida num meio rural e tangente a uma das principais vias do conselho, tornam o desafio da reabilitação muito mais aliciente.

6.2 Objectivos da proposta

No âmbito do turismo, o objectivo é evidente. A postura face ao desenvolvimento turismo, perfaz com que sejam implementadas estratégias, que visam a captação da atenção dos visitantes numa região que tem muito por explorar. Por um lado através do reforço de imagens que valorizam a identidade local, por outro lado através da definição de programas lúdicos, roteiros urbanos, como forma de aproximarem a população visitante ao local e ainda, pela localização estratégica de elementos que permitem gerar uma diversidade de actividades em curto espaço de tempo. Assim, a acção da arquitectura torna-se um factor de regulação da qualidade turística, preservando a identidade e a memória local e o equilíbrio entre a dimensão global e local, face aos regulamentos.

Já no campo da arquitectura e de uma forma conceptual, o objectivo deste projecto, de reabilitação do Solar Vaz de Quina, é reflectir sobre a diferença e o comportamento dos elementos existentes e dos novos, transmitindo o projecto final uma conclusão dessa reflexão. Esta proposta torna-se um desafio, pois está relacionada com dinâmicas e tempos culturais e históricos muito diferentes, mas que se defende a poderem coexistir em harmonia e respondendo ao programa.

A particularidade desta intervenção, vai mais além da reabilitação, é essencialmente uma proposta que visa a revitalização de um espaço único e peculiar. Trazer uma nova vida, novas funções, circulação de pessoas e erguendo aquele que outrora foi uma dos solares mais importantes da região e reestruturá-lo com foco num turismo de habitação em rede.

Este projecto vem integrar um género de turismo que tem vindo a ganhar cada vez mais expressão, permitindo não só o desenvolvimento de meios rurais, mas também a exploração das capacidades da região, que contém uma oferta de grande qualidade. Trata-se então de focar o projecto num público alvo, nas suas necessidades e exigências, assim é essencial reforçar a identidade do lugar. Deverá ser feita uma articulação com a rede regional de Turismo Rural, no sentido de criar uma oferta alargada de promoção da região. Pois, cada vez mais as pessoas procuram outro tipo de destinos para além das praias. Um turismo direccionado para a ruralidade e para a autenticidade do local. O facto de ser um alojamento

junto de fluxo de circulação abrangente, deve ser pensado para poder receber público de qualquer faixa etária, inclusive pessoas com mobilidade reduzida. Nesse sentido, a proposta deve integrar um conjunto de equipamentos e medidas que facilitem o acesso e a circulação.

Sendo um solar o edifício em questão e como já foi mencionado no capítulo dos solares¹¹⁸, estas casas de cariz familiar contêm uma quantidade de elementos que podem tornar o projecto ainda mais autentico, desde a grande diversidade de mobiliário, elementos decorativos, livros, roupas, tecidos, objectos tradicionais e agrupando isso aos elementos culturais de Argozelo, referidos no capítulo anterior¹¹⁹, seriam criados dois espaços que possam mostrar e valorizar todo o espólio do solar e da família Vaz de Quina e também os elementos culturais da localidade (tradição dos curtumes e exploração mineira). Pelo que se sugere que esse núcleo cultural esteja integrado no solar, transmitindo a quem acaba de chegar uma apresentação do local. As referencias ao lugar, as tradições e todo esse espólio que caracteriza o património cultural. Pontualmente e ao longo de todo o projecto serão introduzidos alguns apontamentos que nos remetem para a história, para a cultural e património da região. Embecendo assim, de forma natural as duas épocas construtivas.

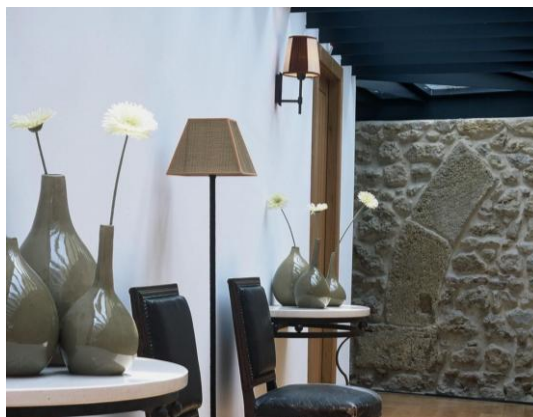


Fig.22, 23, 24 e 25 Conjunto de fotos de uma reabilitação, Solar do Castelo - Lisboa. Fonte: <http://pt.hoteis.com/ho230600/solar-do-castelo-lisboa-portugal/>

¹¹⁸ Consultar capítulo 4, Casa Nobre: Os Solares.

¹¹⁹ Consultar capítulo 5, O Solar Vaz de Quina - Contextualização Geográfica.

6.3 Inserção Urbana da Edificação

Como tinha sido mencionado no capítulo anterior, o projecto localiza-se na Vila de Argozelo, conselho de Vimioso, distrito de Bragança, na região de Trás-os-Montes como indicam as figuras a baixo.¹²⁰ Mais concretamente, o Solar Vaz de Quina, localiza-se na via principal na qual se desenvolve toda a freguesia. Os topos da área de intervenção confrontam, a Este com a rua Principal e a Oeste com um conjunto de edificadros e duas entradas para o lote na parte posterior do edifício. Tanto a Norte como a Sul o terreno é delimitado por habitações. Ou seja, estamos perante um edifício que está implantado numa malha urbana consolidada, com apenas dois acessos a uma rua secundária e um pouco sinuosa.



Figs.26 e 27 Imagens aéreas da localização do Solar. Fonte: Bing Maps.

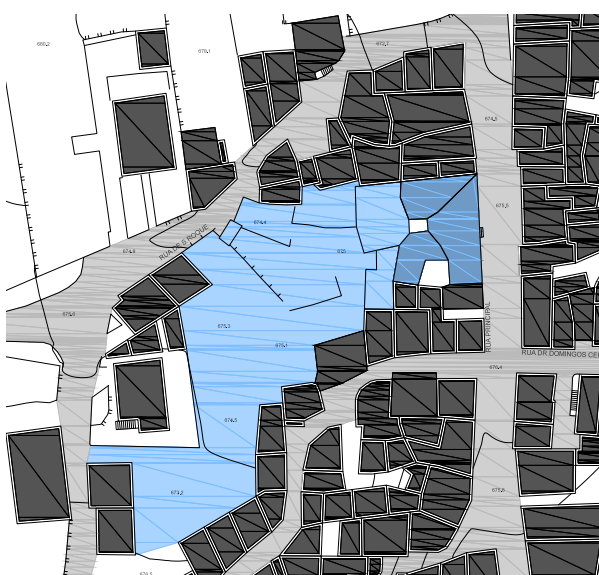


Fig.28 Planta de implantação do existente. Fonte: Autor

¹²⁰ Consultar capítulo 5, O Solar Vaz de Quina - Contextualização Geográfica.

6.4 Descrição do Existente

A área de intervenção tem aproximadamente 2 460 metros quadrados e o espaço tem uma forma muito irregular, mas à qual podemos comparar a um “L”, com a parte menor no sentido oeste/este que conectam directamente com as vias e a parte maior no sentido norte/sul que está delimitada pelas habitações envolventes.

O terreno algumas construções pré-existentes na parte oeste, que se encontram em ruína total, ao que tudo indica essas construções seriam anexos que apoiavam as actividades agrícolas do solar, como por exemplo, loja para animais, lagar de azeite, adega, pequenos estábulos. Contudo, apenas uma pequena área do terreno era ocupada por construção, o restante era terreno baldio, que tinha como função o pastio dos animais.

O Solar Vaz de Quina foi possivelmente construído no século XVIII (1622 - 1719), pois não há nenhum documento que prove a data concreta. Numa breve análise podemos afirmar que se trata de um edifício histórico, de arquitetura residencial, tardo-barroca e rococó. É um solar de planta rectangular, integrando no extremo esquerdo uma capela, que foi construída posteriormente, com uma volumetria indistinta, mas decorativamente demarcada. É assim que se mostra à via principal da vila o Solar Vaz de Quina.



Fig.29 Fachada principal do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor

A fachada principal é o elemento mais imponente, marcando fortemente o traçado urbano. Acompanhada de cunhais apilastrados e terminada em friso e cornija, tem a ala residencial de dois pisos rasgada por vãos abatidos, correspondendo no primeiro à porta central, encimado por friso e cornija, sobreposta por brasão de família, duas janelas de peitoril, uma fresta e portal largo, e no andar nobre, por janelas de sacada, com guardas em ferro. A capela, coroada por sineira, é rasgada por uma porta de verga abatida, encimada por friso e cornija.¹²¹

Apesar de ser um edifício singular que transcende várias épocas, caiu na desorganização familiar, que praticamente o levou à ruína total. Hoje em dia, preserva a sua fachada principal e algumas divisões interiores, mas o resto do edifício encontra-se devoluto. Preservando ainda uma característica fundamental nos solares, este continua a ser propriedade da mesma família que o mandou construir, tornando-se um factor de autenticidade e atracção. Pois uma das principais razões da sua construção, foi para albergar a família Vaz de Quina junto das suas propriedades, tornando-se este solar uma das mais belas casas-nobres da região. No entanto, apesar da forte ligação à família e do carácter residencial, este solar teve várias funções ao longo do tempo, tendo-se adaptado às necessidades. Surgiu como elemento principal de desenvolvimento urbano, criando a partir dele uma malha que se desenvolveu por toda a vila.

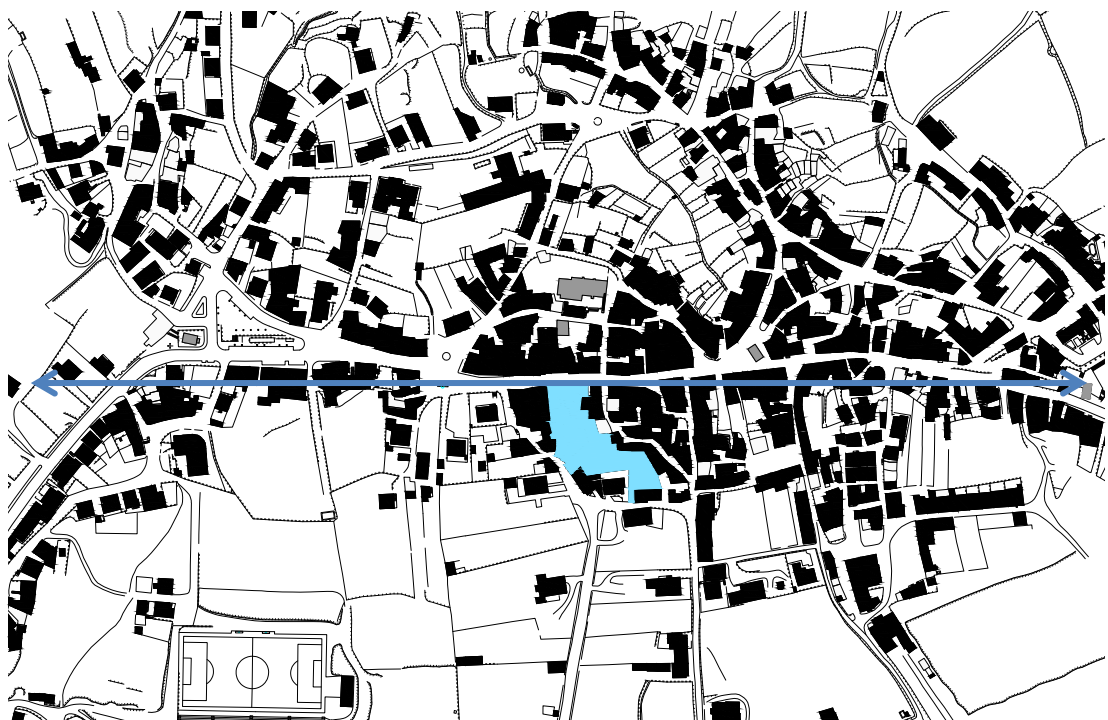


Fig.30 Planta de localização do solar em relação ao eixo principal da povoação. Fonte: Autor

¹²¹ NOÉ, Paula; 2013; Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Monumentos, Solar dos Vaz Quina; acesso em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=179

Aquando da sua construção, esta zona da localidade ainda se encontrava pouco urbanizada, tornando a volumetria do edifício ainda mais imponente. Actualmente, o seu enquadramento urbano caracteriza-se pela implantação em espaço rural, adossado, formando frente de rua, na via estruturante da povoação. Implanta-se levemente sobrelevado à via, com o portal principal da casa precedido por três degraus. Junto à fachada lateral esquerda possui pequeno espaço separador da construção seguinte.¹²²



Figs.31 e 32 Fachada principal do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor

Este Solar é uma Casa Nobre de provável construção seiscentista, inserindo-se então no capítulo 4¹²³: O século XVII - época de transição. Devido às várias funções que adquiriu e à passagem do tempo é possível que a arquitectura e a espacialidade do edifício fossem alteradas, pois também não existe nenhum documento que nos esclareça nesse sentido. Contudo, pelas investigações realizadas e caracterização feita por Carlos de Azevedo em Solares Portugueses, ficamos elucidados que os solares da época se caracterizavam pela planta em “U”, pela implementação de um maior número de elementos ornamentais e normalmente tinham uma capela adjacente. “(...) O desenvolvimento das fachadas obtém-se pela repetição de janelas a espaços mais ou menos regulares. Fachadas de grande simplicidade, mesmo assim, cheias de carácter, insistindo nessa composição linear que também se verifica ser característica da arquitectura religiosa seiscentista.”¹²⁴ Esta descrição de Carlos de Azevedo, representa fielmente a arquitectura do edifício. Pois também nele se

¹²² NOÉ, Paula; 2013; Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Monumentos, Solar dos Vaz Quina; acesso em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=179

¹²³ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. II.

¹²⁴ AZEVEDO, Carlos de; 1988; Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição; cap. III; p.63.

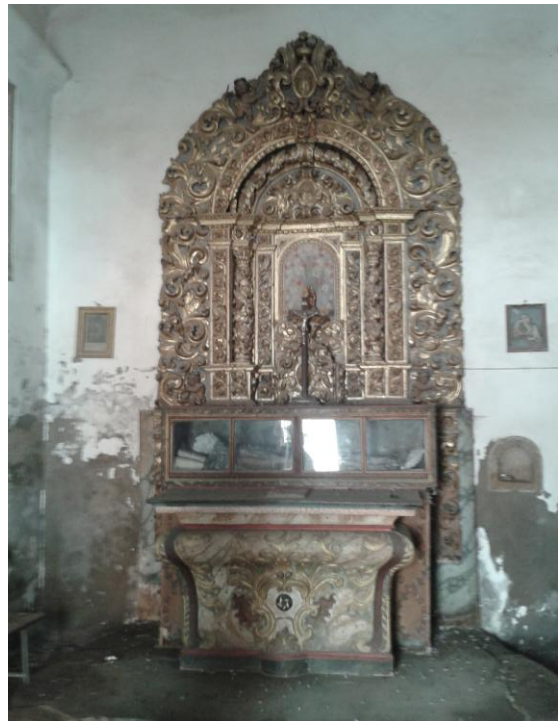
construiu uma capela num dos topos, depois de 1719, e reformada em finais do século XVIII, após a concessão de carta de armas, em 1781, altura em que se deve ter alterado o portal central da ala residencial e feito a decoração. As duas janelas de sacada central, que enquadram o brasão, são distintas das restantes, visto assentarem em mísulas e rematarem em cornija recta.¹²⁵

Se atendermos a uma descrição mais detalhada do solar, ficamos elucidados da sua magnitude e beleza. Paula Noé, descreve-nos assim o edifício: “Planta retangular irregular composta por vários corpos, o principal virado à estrada e tendo à esquerda capela. Volumes articulados com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas, rematadas em beirada simples. Fachada principal virada a Este, rebocada e pintada de branco, com faixa a azul, percorrida por soco de cantaria e terminada em friso e cornija. Apresenta dois panos, separados por pilastras toscanas, o maior correspondente à ala residencial e os da capela coroados por pináculos tipo pera sobre plintos paralelepípedicos. A capela é coroada por sineira central, em arco de volta perfeita, sobre pilares percorridos por dois sulcos, albergando sino e rematada em cornija angular sobreposta por cruz latina de braços trevados. É rasgada por portal de arco abatido com moldura terminada em cornija contracurva, sobreposta por cartela recortada sem inscrição, encimada por friso e cornija angular; sobre esta, dispõem-se ainda uma vieira, cruz latina de cantaria relevada e óculo trilobado, com moldura envolvida por concheados e gradeado; o portal é ladeado inferiormente por concheados. Ala residencial de dois pisos, separados por friso, rasgado no primeiro por portal central em arco deprimido, sobre pilastras, com moldura terminada em cornija, encimada por friso e cornija, sobreposta, ao nível do andar nobre, por tabela ornada de concheados relevados e cartela retangular, de ângulos côncavos, contendo o brasão com as armas de família; inferiormente, o portal é ladeado por aletas com elementos vegetalistas. No primeiro piso abrem-se ainda duas janelas de peitoril, gradeadas, de verga abatida, moldura terminada em cornija contracurva, com peitoril saliente e pano de peito de cantaria, e, nos extremos, por fresta de capialço, à esquerda, e por largo portal de verga reta e de ângulos internos curvos, à direita. No andar nobre rasgam-se seis janelas de sacada, com guarda em ferro, de verga abatida e moldura terminada em cornija contracurva, exceto as duas centrais que ladeiam o brasão, que terminam em cornija reta e a sacada assenta em duas mísulas. Fachada lateral esquerda da capela terminada em cornija e rasgada por fresta na zona do retábulo-mor.”¹²⁶

¹²⁵ NOÉ, Paula; 2013; Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Monumentos, Solar dos Vaz Quina; acesso em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=179

¹²⁶ NOÉ, Paula; 2013; Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Monumentos, Solar dos Vaz Quina; acesso em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=179

Devido aos recursos muito limitados, as análises são sempre muito relativas, em relação ao sistema construtivo, os dados técnicos indicam tratar-se de um sistema estrutural de paredes portantes. Relativamente aos materiais, a estrutura é em alvenaria de xisto, rebocada e pintada; o soco, as pilastras, os frisos, as cornijas, os pináculos, os plintos, a sineira, a cruz e as molduras dos vãos e sacadas são em cantaria de granito; já as portas e as portadas são em madeira; os vidros são simples; as guardas e grades em ferro e a cobertura é em telha lusa.



Figs.33, 34, 35 e 36 Fotos interiores e exteriores do Solar Vaz de Quina. Fonte: Autor

6.5 Proposta de reabilitação: O programa

O programa proposto para o projecto de Turismo de Habitação surge da recolha e análise da legislação que se aplica a este tipo de estabelecimentos; do estudo de outros exemplos de reabilitação de solares e projectos de Turismo de Habitação, que apresentam características e soluções semelhantes às que a intervenção pode alcançar.

Em termos da legislação utilizada, podemos destacar três portarias que facilitaram o desenvolvimento dos requisitos exigidos. A portaria 54/2002 de 11 de Março, que nos apresenta um esclarecimento sobre os conceitos de turismo e turismo de habitação; a portaria 13/2002 de 12 de Março, que indica no capítulo III alguns dos requisitos para esta modalidade em questão e por fim destacar a portaria 937/2008 de 20 de Agosto que contribuiu para toda a organização do programa com noções sobre o turismo de habitação e na subsecção I indica todos os requisitos necessários para o funcionamento.

Em relação à consulta realizada no PDM da Câmara Municipal de Vimioso, na portaria 226 de 29 de Setembro de 1995, é referido no capítulo II - Valores culturais: “O património cultural concelhio, formado pelo conjunto dos valores culturais, é constituído pelos monumentos, conjuntos ou sítios que, pelas suas características, se assumem como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social.”¹²⁷ Toda a temática de elementos históricos é desenvolvida ao longo do capítulo, mas de destacar o artigo 12º onde são referidos as condicionantes relativas a novas edificações construídas em núcleos ou edifícios históricos. Na sétima alínea desse mesmo artigo são de destacar três pontos que poderão começar a delinear o projecto: “a) O traçado arquitectónico das edificações deverá integrar-se na imagem urbana das construções envolventes e na arquitectura tradicional da região, procurando-se, em particular, a integração dos elementos da fachada, devendo utilizar-se tanto quanto possível no projecto elementos tipológicos de composição e materiais tradicionais; b) A altura máxima das edificações não poderá ultrapassar a cércea mais alta das edificações imediatamente contíguas; c) O alinhamento definido pelas edificações imediatamente contíguas será obrigatoriamente respeitado.”¹²⁸

Após estas análises, o programa para a proposta de reabilitação é delineado segundo uma base evidente: áreas comuns, privadas e de serviço. As áreas comuns devem ter uma dinâmica de circulação evidente, interligando-se mutuamente e criando uma continuidade nos serviços que permita ao cliente usufruir de todos os espaços sem intransigências, são consideradas áreas comuns:

1. Hall de Entrada, um espaço interior no qual o cliente tem o primeiro contacto, uma área ampla, harmoniosa, confortável e com a capacidade de transmitir não só o conceito do

¹²⁷ Art. 9, D. L. 226 de 29 de Setembro de 1995.

¹²⁸ Alínea 7, Art. 12, D. L. 226 de 29 de Setembro de 1995.

projecto turístico, bem como comunicar com outros espaços de uso comum, próximo dos acessos verticais e ainda com uma área privada, caracterizado por ser um elemento distribuidor e articulador dos vários espaços, sendo bastante legível e intuitivo, promovendo a mobilidade para quem acede ao solar.

2. Recepção, área de atendimento ao público, deve estar próxima do hall de entrada do solar, comunicando igualmente com as restantes áreas comuns, privadas e de serviço. Este espaço deve ser projectado de forma a adaptar-se às necessidades de mobilidade, acessibilidade e conforto dos clientes, nomeadamente o balcão.

3. Sala de Estar, são espaços destinados ao lazer, devem situar-se juntos a zonas de circulação. Com uma função lúdica, interactiva ou a momentos de espera e reunião, interligam-se com diferentes espaços comuns e privados, desde a recepção, hall de entrada, restaurante, bar, instalações sanitárias e quartos, devem transmitir conforto e promover o convívio dos clientes.

4. Restaurante/Bar, são zonas reservadas a servir refeições e bebidas a clientes do solar ou externos, devido a isso este espaço tem obrigatoriamente um conjunto de áreas com ligação directa ao exterior. O acesso deve ser fácil a partir do interior do solar e do exterior, deve ainda estar associado ao bar e a uma zona de esplanada, sendo relevante que exista uma coerência na conexão entre os diferentes espaços comuns, em termos de acabamentos e funcionalidade.

5. Espólio do Solar Vaz Quina, devido a este solar ser de cariz familiar contém um espólio de objectos variados que devem ser expostos, prevê-se que seja um espaço de cultural e que permita ao cliente ficar envolvido num ambiente familiar, tornando-o num alicante mais.

6. Capela, a pré-existência de uma capela, que apresenta grande valor arquitectónico e é um dos atractivos do solar, é óbvio que implica uma reabilitação à semelhança do solar, a recuperação deste espaço de culto permite a realização de pequenas cerimónias religiosas, podendo estar o solar associado às mesmas com os seus serviços.

7. Galeria de exposição temporária, este espaço está associado tanto à Capela como ao Espólio do Solar funcionando como núcleo cultural do solar. Este espaço pode funcionar como espaço multifuncional para exposições, pequenas conferencias, reuniões. Mas essencialmente esta galeria deve servir como espaço de exposição da cultura e tradição local, como já foi referido anteriormente.

10. Espaços exteriores, foram projectados e desenvolvidos um conjunto de espaços exteriores de utilização comum e privada, como jardim, piscina, esplanada, pátio...

As áreas destinadas a uso privado são os respectivos quartos do solar, num total de dez unidades de alojamento propostas, estas dividem-se em:

1. Dois quartos presidenciais, localizados na parte nobre do solar, estas suites têm uma área superior aos restantes quartos. Com cama de casal, instalação sanitária, vestíbulo e uma grande área destinada a zona de estar, com varandas orientadas para a rua principal.
2. Dois quartos adaptados, com áreas e instalações sanitárias adequadas para pessoas com mobilidade condicionada.
3. Três quartos e três duplos, situados no novo edifício, com instalações sanitárias, zona de estar, vestíbulo e uma pequena varanda.

Em relação aos serviços, com acesso exclusivo aos funcionários do solar, propõe-se:

1. Administração, devido ao estabelecimento não ser de grande capacidade, a administração fica associada ao espaço de recepção.
2. Salas técnicas, divisões de apoio a sistemas de videovigilância, sistema de ar condicionado, manutenção e reparação, quadros elétricos, água e gás.
3. Instalações sanitárias duplicadas para funcionários do sexo feminino e masculino, separadamente e incluem sanitário, vestiário, cacifos e cabine de banho.
4. Cozinha do restaurante, com diferentes zonas de preparação de carnes, peixe, legumes, zona de confecção, empratamento, copa, despensa, zona de frigoríficos, arrumos e zona para higiene dos funcionários na entrada com lavatório de pedal.
5. Arrumos, destinados a produtos de limpeza e utensílios de apoio.
6. Depósito de lixo, área reservada a contentores de lixo (papel, vidro, plástico, resíduos domésticos, óleo, etc.) esta divisão deve estar localizada junto às áreas de serviço e ter acesso directo ao exterior.
7. Lavandaria, zona de tratamento de roupa dos quartos e dos serviços. Esta deve estar dividida em zona de máquinas e zona de classificação da roupa.

Estas últimas áreas referidas, devem estar separadas da zona de utilização dos clientes, por isso é recomendável que se localizem num zona única. Assim, fica garantido o bom funcionamento e circulação de pessoas e serviços, neste sentido o projecto deve evidenciar uma sensibilidade nas comunicações e organizações das diferentes áreas do solar.

6.6 Proposta de reabilitação: O conceito

O projecto de reabilitação no Solar Vaz de Quina e da sua adaptação ao Turismo de Habitação exigiu uma análise atenta aos requisitos já referidos anteriormente. Numa primeira abordagem, a grande dificuldade debate-se pela diferença entre as características construtivas do existente e as exigências que um projecto de turismo requer.

Apesar da área do solar ainda ser grande, o seu sistema constructivo de paredes portantes não permite que sejam modificados os espaços existentes, o que nos limitou de alguma forma a intervenção. Outro aspecto que condicionou bastante o projecto foi o grau de ruína do solar, devido às intempéries toda a cobertura e muitas paredes estavam completamente destruídas, o que levou a reduzir muita da área existente do edifício.

Depois de enunciar estas condicionantes e analisar os requisitos exigidos conclui-se que era necessário implantar um novo volume que pudesse não só albergar alguns quartos, mas também serviços que necessitem de grandes áreas técnicas. Este novo volume pretende-se que assuma um carácter contemporâneo, pelo que terá de criar um diálogo com o edifício existente, respeitando a sua identidade e de toda a envolvente.

O conceito para a implantação era evidente, a zona oeste que era delimitada pelas divisões pré-existentes permanecem iguais, renovando a imagem original do solar. Sendo esta a fachada que comunica com a via principal, continuará a ser o primeiro impacto com os clientes, destacando apenas pequenos apontamentos da nova intervenção. A zona de logradouro que existe na parte posterior, será uma área mais reservada que está delimitada por construções, mas devido à sua extensão permite criar uma identidade própria para o novo volume, sem prejuízo do valor dos restantes. E, é concretamente isso que se pretende implementar, dar um espaço próprio à arquitectura moderna, respeitando sempre o valor histórico do existente. Um dos objectivos será estabelecer uma relação entre o novo e o antigo de forma harmoniosa. Desse modo o novo volume vai-se implantar de forma a dar continuidade à geometria da planta em “U” que o solar apresentava. Este novo edifício será uma extensão de um dos braços do “U”, fazendo um ângulo recto com o existente. Esta posição permite o desenvolvimento de espaços controlados, encerrando assim o solar para a rua posterior criando um pátio mais privado e zonas verdes e de circulação para o exterior.

O volume contemporâneo é constituído por dois pisos, um deles será o restaurante que permite o acesso a quem vem do exterior e funciona quase como um limitador espacial resguardando o pátio central; no segundo piso ficaram situados um conjunto de quartos. A estratégia do afastamento deste novo edifício serviu para não omitir a volumetria do solar, ficando assim bem patente a distinção entre antigo e contemporâneo. Visto que o terreno é praticamente plano conseguimos trabalhar no mesmo nível, facilitando a incidência de luz solar sobre os vários espaços. Essa vantagem também é concedida, pois o PDM obriga a que as

novas construções mantenham a mesma cêrcea, ou seja, dois pisos e a maioria do terreno está orientada a sul e oeste.

As seguintes imagens vão facilitar a compreensão esquemática do conceito para este projecto, visto que o limite de intervenção era muito irregular optou-se por organizar o projecto para o interior, como se de uma pequena aldeia se trata-se.

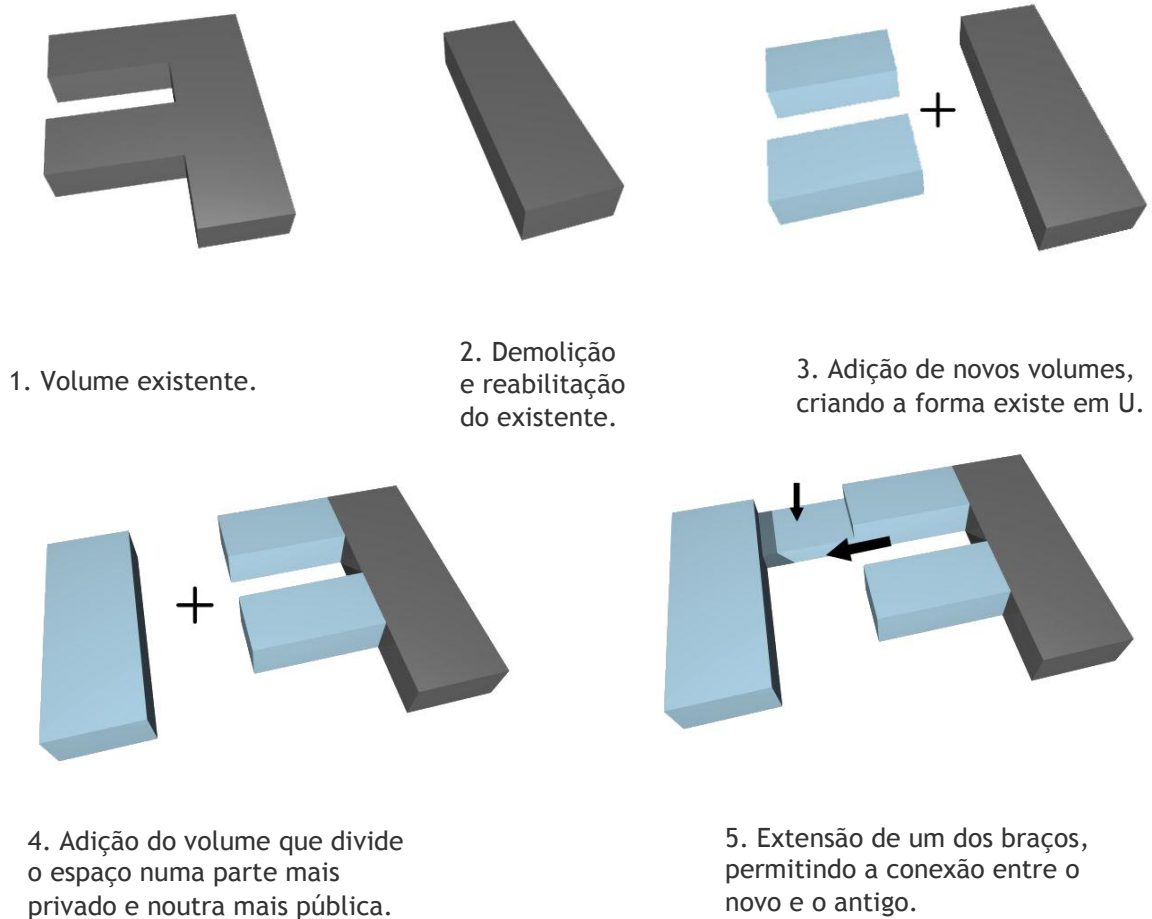


Fig.37 Esquemas representativos do conceito. Fonte: Autor

A ideia geral do projecto também se encontra expressa na forma como os volumes, vãos e acabamentos dialogam entre si. O conceito passa por introduzir dois elementos, o betão que caracterizará o rés-do-chão e o branco do primeiro piso. Este mesmo acabamento prolonga-se para a cobertura, que será de duas águas, criando a ideia de volumes uniformes que pousam suavemente no betão, que pela sua materialidade se torna denso e imponente.

A forma como as coberturas são concebidas, de duas águas, tem uma certa conexão com a casa tradicional tentando adaptar da forma mais adequada os volumes modernos. Essa ligação

também se verifica no volume oposto ao solar, em que os quartos mantêm essa configuração de duas águas, conectando-se com a arquitectura de bairro onde as coberturas são partilhadas.

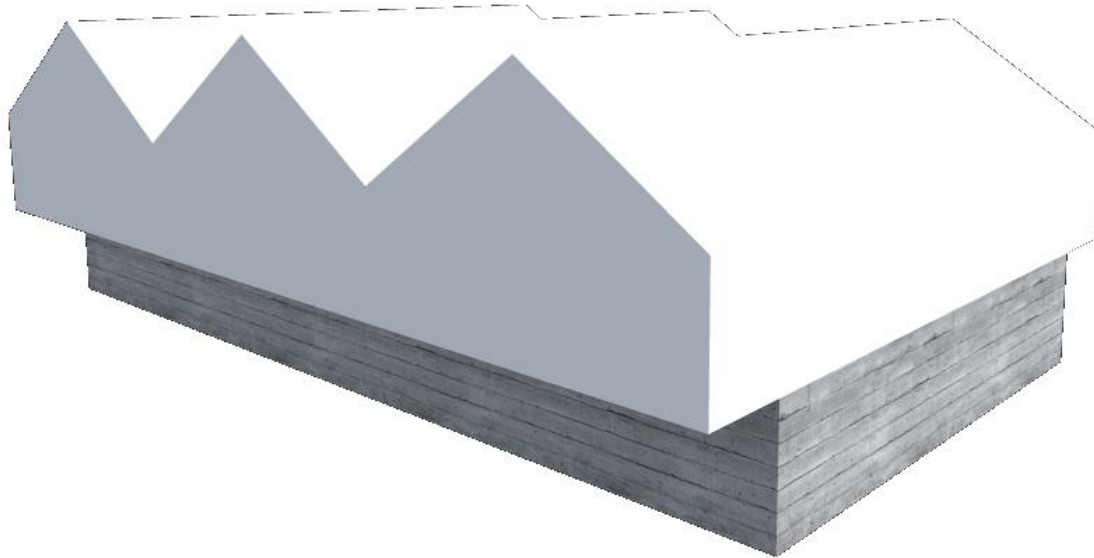


Fig.38 Esquema ilustrativo da forma e do acabamento dos novos volumes. Fonte: Autor

Resumidamente podemos afirmar que o projecto explora os vários campos da arquitectura actual: reabilitação, ampliação e construção nova. Renovamos a parte existente, mantendo uma certa coerência em relação ao traçado urbano existente, ao qual lhe são aglutinados dois braços mantendo a forma em “U”. Um desses braços é ampliado vindo interligar-se com um novo volume que lhe está perpendicularmente implantado. Em volta destes surgem espaços de lazer, quer sejam privados ou públicos, os espaços verdes criam um certo afastamento entre a intervenção e as construções existentes. Num dos espaços mais afastado e que tem acesso directo à rua é criado o estacionamento, tendo este uma cota inferior ao restante projecto, garantindo assim uma certa barreira e respeitando o ambiente rural.

6.7 Proposta de reabilitação: Espaços Interiores e Exteriores

6.7.1 Edifício Existente - Solar Vaz de Quina

O Solar Vaz de Quina é um edifício pré-existente que será foco de uma reabilitação profunda, pois de toda a sua composição original restam apenas as fachadas como elementos possíveis de recuperação. Pois toda a cobertura ruiu e o soalho de madeira está completamente degradado. É proposta a recuperação das fachadas de acordo com a sua forma original, as paredes de xisto rebocadas e pintadas de branco, as janelas e as portas recebem uma nova

caixilharia inspiradas nas originais, mas com um corte mais minimalista de cor cinza escuro. Em relação à cobertura, é proposto a reposição do beirado com telha cerâmica de canudo tipo “U.M”, de cor cinza escuro; o resto da cobertura funciona em duas águas revestida com argamassa pintada de branco e com caleira embebida.



Fig.39 Imagem virtual da fachada do solar. Fonte: Autor

No que se refere aos interiores, os dois pisos mantêm-se. O rés-do-chão contém a maioria dos espaços de uso comum, sejam eles o hall de entrada, a recepção, as instalações sanitárias, os acesso verticais (escadas existentes em granito e elevador), acesso à zona de serviço, a sala de estar e o bar, estes dois últimos com acesso directo ao pátio que terá um conjunto arbóreo e uma possível esplanada do bar, mas também comunicam com a rua principal através de um grande vão existente na fachada principal.

Devido ao espaço um pouco limitado, a zona de serviços integrados neste projecto encontram-se no volume de ampliação que ligará um dos braços do “U” ao novo edifício, permitindo assim o apoio a ambos os lados. Neste espaço encontram-se os balneários do staff, a lavandaria e os arrumos, estes têm acesso directo às comunicações verticais, não criando conflito de percursos.



Fig.40 Imagem virtual do hall de entrada. Fonte: Autor

No piso superior do solar estão integrados quatro quartos, dois deles serão os presidências e os outros dois adaptados a pessoas de mobilidade condicionada. Apesar de localizados em posições distintas, propôs-se que todos os quartos contivessem um esquema semelhante de organização. Então dividiu-se o quarto em dois espaços, um deles seria a instalação sanitária que se conjugaria com um conjunto de roupeiros e com um acabamento em betão, criando a ideia de “caixa” e deixando assim uma maior área livre para o quarto, integrando sempre uma zona de estar. Os dois quartos presidências contêm um valor adicional pois estão voltados para a rua principal, usufruindo das varandas existentes e de áreas superiores aos restantes. Nos restantes quartos existe também particularidades, pois devido às diferentes posições de todos eles, cada quarto tem um ângulo de visão próprio, insolação distinta e vãos diferentes, tornando assim cada quarto especial.

As circulações quer no rés-do-chão quer no primeiro piso são feitas através de corredores alargados, como se de uma rua se tratasse. A ideia de afastar a nova estrutura de betão das paredes existentes, confere ao projecto uma sensibilidade em relação à reabilitação. O pavimento em cerâmico cinza escuro confere aos corredores uma continuidade e uma neutralidade de acabamento, facilitando as circulações e evidenciando o acesso aos quartos.

Na cobertura do volume de ampliação, propõe-se um pátio em deck com claraboias que iluminarão o corredor do rés-do-chão. Este espaço surge não só para criar um ambiente

diferente, mas também para criar uma dinâmica nos volumes tão sólidos. Podemos afirmar que este pátio emerge como se de uma sala de estar ao ar livre se tratar-se. Pois o acesso é possível apenas através dos quartos, conferindo-lhe um carácter ainda mais privado, apesar de se tratar de espaço exterior.

6.7.2 Edifício Novo

O edifício novo é assumidamente contemporâneo, cuja a volumetria e acabamento foi ilustrado na figura 38. Este volume vem dar continuidade ao que já foi referido anteriormente, as coberturas de duas águas conferem uma conotação à casa tradicional. O acabamento numa argamassa pintada de branco torna o volume mais compacto e os vãos envidraçados conferem-lhe uma maior leveza e dinâmica.



Fig.41 Imagem virtual da fachada do novo volume. Fonte: Autor

O rés-do-chão apresenta um acabamento em betão desconfrado, permitindo a continuidade da materialidade implementada no solar, dando a ideia que o volume se estende ao longo da intervenção. A dureza do betão é apenas interrompida pelos vãos que permitem a entrada de luz e a circulação para áreas distintas.

No respeitante à organização espacial interior, o edifício é constituído por dois pisos. O rés-do-chão comunica com todos espaços exteriores do projecto, processando o mesmo método utilizado no solar, um hall de entrada distribui a circulação: o acesso ao edifício existente, as comunicações verticais, a entrada da zona de serviços e o acesso ao restaurante. Este volume liga-se exteriormente com o pátio mais privado, com a esplanada do restaurante, com os espaços exteriores (jardins, piscina, estacionamento) e com o acesso directo à rua. Todo o volume é ocupado pelo restaurante e pelas cozinhas. O restaurante tem a particularidade de poder comunicar com a envolvente, sofrendo várias metamorfoses consoante a versatilidade que lhe é proposta. Logo, tanto pode abrir as portadas para a esplanada e tornar-se num “*open space*”, como se pode manter fechado e enveredar por uma sala mais privada.

O piso superior é completamente o oposto, sendo um espaço mais privado composto pelos restantes seis quartos do projecto. A materialidade do betão expande-se até ao segundo piso, deixando transparecer para o exterior o posicionamento da comunicação vertical, onde se irão integrar os “módulos” dos quartos. Estes ficam marcados pela estrutura de duas águas da cobertura, demarcando mais uma vez a arquitectura tradicional onde o tecto do último piso era a parte inferior da cobertura, estes módulos brancos são vazados por um envidraçado que perfaz uma das faces de cada módulo. Já no corredor, as portas dos quartos estão orientadas para o hóspede que se dirige ao quarto, não exigindo que este mude de direcção. No interior dos quartos repete-se o sistema já implementado nos restantes quartos, a instalação sanitária e o vestíbulo surgem como uma caixa de betão. A varanda surge como uma pequena ligação ao que se encontra na fachada principal, onde três dos quartos têm vista para o pátio e esplanada e os restantes para a rua e jardins.

Este novo corpo fica então marcado por um núcleo de acessos verticais, seis quartos (três com cama de casal e três com cama dupla) com uma configuração e volumetria própria e ainda uma zona de serviços com restaurante e esplanada, transmitindo de forma homogénea todo o conceito da proposta.

6.7.3 Espaço de Culto e Salas Expositivas

Quanto à capela, esta está integrada na parte pré-existente do solar apesar de ter sido construída posteriormente. À semelhança do que foi proposto no solar, este espaço também verá o seu ambiente de culto recuperado, repondo a sua identidade com um acabamento em reboco pintado de branco e a substituição das caixilharias antigas em madeira, por caixilharias novas em alumínio cinza escuro. O chão será coberto por flutuante de madeira e o tecto será abobadado em gesso cartonado e pintado de branco. Esta neutralidade nos acabamentos irá destacar o elemento mais importante da capela, o seu altar. No interior foi criada uma passagem de ligação entre a capela e o restante solar, que não existia

anteriormente. Assim este espaço apesar de ser religioso terá ligação com as duas salas de exposição. Estas duas salas fazem parte de um pequeno núcleo cultural que existe dentro do próprio solar, sendo mais um ponto aliciente para o turista e para o cliente. Uma dessas salas irá albergar o espólio museológico do Solar Vaz de Quina, de alguma forma a família tem um conjunto de objectos, mobiliário e outros artigos que representam a sua história. Este espaço terá como função expor essas recordações não só ao longo do espaço interior, mas também acessível ao público em geral.

A outra sala, será um espaço de exposição temporária. Mas não será uma divisão isolada, apesar de ocupar um dos braços do “U” e ter um duplo pé direito, ela comunica não só com a sala referida anteriormente bem como com o corredor de circulação do rés-do-chão, devido as portadas pode expandir o seu espaço para o exterior e visualmente é interceptada pelo segundo piso através de uma varanda. Este espaço pretende-se que seja o mais versátil e dinâmico possível podendo albergar exposições, pequeno eventos e reuniões.



Fig.42 Imagem virtual da sala de exposição. Fonte: Autor

6.7.4 Espaços Exteriores

Como já foi evidenciado algumas vezes, um dos maiores desafios deste projecto para além da reabilitação do solar, seria como interpretar um terreno tão irregular e limitado por uma malha urbana consolidada. Então propôs-se a criação de uma faixa com vazios constructivos, ou seja, iríamos criar um distanciamento do nosso projecto em relação à envolvente deixando que cada construção tivesse o seu espaço. Estes vazios iriam ser ocupados por: pátios

interiores, espaços verdes, piscina, estacionamento e percursos de acesso. Criando assim ambientes diversificados, cada um com a sua área sem entrar em conflito.

O pátio surgiu da intercepção do “U” existente com novo edifício, este espaço vem estabelecer uma comunicação visual com a maioria do projecto, pavimentado com placas de granito e nas quais sobrelevam-se a cinquenta centímetros blocos maciços criando bancos e intercalando com árvores. Este arranjo faz transparecer o conceito de rua ou avenida pedonal comunicando directamente com todo o espaço de piso térreo.



Fig.43 Imagem virtual do pátio. Fonte: Autor

A esplanada surge de uma extensão do pátio, ainda mantendo um pouco do carácter privado. A mudança de pavimento transmite uma certa alteração de espaço e função, pois está muito relacionada com o restaurante. O pavimento em madeira vem conferir uma certo conforto e a esplanada “convida” à expansão do restaurante, mas sem dissipar um ambiente semi-privado. O deck de madeira prolonga-se até à piscina, dando uma certa continuidade ao espaço. A piscina está rodeada por zonas ajardinadas e pavimentadas, ficando dissimulada neste ambiente, tem também um serviço de balneários de apoio.



Fig.44 Imagem virtual da zona verde e piscina. Fonte: Autor

O restante espaço é destinado aos estacionamentos que se situam a uma cota inferior do restante projecto, com acesso próprio e a espaços ajardinados com percursos pedonais que se prolongam até exterior. Estas mudanças de pavimento, cotas ou algum tipo de muro permitem criar “barreiras” separadoras dos espaços, atribuindo-lhes assim um carácter mais ou menos privado.

6.8 Proposta de reabilitação: Elementos Técnicos

1. Fundações; os edifícios pré-existentes mantêm as fundações nas suas paredes estruturais, com introdução de sapatas isoladas em betão armado nos novos elementos e sapatas contínuas no edifício novo.

2. Estrutura; as construções antigas conservam as paredes existentes em xisto e são reforçadas por uma estrutura de pilares, vigas e lajes de betão armado. A caixa do elevador e as escadas também são compostas por betão armado. Nos novos volumes a estrutura é semelhante, constituída por pilares, vigas e lajes em betão armado.

3. Paredes exteriores; em relação ao solar as paredes de xisto são recuperadas, no volume novo serão construídas paredes estruturais de betão armado à vista pelos dois lados; parede duplas, com betão estrutural à vista pelo exterior, com isolamento e tijolo cerâmico furado, estucado e pintado, pelo interior e paredes de tijolo (tipo artbel), com isolamento pelo exterior rebocadas e pintadas de branco, e estucadas e pintadas de branco pelo interior.

4. Paredes interiores; paredes de alvenaria de tijolo cerâmico furado, estucadas e pintadas de branco ou revestidas com cerâmicos.

5. Isolamento Térmico e Acústico; as paredes exteriores têm integrado na sua composição isolamento XPS-WALLMATE de quatro centímetros. As coberturas estão isoladas com ROOFMATE de quatro centímetros e as lajes de pavimento com FLOORMATE de quatro centímetros ou lã de rocha para isolamento acústico contra ruídos entre pisos.

6. Coberturas; todas as coberturas do projecto são inclinadas de uma e duas águas. Compostas por lajes de betão armado e os devidos componentes de isolamento e protecção e com um acabamento em reboco de argamassa pintada de branco; contêm ainda uma caleira embebida de chapa metálica, lacada em cor branca. A fachada do solar tem no seu remate superior um beirado em telha cerâmica de canudo tipo “U.M”, de cor cinza escuro. No volume de ampliação que liga as duas construções foi criado um pátio que será pavimentado em deck de madeira.

Reflexões Finais

Os arquitectos, são cada vez mais solicitados para intervir de forma directa no turismo. A arquitectura, não é, simplesmente um veículo de construção. Ela é essencial para o turismo. Não apenas pela vocação que tem a nível visual, ou pelo incentivo à (re)construção espacial, mas também pela (re)criação de edifícios e espaços, que são por vezes um atractivo.

O Turismo de Habitação tem a capacidade de impulsionar à reabilitação, o que leva à preservação do património e à sua reutilização. Ao mesmo tempo, fomenta o espírito empreendedor resultando num financiamento para a recuperação de ambientes históricos e a produção tradicional e artesanal. Por fim, este turismo explora ao máximo a gastronomia regional, o ambiente rural, as tradições e cultura das suas gentes. Pois estes alojamentos fazem questão que o seu espaço seja genuíno e autêntico.

O que pretendemos esclarecer é que, tem-se desenvolvido a ideia de reabilitar espaços, edifícios e paisagens de modo a que cada local contemple o seu ambiente. Promovendo a criação de novos usos a cada região, que permite conhecer novas propostas da arquitectura contemporânea como por exemplo, os hotéis do Douro e as adegas ou quintas no Alentejo. De facto, é importante criar novas estratégias devendo-se tirar partido da arquitectura.

Vimos também que a habilidade de transformar o território resulta da observação particular que se lança sobre as potencialidades de um edifício e mais concretamente ao Solar Vaz de Quina em Argozelo, Bragança. Como bem sabemos, o país está repleto de exemplos de património edificado que pela evolução da sociedade ficaram presos no tempo, mas não perdendo o carácter de elementos memoriais e representativos de uma época e de uma cultura.

E, inevitavelmente os Solares são um dos símbolos representativos da cultura, da história e da arquitectura portuguesa. Cercados de uma notável dignidade construtiva, exposta através de uma volumetria geométrica e imponente, deixando transparecer todo um tratamento de uma arquitectura vernácula. Erguidos sobre uma estrutura familiar histórica, com um toque de eruditismo, mas não deixando de exhibir o saber e o esforço de muitas gerações. Envoltos de uma ornamentação peculiar e desenvolvidos segundo os movimentos artísticos de cada época.

Em Portugal tem sido notória a tendência para olhar os solares apenas como elemento da história das famílias e das suas gerações. Ou seja, a análise ao edifício fica sempre para segundo plano por parte de quem observa. O solar representa um documento autêntico da vida do homem e da sua família, para estudarmos os costumes, a evolução das actividades e da vida social. Assim, o solar e sua arquitectura podem atingir temas para além do ambiente

familiar. Pois na sua constituição podemos resumir todo o estilo de vida, por isso ela é elemento fulcral para a compreensão de uma sociedade, em qualquer época.

A presente dissertação conjuntamente com o projecto de reabilitação do Solar Vaz de Quina, são de algum modo, a tentativa de preservar a memória de um edifício singular. Outrora e par de outras construções, foram os símbolos que mais se destacavam a nível local. Apesar da evolução temporal e social o solar foi-se mantendo presente, destacando-se a sua fachada do restante traçado vulgar. Do mesmo modo, o projecto foi assumido, como um desafio à compreensão arquitectónica. Tratando-se de uma reabilitação e revitalização que intervém a partir da sensibilidade constructiva contemporânea e se conjuga com os limites da sua criatividade, de forma a preservar a memória do passado e garantir a identidade para um futuro em que as gerações tornaram como referência.

Referências Bibliográficas

Bibliografia consultada e citada:

ADRIÃO, J.; CARVALHO, R.; 2007; Férias; *Jornal dos Arquitectos #196 - Férias*; Ordem dos Arquitectos.

AGUIAR, J.; CABRITA, A. M.; APPLETON, J.; *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*; Vol.1; LNEC; Lisboa.

Arquitectura Ibérica, Nº 19, Março 2007; *Reabilitação*; Caleidoscópio.

Arquitectura Ibérica, Nº 30, Fevereiro 2009 ; *Reabilitação*; Caleidoscópio.

Arquitectura Ibérica, Nº 36, Março 2011; *Reabilitação*; Caleidoscópio.

Arquitectura Ibérica, Nº 5, Novembro/Dezembro 2004; *Recuperação*; Caleidoscópio.

Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico; 2001; *VI Encontro de Municípios com Centro Histórico*.

AZEVEDO, Carlos de; 1988; *Solares Portugueses, Introdução ao estudo da casa nobre*; Mem-Martins; Livros Horizonte; 2ª edição.

BADOUIN, Robert; 1979; *Économie Et Aménagement De L'espace Rural*; Paris: Presses, Universitaires de France.

BATISTA, Mário; 1986; *O turismo em economia. Uma abordagem técnica, económica, social e cultural*; Instituto Nacional e de Formação Turística.

BAZIN, Lúcio; *L'Architecture Religieuse du Portugal et du Brésil à l'Époque Baroque*; XVI Congrès International d'Histoire de l'Art, Rapports et Communications; Lisboa.

CALDAS, João Vieira; 2000; *O Conceito de Aldeamento*; *Jornal dos Arquitectos*,; nº197.

CAVACO, Carminda M. M.; 1999; *Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal*; In: CAVACO C - *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, Centro de Estudos Geográficos Universidade de Lisboa, Lisboa.

COELHO, Rui; TRINDADE, Carlos; 2004; *Projecto de recuperação ambiental da antiga área mineira de Argozelo, Estudo do impacto ambiental*; Lisboa; vol. I.

CONAN, Michel; BERQUE Augustin; 1994; *Cinq Propositions por une Théorie du Paysage*; Ed. Champ Vallon; p.33.

COSTA, Alexandre Alves; 2000; *Então é Portugal, hein?.. Cheira bem!*; *Jornal dos Arquitectos*; nº 197.

CUNHA, Licínio; 1997; *Economia e Política do Turismo*; Editora McGRAW-HILL.

CUNHA, Licínio; 2003; *Introdução ao Turismo, 2ª Edição*; Editorial Verbo.

DEBORD, Guy; 1998; **Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica**; in FRAMPTON, Kenneth; Ed. Contemporânea.

DIAS, M. Graça; 2000; **Só se Deveria Querer Visitar e Ver o que Fosse Vivo e Real**; *Jornal dos Arquitectos* #196 - As Praias de Portugal 1, Ordem dos Arquitectos.

GAUSA, Manuel; 1997; **El espácio Turístico: Paisaje al Limite**; *Arquitectura del Movimento Moderno* 1925-65, Barcelona, Docomomo/Fund. Mies van der Rohe.

IGUEIREDO, Elisabete; 2003; **Quantas mais “aldeias típicas” conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural**; TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur; Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer; Coimbra.

INE; 2012; Censos 2011, Dados Definitivos; **Quadros de apuramento por freguesia**. Instituto Nacional de Estatística; 2003; O Parque habitacional e a sua reabilitação - análise e evolução 2001-2011.

JORDÃO, Nuno; 2002; **O desenvolvimento rural em Portugal**; Edelmira Perez Correa e José Maria Sumpsi; Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en América Latina y Europa; Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

KASTENHOLZ, Elisabeth; DUANE, Davis; GORDON, Paul; 1999; **Segmenting tourism in rural areas: The case of north and central Portugal**; *Journal of Travel Research*, Vol. 37, nº 4.

LOPES, Prior Miranda; 1931; **Argosêlo - Noticia histórica e corográfica**; Edição do Autor.

MERLIM, Pierre; CHOAY, Françoise; 1996; **Dictionnaire de l'Urbanisme et de l'Aménagement**; Paris: Presses Universitaires de France.

MOREIRA, Fernando João; 1994; **O Turismo em Espaço Rural - Enquadramento e Expressão Geográfica no Território Português**; Centro de Estudos Geográficos, Portugal: Estudos Gerais B8, Lisboa.

NEVES, A. Oliveira das; 2008; **Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal**; Lisboa: Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

OLIVEIRA, Fernandes; LOPES, Dulce; ALVES, Cláudia; 2011; **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana**; Coimbra: Amedina.

PEREIRA, Luís Tavares; 2008; **Introdução**; Chain Reaction, Porto, Serralves.

PEREIRA, Nuno Teotónio; FREITAS, António Pinto de; DIAS, Francisco da Silva; 2004; **Arquitectura Popular em Portugal**; Lisboa; edição da Ordem dos Arquitectos; 4ª edição; v. 2.

PINA, P.; 1988; **Portugal: o Turismo no Século XX**; Lisboa: Lucidus.

RATO, V. M.; **Conservação do património histórico edificado/sistematização de princípios gerais**; Vol. 3. LNEC. Lisboa.

RIBEIRO, J. Cadima; VAREIRO, Laurentina C.; 2007; **Turismo e desenvolvimento regional: o espaço rural como destino turístico**; Actas do 1º Congresso Internacional Casa Nobre: um património para o futuro, Câmara Municipal Arcos de Valdevez.

RIBEIRO, Manuela; 2003; **Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural em Portugal**; José Portela, e João Caldas; Portugal Chão; Oeiras: Celta.

RIBEIRO, Manuela; 2003; **Pelo turismo é que vamos/podemos ir (?)**. Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural; TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur; Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer; Coimbra.

SILVA, Luís; 2007; **Perspectiva antropológica do turismo de habitação em Portugal**; Revista de Turismo y Património Cultural; Vol. 5;Nº2.

SILVA, Luís; 2008; **Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal**; Arquivos da Memória; Nº4.

SILVA, Suzana; 2010; **Reabilitação Urbana: Conceitos e Princípios**; O Novo Regime da Reabilitação Urbana; Coimbra, Almedina.

SIMÕES, Orlando; 2003; **Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida**; TERN: Turismo em Espaços Rurais Naturais, Coord. SIMÕES, Orlando e CRISTOVÃO, Artur; Instituto Politécnico de Coimbra, Edições IPC Inovar para Crescer; Coimbra.

SLOTERDIJK, Peter; **Esferas III**; Siruela, 2006.

SOBRAL, José; 1999; **Da casa à nação: passado, memória, identidade**; Etnográfica; VIII(2).
TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António; 1988; **Arquitectura Popular em Portugal**; Lisboa; edição da Ordem dos Arquitectos; 3ª edição; v. 1.

URRY, John; 2002; **The Tourist Gaze. Leisure and Travel in Contemporary Societies**; Londres: Sage.

Bibliografia Electrónica:

<http://193.136.194.194/a17184/Argozelo/Visitar.html>

<http://retratoserecantos.pt/freguesia.php?id=1691>

<http://thesaurus.babylon.com/Argozelo?&tl=>

<http://www.argozele.net/argozele.asp?p=minas>

<http://www.argozele.net/argozele.asp?p=tradi%E7%F5es>

<http://www.cm-vimioso.pt>

<http://www.dgadr.mamaot.pt>

<http://www.diariodetrasmontes.com/noticias/complecta.php3?id=7006>

<http://www.gpp.pt/drural/>

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=179

<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEedita2.pdf>

<http://www.priberam.pt/DLPO/solar>.

<http://www.turihab.pt/PT/index.html>

<http://www.turismodeportugal.pt>.

<http://www.turismodeportugal.pt/Português/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/análisesestat%C3%ADsticas/aofertaeaprocuranoter/Pages/AOfertaeaProcuranoTER.aspx>

<http://www.turismodocentro.pt/pt/>

Legislação:

Decreto Lei Nº 226 de 29 de Setembro de 1995.

Decreto Lei Nº 54/2002 de 11 de Março.

Decreto Lei Nº 54/2014 de 23 de Janeiro.

PDM da Câmara Municipal de Vimioso, Portaria 226 de 29 de Setembro de 1995.